

SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS	2
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	4
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES	6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	8
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	10
NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS	11
1. CONTEXTO OPERACIONAL	11
2. BASE DE PREPARAÇÃO	12
3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO	14
4. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES	15
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	16
6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	16
7. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA	17
8. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS	18
9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	19
10. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS	21
11. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO	21
12. ATIVOS DE CONTRATO	24
13. INVESTIMENTOS	28
14. IMOBILIZADO	38
15. INTANGÍVEIS	40
16. ARRENDAMENTOS	42
17. FORNECEDORES	44
18. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	44
19. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES	44
20. ENCARGOS REGULATÓRIOS	46
21. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO	47
22. PROVISÕES	49
23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS	54
24. RECEITAS	55
25. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	57
26. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	62
27. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	63
28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	66
29. SEGMENTOS OPERACIONAIS	76
30. ALIENAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA	78
31. COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – CPI	79
DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS	80
RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - ITR	87

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

ATIVO

(Em milhares de reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	421.321	123.071	262.160	86.064
Títulos e valores mobiliários	6	1.016.395	943.789	532.279	618.130
Consumidores e revendedores	7	821.482	681.255	672.883	534.579
Concessionários - transporte de energia	7	104.256	113.324	101.985	111.164
Tributos compensáveis	8	30.362	31.874	24.947	27.921
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	9a	772.816	652.515	769.834	650.523
Dividendos a receber	27	125.140	232.098	420.002	280.204
Ativo financeiro da concessão	11	306.865	283.233	-	-
Ativos de contrato	12	667.666	592.337	638.494	565.659
Outros ativos		92.375	79.924	99.062	75.529
TOTAL DO CIRCULANTE		4.358.678	3.733.420	3.521.646	2.949.773
NÃO CIRCULANTE					
Títulos e valores mobiliários	6	17.131	194.110	8.970	127.128
Consumidores e revendedores	7	1.534	3.393	328	715
Tributos compensáveis	8	77.399	71.546	31.119	27.614
Depósitos vinculados a litígios	10	205.286	161.820	199.040	152.759
Instrumentos financeiros derivativos	28	975.023	1.219.176	975.023	1.219.176
Outros ativos		60.722	55.000	59.657	62.084
Ativo financeiro da concessão	11	3.276.968	3.325.170	644.432	816.202
Ativos de contrato	12	3.904.183	3.684.645	3.812.976	3.595.441
Investimentos	13	3.531.730	3.330.193	7.841.919	7.481.708
Imobilizado	14	2.363.891	2.417.525	1.610.777	1.656.846
Intangível	15	1.039.476	1.112.912	712.777	773.405
Operações de arrendamento mercantil - direito de uso	16a	38.157	41.864	36.442	40.427
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		15.491.500	15.617.354	15.933.460	15.953.505
TOTAL DO ATIVO		19.850.178	19.350.774	19.455.106	18.903.278

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

PASSIVO

(Em milhares de reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
CIRCULANTE					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	19	39.585	470.536	39.585	470.536
Fornecedores	17	432.610	383.786	398.403	334.379
Imposto de renda e contribuição social	9b	99.031	157.444	-	-
Impostos, taxas e contribuições	18	133.327	144.387	111.521	123.747
Encargos regulatórios	20	146.988	111.160	135.807	100.052
Obrigações pós-emprego	21	79.500	75.257	79.500	75.257
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar		685.082	799.947	685.082	799.947
Salários e encargos sociais		67.309	58.625	66.341	57.655
Instrumentos financeiros derivativos (swap)	28	128.499	6.130	128.499	6.130
Opções de venda - SAAG	28	668.691	636.292	668.691	636.292
Operações de arrendamento mercantil - obrigações	16b	6.960	9.829	6.452	9.637
Outros passivos		184.697	326.500	178.230	325.574
TOTAL DO CIRCULANTE		2.672.279	3.179.893	2.498.111	2.939.206
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	19	5.219.541	5.558.924	5.219.541	5.558.924
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9c	552.313	678.897	464.096	593.588
Impostos, taxas e contribuições	18	356.154	334.047	345.046	324.730
Encargos regulatórios	20	4.407	2.541	-	-
Obrigações pós-emprego	21	1.247.322	1.231.957	1.247.322	1.231.957
Provisões	22	460.315	438.043	459.798	437.772
Operações de arrendamento mercantil - obrigações	16b	35.472	35.621	34.145	34.289
Outros passivos		143.517	135.397	28.189	27.358
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		8.019.041	8.415.427	7.798.137	8.208.618
TOTAL DO PASSIVO		10.691.320	11.595.320	10.296.248	11.147.824
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	23				
Capital social		4.123.724	4.123.724	4.123.724	4.123.724
Reservas de lucros		2.464.672	2.464.672	2.464.672	2.464.672
Ajustes de avaliação patrimonial		(299.949)	(182.942)	(299.949)	(182.942)
Adiantamento para futuro aumento de capital		1.350.000	1.350.000	1.350.000	1.350.000
Lucros acumulados		1.520.411	-	1.520.411	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		9.158.858	7.755.454	9.158.858	7.755.454
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		19.850.178	19.350.774	19.455.106	18.903.278

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021
RECEITA LÍQUIDA	24	4.173.877	3.891.093	3.554.981	3.168.498
CUSTOS OPERACIONAIS					
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA	25				
Encargos de uso da rede básica de transmissão		(117.346)	(97.508)	(83.666)	(73.225)
Energia elétrica comprada para revenda		(1.840.688)	(1.932.266)	(1.833.762)	(1.902.993)
		(1.958.034)	(2.029.774)	(1.917.428)	(1.976.218)
OUTROS CUSTOS	25				
Pessoal e administradores		(129.938)	(138.669)	(118.002)	(127.964)
Materiais		(6.749)	(12.772)	(2.774)	(4.815)
Serviços de terceiros		(51.323)	(61.629)	(24.173)	(42.768)
Depreciação e amortização		(159.230)	(92.709)	(121.750)	(63.061)
Provisões operacionais, líquidas	25c	(28.220)	(17.369)	(27.973)	(17.362)
Custo de construção de infraestrutura de transmissão	25e	(125.886)	(47.124)	(125.886)	(47.124)
Outros custos operacionais		(7.247)	(12.520)	(3.972)	(9.948)
		(508.593)	(382.792)	(424.530)	(313.042)
CUSTOS TOTAIS		(2.466.627)	(2.412.566)	(2.341.958)	(2.289.260)
LUCRO BRUTO		1.707.250	1.478.527	1.213.023	879.238
DESPESAS OPERACIONAIS					
Despesas com vendas	25c	305	(5.579)	(128)	(5.592)
Despesas gerais e administrativas		(101.447)	(45.964)	(101.274)	(45.794)
Reversões com provisões operacionais	25c	53.356	-	53.356	-
Outras despesas operacionais		(296.966)	(83.368)	(296.542)	(81.205)
		(344.752)	(134.911)	(344.588)	(132.591)
Repactuação do risco hidrológico – Lei 14.052/20	15	-	909.601	-	683.405
Revisão Tarifaria Periódica, líquida		-	217.063	-	217.063
Resultado de equivalência patrimonial	13	274.020	(122.840)	659.450	505.804
Ganho na alienação de ativo mantido para venda	30	6.644	-	6.644	-
Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos		1.643.162	2.347.440	1.534.529	2.152.919
Receitas financeiras	26	456.381	348.143	422.589	338.599
Despesas financeiras	26	(694.256)	(1.117.195)	(683.206)	(1.106.596)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		1.405.287	1.578.388	1.273.912	1.384.922
Imposto de renda e contribuição social correntes	9d	(128.582)	(489.437)	-	(364.477)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9d	126.699	44.005	129.492	112.511
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		1.403.404	1.132.956	1.403.404	1.132.956
Lucro básico e diluído por ação – R\$	23	0,48	0,39	0,48	0,39

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		Abr a Jun/2022	Abr a Jun/2021	Abr a Jun/2022	Abr a Jun/2021
RECEITA LÍQUIDA	24	2.049.713	1.945.567	1.728.489	1.535.148
CUSTOS OPERACIONAIS					
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA	25				
Encargos de uso da rede básica de transmissão		(59.411)	(48.588)	(42.425)	(36.674)
Energia elétrica comprada para revenda		(933.891)	(952.880)	(930.973)	(936.566)
		(993.302)	(1.001.468)	(973.398)	(973.240)
OUTROS CUSTOS	25				
Pessoal e administradores		(68.273)	(79.894)	(60.433)	(72.910)
Materiais		(4.516)	(8.858)	(1.606)	(3.749)
Serviços de terceiros		(30.045)	(44.597)	(14.793)	(34.584)
Depreciação e amortização		(79.818)	(49.967)	(60.984)	(32.154)
Provisões operacionais, líquidas	25c	(11.835)	(8.006)	(12.686)	(8.002)
Custo de construção de infraestrutura de transmissão	25e	(75.190)	(28.059)	(75.190)	(28.059)
Outros custos operacionais		(3.266)	(7.978)	(1.702)	(8.328)
		(272.943)	(227.359)	(227.394)	(187.786)
CUSTOS TOTAIS		(1.266.245)	(1.228.827)	(1.200.792)	(1.161.026)
LUCRO BRUTO		783.468	716.740	527.697	374.122
DESPESAS OPERACIONAIS					
Despesas com vendas	25c	(868)	(6.691)	(1.085)	(6.565)
Despesas gerais e administrativas		(55.155)	(6.092)	(54.982)	(5.922)
Reversões com provisões operacionais	25c	53.356	-	53.356	-
Outras despesas operacionais		(224.891)	(55.745)	(224.374)	(56.649)
		(227.558)	(68.528)	(227.085)	(69.136)
Repactuação do risco hidrológico – Lei 14.052/20	15	-	909.601	-	683.405
Revisão Tarifaria Periódica, líquida		-	211.247	-	211.247
Resultado de equivalência patrimonial		217.940	(119.347)	416.001	317.265
Ganho na alienação de ativo mantido para venda	30	6.644	-	6.644	-
Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos		780.494	1.649.713	723.257	1.516.903
Receitas financeiras	26	113.292	1.076.073	95.051	1.069.593
Despesas financeiras	26	(648.048)	(647.878)	(642.946)	(643.668)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		245.738	2.077.908	175.362	1.942.828
Imposto de renda e contribuição social correntes	9d	240.686	(431.974)	309.250	(364.477)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9d	103.466	(201.605)	105.278	(134.022)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		589.890	1.444.329	589.890	1.444.329
Lucro básico e diluído por ação – R\$	23	0,20	0,50	0,20	0,50

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	1.403.404	1.132.956	1.403.404	1.132.956
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	<u>1.403.404</u>	<u>1.132.956</u>	<u>1.403.404</u>	<u>1.132.956</u>

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/2022	Abr a Jun/2021	Abr a Jun/2022	Abr a Jun/2021
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	589.890	1.444.329	589.890	1.444.329
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	<u>589.890</u>	<u>1.444.329</u>	<u>589.890</u>	<u>1.444.329</u>

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	4.000.000	-	2.072.877	(230.706)	-	5.842.171
Lucro líquido do período	-	-	-	-	1.132.956	1.132.956
Realização do custo atribuído de imobilizado	-	-	-	(4.003)	4.003	-
Distribuição de Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(135.134)	(135.134)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021	4.000.000	-	2.072.877	(234.709)	1.001.825	6.839.993
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	4.123.724	1.350.000	2.464.672	(182.942)	-	7.755.454
Lucro líquido do período	-	-	-	-	1.403.404	1.403.404
Realização do custo atribuído de imobilizado	-	-	-	(117.007)	117.007	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022	4.123.724	1.350.000	2.464.672	(299.949)	1.520.411	9.158.858

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do período		1.403.404	1.132.956	1.403.404	1.132.956
Ajustes por:					
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa:					
Depreciação e amortização	25	164.184	97.012	126.910	67.612
Baixas de valor residual líquido de ativos financeiros da concessão, ativos de contrato, imobilizado e intangível		180.390	237	171.785	237
Repactuação do risco hidrológico – Lei 14.052/20	15	-	(909.601)	-	(683.405)
Ajuste na expectativa do fluxo de caixa dos ativos financeiros e de contrato da concessão	11 e 12	(729.389)	(532.533)	(418.955)	(289.129)
Equivalência patrimonial	13b	(274.020)	122.840	(659.450)	(505.804)
Juros e variações monetárias		263.120	469.238	263.061	465.544
Variação cambial de empréstimos e financiamentos	19	(342.500)	(291.750)	(342.500)	(291.750)
Efeitos da revisão tarifária periódica da RAP	12	-	(238.815)	-	(238.815)
Ganho na alienação de ativo mantido para venda	30	(6.644)	-	(6.644)	-
Amortização do custo de transação de empréstimos e financiamentos	19	1.209	10.520	1.209	10.520
Imposto de renda e contribuição social diferidos	09c	(126.699)	(44.005)	(129.492)	(112.511)
Reconhecimento de créditos extemporâneos de PIS/Pasep e Cofins s/ICMS		(1.285)	(2.063)	-	(1.881)
Provisões para perdas operacionais, líquidas	25b	(25.441)	22.948	(25.255)	22.954
Variação do valor justo de instrumentos financeiros derivativos (Swap)	28	402.027	612.765	402.027	612.765
Variação do valor justo de instrumentos financeiros derivativos (Opções de venda)	28	32.399	13.358	32.399	13.358
Obrigações pós-emprego	21	70.817	53.703	70.817	53.703
Outros		5.858	17.723	5.858	18.039
		1.017.430	534.533	895.174	274.393
(Aumento) redução de ativos					
Consumidores e revendedores		(138.063)	174.546	(138.045)	184.416
Tributos compensáveis		(3.056)	5.072	(531)	3.830
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		178.439	(15.280)	185.298	(9.009)
Concessionários e transporte de energia		9.068	(1.296)	9.179	(2.184)
Depósitos vinculados a litígios		(38.612)	973	(41.485)	1.045
Dividendos recebidos		8.278	100.177	8.278	340.677
Ativos financeiros da concessão e ativos de contrato	11 e 12	287.322	430.074	128.585	295.634
Outros		60.502	(130.827)	57.569	17.809
		363.878	563.439	208.848	832.218
Aumento (redução) de passivos					
Fornecedores		48.824	(46.696)	64.024	4.118
Impostos, taxas e contribuições		(14.856)	154.686	(17.816)	141.137
Imposto de renda e contribuição social a pagar		128.582	489.437	-	364.477
Salários e contribuições sociais		8.684	6.746	8.686	6.751
Encargos regulatórios		37.694	(44.168)	35.755	(41.743)
Obrigações pós-emprego	21	(51.209)	(44.636)	(51.209)	(44.636)
Outros		26.114	(22.771)	13.170	(29.599)
		183.833	492.598	52.610	400.505
Caixa gerado pelas atividades operacionais		1.565.141	1.590.570	1.156.632	1.507.116
Imposto de renda e contribuição social pagos		(485.735)	(194.376)	(304.609)	(55.313)
Juros pagos de empréstimos, financiamentos e debêntures	19	(285.043)	(473.604)	(285.043)	(473.150)
Liquidação de instrumentos financeiros derivativos (Swap)	28	(35.505)	888.642	(35.505)	888.642
Juros pagos de arrendamentos	16	(198)	(185)	(186)	(173)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		758.660	1.811.047	531.289	1.867.122
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aportes em investimentos	13b	(282)	(732)	(20.282)	(20.982)
Alienação de participação societária	30	6.644	-	6.644	-
Imobilizado	14	(39.686)	(71.924)	(14.481)	(53.423)
Intangível	15	(1.033)	(3.037)	(1.033)	(3.037)
Títulos e valores mobiliários		104.373	(175.983)	204.009	(244.101)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		70.016	(251.676)	174.857	(321.543)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos		(114.865)	(527.769)	(114.865)	(527.769)
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	19	(409.511)	(666.560)	(409.511)	(648.780)
Pagamentos de arrendamentos	16	(6.050)	(5.630)	(5.674)	(5.221)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(530.426)	(1.199.959)	(530.050)	(1.181.770)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		298.250	359.412	176.096	363.809
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	5	123.071	384.397	86.064	290.995
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO PERÍODO		421.321	743.809	262.160	654.804

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021
RECEITAS				
Venda de energia e serviços	4.348.526	4.252.746	3.938.647	3.664.160
Receita de construção	169.268	62.134	169.268	62.134
Remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão	393.144	274.119	375.573	274.119
Receita de atualização financeira da bonificação pela outorga	292.863	243.404	-	-
Resultado da revisão tarifária periódica do contrato de transmissão	-	238.815	-	238.815
Perdas esperadas de créditos com liquidação duvidosa	305	(5.579)	(128)	(5.592)
Ganho na alienação de ativo mantido para venda	6.644	-	6.644	-
Outras receitas, líquidas	41.365	41.249	41.365	41.249
	5.252.115	5.106.888	4.531.369	4.274.885
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Energia elétrica comprada para revenda	(2.026.589)	(2.124.826)	(2.019.130)	(2.093.689)
Encargos de uso da rede básica da transmissão	(127.791)	(106.692)	(92.128)	(80.630)
Serviços de terceiros	(130.142)	(133.481)	(102.982)	(114.611)
Materiais	(138.589)	(45.257)	(134.614)	(37.300)
Concessão onerosa	(1.997)	(1.678)	(1.992)	(1.673)
Outros custos operacionais	(191.142)	(44.430)	(189.787)	(40.938)
	(2.616.250)	(2.456.364)	(2.540.633)	(2.368.841)
VALOR ADICIONADO BRUTO	2.635.865	2.650.524	1.990.736	1.906.044
RETENÇÕES				
Depreciação e amortização	(164.184)	(97.012)	(126.910)	(67.612)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	2.471.681	2.553.512	1.863.826	1.838.432
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Repactuação do risco hidrológico – Lei 14.052/20	-	909.601	-	683.405
Resultado de equivalência patrimonial	274.020	(122.840)	659.450	505.804
Receitas financeiras	460.839	350.421	426.464	340.763
	734.859	1.137.182	1.085.914	1.529.972
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	3.206.540	3.690.694	2.949.740	3.368.404
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Empregados	238.315	199.001	226.280	188.460
Remuneração direta	131.286	117.418	119.707	107.254
Obrigações pós-emprego e outros benefícios	87.584	66.996	87.221	66.704
FGTS	8.607	8.419	8.514	8.334
Programa de desligamento voluntário programado	10.838	6.168	10.838	6.168
Impostos, taxas e contribuições	867.275	1.240.125	635.866	939.891
Federais	521.641	890.205	323.650	627.890
Estaduais	342.976	342.554	309.721	309.648
Municipais	2.658	7.366	2.495	2.353
Remuneração de capitais de terceiros	697.546	1.118.612	684.190	1.107.097
Juros	694.256	1.117.195	683.206	1.106.596
Aluguéis	3.290	1.417	984	501
Remuneração de capitais próprios	1.403.404	1.132.956	1.403.404	1.132.956
Juros sobre capital próprio	-	135.134	-	135.134
Lucros retidos	1.403.404	997.822	1.403.404	997.822
	3.206.540	3.690.694	2.949.740	3.368.404

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

REFERENTES AO PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2022

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

a) A Companhia

A Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Companhia”, “Cemig GT” ou “Cemig Geração e Transmissão”) é uma sociedade anônima de capital aberto, inscrita no CNPJ nº 06.981.176/0001-58, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Cemig. Suas ações não são negociadas em bolsa de valores. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais.

A Companhia tem por objeto social: (i) estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar Sistemas de Geração, Transmissão e Comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser, concedidos, por qualquer título de direito ou a empresas das quais mantenha o controle acionário; (ii) desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em qualquer de suas fontes, com vistas à exploração econômica e comercial; (iii) prestar serviço de consultoria, dentro de sua área de atuação, a empresas no Brasil e no exterior e (iv) exercer atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social. No terceiro trimestre de 2021, iniciou-se o processo de segregação do negócio de comercialização, a partir de sua transferência parcial da Cemig GT para a sua controladora Cemig, mantendo sua estratégia corporativa.

A Companhia possui participação em 67 usinas, sendo 60 hidrelétricas, 6 eólicas e 1 solar e 71 linhas de transmissão pertencentes à Rede Básica do Sistema Brasileiro de Geração e Transmissão, com capacidade instalada de 5.749 MW (informações não revisadas pelos auditores independentes).

A Companhia possui participação societária em empresas controladas individualmente ou em conjunto e coligadas, cujos objetivos principais são a construção e a operação de sistemas de produção e comercialização de energia elétrica, conforme descrito na nota explicativa nº 13.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de Conformidade

As informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, foram elaboradas de acordo com o International Accounting Standard nº 34, Interim Financial Reporting emitido pelo International Accounting Standards Board – IASB, Pronunciamento Contábil nº 21 (R1) - “CPC 21”, que abrange as informações contábeis intermediárias e com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (“DVA”) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas, CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. As normas IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

Dessa forma, estas informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras, aprovadas pelo Conselho de Administração em 29 de março de 2022.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

O Conselho de Administração da Companhia autorizou a emissão destas informações contábeis intermediárias em 12 de agosto de 2022.

2.2 Correlação entre as Notas Explicativas divulgadas nas Demonstrações Financeiras Anuais e as Informações Contábeis Intermediárias

Número das notas explicativas		Título das notas explicativas
31/12/2021	30/06/2022	
1	1	Contexto operacional
2	2	Base de preparação
3	3	Princípios da consolidação
4	4	Das concessões e autorizações
5	29	Segmentos operacionais
6	5	Caixa e equivalentes de caixa
7	6	Títulos e valores mobiliários
8	7	Consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia
9	8	Tributos compensáveis
10	9	Imposto de renda e contribuição social
11	10	Depósitos vinculados a litígios
12	11	Ativos financeiros da concessão
13	12	Ativos de contrato
14	13	Investimentos
15	14	Imobilizado
16	15	Intangíveis
17	16	Operações de arrendamento mercantil
18	17	Fornecedores
19	18	Impostos, taxas e contribuições
22	19	Empréstimos, financiamentos e debêntures
21	20	Encargos regulatórios
22	21	Obrigações pós-emprego
23	22	Provisões
24	23	Patrimônio líquido e remuneração aos acionistas
25	24	Receitas
26	25	Custos e despesas operacionais
27	26	Receitas e despesas financeiras
28	27	Transações com partes relacionadas
29	28	Instrumentos financeiros e gestão de riscos
30	30	Alienação de participação societária
33	31	Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI

As notas explicativas das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 que foram suprimidas nas informações contábeis intermediárias pelo fato de não apresentarem alterações relevantes e/ou não serem aplicáveis às informações contábeis intermediárias são as seguintes:

Número das notas	Título das notas explicativas
31	Seguros
32	Obrigações contratuais

2.3 Pronunciamentos revisados aplicados pela primeira vez em 2022

As alterações do IAS 37 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - contratos onerosos e do IAS 16 - Ativo imobilizado, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2022 ou após esta data, não impactaram as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia.

3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

As datas das informações contábeis intermediárias das sociedades controladas, utilizadas para a consolidação e das controladas em conjunto e coligadas utilizadas para o cálculo de equivalência patrimonial, são elaboradas na mesma data de encerramento da Companhia. As práticas contábeis são aplicadas de maneira uniforme àquelas utilizadas pela controladora.

A Companhia utiliza os critérios de consolidação integral e a sua participação direta é como segue:

Sociedades controladas	30/06/2022 e 31/12/2021	
	Forma de avaliação	Participação direta (%)
Cemig Baguari Energia S.A. ("Cemig Baguari")	Consolidação	100
Cemig Geração Três Marias S.A. ("Cemig Geração Três Marias")	Consolidação	100
Cemig Geração Salto Grande S.A. ("Cemig Geração Salto Grande")	Consolidação	100
Cemig Geração Itutinga S.A. ("Cemig Geração Itutinga")	Consolidação	100
Cemig Geração Camargos S.A. ("Cemig Geração Camargos")	Consolidação	100
Cemig Geração Sul S.A. ("Cemig Geração Sul")	Consolidação	100
Cemig Geração Leste S.A. ("Cemig Geração Leste")	Consolidação	100
Cemig Geração Oeste S.A. ("Cemig Geração Oeste")	Consolidação	100
Sá Carvalho S.A. ("Sá Carvalho")	Consolidação	100
Horizontes Energia S.A. ("Horizontes")	Consolidação	100
Rosal Energia S.A. ("Rosal Energia")	Consolidação	100
Cemig PCH S.A. (Cemig PCH)	Consolidação	100
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A. ("ESCEE")	Consolidação	100
Cemig Geração Poço Fundo S.A. ("Poço Fundo")	Consolidação	100
Cemig Trading S.A. ("Cemig Trading")	Consolidação	100
Central Eólica Praias de Parajuru S.A. ("Parajuru")	Consolidação	100
Central Eólica Volta do Rio S.A. ("Volta do Rio")	Consolidação	100
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas S.A. ("Centroeste")	Consolidação	100

4. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES

A Companhia, incluindo suas subsidiárias integrais e as participações em consórcio, detém junto à Aneel, as seguintes concessões e autorizações:

	Empresa detentora da concessão/autorização	Contrato de concessão/autorização	Data de vencimento *
GERAÇÃO			
Usinas hidrelétricas			
Emborcação	Cemig GT	07/1997	07/2025
Nova Ponte	Cemig GT	07/1997	07/2025
Santa Luzia	Cemig GT	07/1997	02/2026
Irapé	Cemig GT	14/2000	02/2035
Queimado (Consórcio)	Cemig GT	06/1997	01/2033
Rio de Pedras	Cemig GT	02/2013	09/2024
Poço Fundo	Cemig Geração Poço Fundo	01/2021	08/2045
São Bernardo	Cemig GT	02/2013	08/2025
Rosal	Rosal Energia	01/1997	05/2032
Machado Mineiro (1)			05/2027
Salto Voltão (1)			06/2033
Salto Paraopeba	Horizontes Energia	Resolução 331/2002	10/2030
Salto do Passo Velho (1)			03/2031
PCH Pai Joaquim	Cemig PCH	Resolução autorizativa 377/2005	04/2032
Sá Carvalho	Sá Carvalho	01/2004	12/2024
Três Marias	Cemig Geração Três Marias	08/2016	01/2046
Salto Grande	Cemig Geração Salto Grande	09/2016	01/2046
Itutinga	Cemig Geração Itutinga	10/2016	01/2046
Camargos	Cemig Geração Camargos	11/2016	01/2046
Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau	Cemig Geração Sul	12/2016 e 13/2016	01/2046
Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras	Cemig Geração Leste	14/2016 e 15/2016	01/2046
Cajurú, Gafanhoto e Martins	Cemig Geração Oeste	16/2016	01/2046
Usinas Eólicas			
Central Geradora Eólica Praias de Parajuru	Parajuru	Resolução 526/2002	09/2032
Central Geradora Eólica Volta do Rio	Volta do Rio	Resolução 660/2001	01/2031
TRANSMISSÃO			
Rede Básica	Cemig GT	006/1997	01/2043
Subestação – SE Itajubá	Cemig GT	79/2000	10/2030
Linha de transmissão Furnas – Pimenta	Centroeste	004/2005	03/2035

* Os contratos de concessão elegíveis à extensão da outorga em função da repactuação do risco hidrológico (GSF) aguardam chamado da Aneel para assinatura do aditivo e, as usinas elegíveis que possuem outorga por meio de resolução autorizativa, aguardam a reformulação desses atos para constar as novas datas. Mais detalhes na nota explicativa nº 15.

(1) A Aneel alterou, por meio da Resolução Autorizativa nº 12.137, de 14 de junho de 2022, o término de vigência das outorgas de autorização dessas usinas, em função da repactuação do risco hidrológico (GSF).

A Companhia produz energia por meio de 9 hidroelétricas de potencial igual ou inferior a 5MW, com potência instalada total de 11,53 MW, e, assim, nos termos da Lei 9.074/95, estão dispensadas de concessão, permissão ou autorização, e não possuem prazo final de concessão.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Contas bancárias	2.120	5.917	841	3.772
Aplicações financeiras:				
Certificados de Depósitos Bancários (CDB) (1)	92.800	70.251	91.422	50.846
Aplicações automáticas - Overnight (2)	320.206	44.789	167.653	29.334
Outros	6.195	2.114	2.244	2.112
	419.201	117.154	261.319	82.292
	421.321	123.071	262.160	86.064

- (1) Os Certificados de Depósito Bancário (CDBs) são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – Cetip, que variam entre 92,00% a 107,00% em 30 junho de 2022 (90,00% a 106,60% em 31 de dezembro de 2021) conforme operação. Para esses CDBs, a Companhia e suas controladas possuem operações compromissadas afirmando, em suas respectivas notas de negociação, o compromisso de recompra do título pelo banco, à vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente.
- (2) As operações de aplicações automáticas (*overnight*) consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada que varia de 12,89% a.a a 13,14% a.a. em 30 de junho de 2022 (8,87% a.a. a 9,14% em 31 de dezembro de 2021) e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia e de suas controladas ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

A exposição da Companhia e de suas controladas a riscos de taxas de juros e análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 28.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Circulante				
Certificados de Depósitos Bancários (CDB) (1)	-	55.290	-	36.211
Letras financeiras (LFs) – Bancos (2)	802.485	779.375	420.165	510.436
Letras financeiras do Tesouro (LFTs) (3)	196.403	98.108	102.833	64.254
Debêntures (4)	17.265	10.975	9.039	7.188
Outros	242	41	242	41
	1.016.395	943.789	532.279	618.130
Não circulante				
Letras financeiras (LFs) – Bancos (2)	11.738	191.430	6.146	125.373
Debêntures (4)	5.393	2.680	2.824	1.755
	17.131	194.110	8.970	127.128
	1.033.526	1.137.899	541.249	745.258

- (1) Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – Cetip, que foi de 103,00% do CDI em 30 de junho de 2022 (107,24% em 31 de dezembro de 2021) conforme operação.
- (2) As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (Cetip). As LFs que compõem a carteira possuem taxa de remuneração que variam entre 104,94% a 130,00% do CDI em 30 de junho de 2022 (105,00% a 130,00% em 31 de dezembro de 2021).
- (3) As Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa Selic diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título. As LFTs que compõem a carteira possuem taxa de remuneração que varia entre 13,14% a 13,50% a.a. em 30 de junho de 2022 (9,12% a 9,50% a.a. em 31 de dezembro de 2021).
- (4) Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem ao seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures possuem taxa de remuneração que variam entre Taxa Referencial (TR) + 1,00% a 114,83% do CDI em 30 de junho de 2022 (TR + 1,00% a 109,00% do CDI e 31 de dezembro de 2021).

A classificação destes títulos e valores mobiliários e as aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas nas notas explicativas nº 27 e 28, respectivamente.

7. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA

	Saldos a vencer		Vencidos			Consolidado	
	Faturado	Não faturado	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Há mais de 360 dias	30/06/2022	31/12/2021
Industrial	6.388	335.456	67.502	35.348	35.791	480.485	330.582
Comércio, serviços e outras	447	84.266	13.540	3.742	8.564	110.559	96.663
Suprimento a outras concessionárias	37.969	176.332	23.413	15	97	237.826	242.026
Concessionários – transp. de energia	2.414	96.034	104	613	5.091	104.256	113.324
Câmara Comerc. Energia Elétrica – CCEE	6.538	13.436	3.751	-	-	23.725	43.379
Perdas esperadas de créditos com liquidação duvidosa	-	-	(1)	(1.982)	(27.596)	(29.579)	(28.002)
	53.756	705.524	108.309	37.736	21.947	927.272	797.972
Ativo circulante						925.738	794.579
Consumidores e revendedores						821.482	681.255
Concessionários – Transp. energia						104.256	113.324
Ativo não circulante						1.534	3.393
Consumidores e revendedores						1.534	3.393

	Saldos a vencer		Vencidos			Controladora	
	Faturado	Não faturado	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Há mais de 360 dias	30/06/2022	31/12/2021
Industrial	214	306.184	61.591	31.703	30.297	429.989	281.119
Comércio, serviços e outras	447	84.266	13.540	3.742	8.564	110.559	96.663
Suprimento a outras concessionárias	24.021	103.067	19.277	-	96	146.461	140.802
Concessionários – transp. de energia	2.421	93.874	-	600	5.090	101.985	111.164
Câmara Comerc. Energia Elétrica – CCEE	6.538	5.964	285	-	-	12.787	41.286
Perdas esperadas de créditos com liquidação duvidosa	-	-	-	(1.982)	(24.603)	(26.585)	(24.576)
	33.641	593.355	94.693	34.063	19.444	775.196	646.458
Ativo circulante						774.868	645.743
Consumidores e revendedores						672.883	534.579
Concessionários – Transp. energia						101.985	111.164
Ativo não circulante						328	715
Consumidores e revendedores						328	715

A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de crédito relacionado a consumidores e revendedores está divulgada na nota explicativa nº 28.

A provisão para perdas esperadas de créditos com liquidação duvidosa é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua movimentação no período é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2021	28.002	24.576
Constituição de provisão, líquida (nota 25c)	(305)	128
Baixa	1.882	1.881
Saldo em 30 de junho de 2022	29.579	26.585

8. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Circulante				
ICMS a recuperar	7.990	6.419	5.698	5.513
Cofins (a)	2.836	5.975	272	3.510
PIS/Pasep (a)	595	1.526	40	947
INSS	18.110	17.145	18.110	17.145
Outros	831	809	827	806
	30.362	31.874	24.947	27.921
Não circulante				
ICMS a recuperar	32.056	28.551	31.119	27.614
Cofins (a)	37.194	35.265	-	-
PIS/Pasep (a)	8.149	7.730	-	-
	77.399	71.546	31.119	27.614
	107.761	103.420	56.066	55.535

a) Créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS

Em 08 de maio de 2019, transitou em julgado, no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, a Ação Ordinária movida pela Companhia, com decisão favorável à autora, reconhecendo o direito de esta excluir o ICMS da base de cálculo do PIS/Pasep e Cofins com efeitos retroativos ao prazo de 5 anos do início do processo judicial, ou seja, desde julho de 2003.

Assim, a Companhia registrou os créditos de PIS/Pasep e Cofins referentes aos valores pagos dessas contribuições incidentes sobre o ICMS no período de julho de 2003 a maio de 2019.

Adicionalmente, transitaram em julgado com decisão favorável às empresas, as ações judiciais da mesma natureza movidas pelas subsidiárias integrais Sá Carvalho, Cemig Geração Poço Fundo (anteriormente denominada Usina Termelétrica Barreiro S.A.) e Horizontes Energia.

Em 12 de maio de 2020, a Receita Federal deferiu o pedido de habilitação dos créditos de PIS/Pasep e Cofins oriundos da ação judicial transitada em julgada em 2019 em favor da Companhia, que efetuou, no período de maio de 2020 a setembro de 2021 a compensação mensal dos saldos a receber com os valores a pagar. Em 2021, foram compensados créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS com tributos federais a pagar no montante de R\$310.792 (R\$328.750 em 2020).

Em 13 de maio de 2021, o Supremo Tribunal Federal - STF julgou os embargos de declaração interpostos pela União, modulando os efeitos da decisão de que o ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS/Pasep e da Cofins, para que a produção de efeitos se dê após 15 de março de 2017, data da fixação da tese, ressalvadas as ações judiciais e administrativas protocoladas até a data em que proferido o julgamento. Dessa forma, a modulação dos efeitos proferida pelo STF não alcança os créditos reconhecidos pela Companhia. Adicionalmente, na questão relativa ao ICMS a ser excluído da base de cálculo das contribuições para o PIS/Pasep e Cofins, prevaleceu o entendimento de que se trata do ICMS destacado, conforme critério de registro adotado pela Companhia para as ações que transitaram em julgado.

Tendo em vista a decisão do STF sobre a modulação dos efeitos da decisão, as subsidiárias integrais do Lote D, reconheceram, em 2021, os valores dos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre o ICMS referentes aos períodos contemplados no processo que discute a matéria, no montante de R\$8.935.

O valor dos créditos das controladas está registrado no ativo não circulante considerando que ainda não foram habilitados junto à Receita Federal.

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Circulante				
Imposto de renda	537.255	503.437	534.552	501.836
Contribuição social	235.561	149.078	235.282	148.687
	772.816	652.515	769.834	650.523

b) Imposto de renda e contribuição social a recolher

	Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021
Circulante		
Imposto de renda	73.049	116.340
Contribuição social	25.982	41.104
	99.031	157.444

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
ATIVO				
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	345.015	218.104	345.015	218.104
Obrigações pós-emprego	425.907	414.995	425.907	414.995
Perdas esperadas de créditos com liquidação duvidosa	9.607	8.924	9.039	8.356
Provisões para contingências	126.613	120.289	126.609	120.234
Provisão put SAAG	227.355	216.339	227.355	216.339
Provisão para perdas em investimentos	57.430	244.132	57.430	244.132
Outras provisões	48.657	48.923	48.657	48.923
Concessão onerosa	11.883	11.274	11.883	11.274
Outros	18.199	21.369	11.724	15.190
	1.270.666	1.304.349	1.263.619	1.297.547
PASSIVO				
Valor justo como custo atribuído na adoção das IFRS	(158.284)	(219.067)	(141.601)	(201.878)
Atualização ativo de contrato	(954.015)	(895.223)	(950.307)	(891.654)
Valor justo de participações societárias	(125.339)	(129.641)	(125.339)	(129.641)
Instrumentos financeiros derivativos (swap)	(275.801)	(412.436)	(275.801)	(412.436)
Ressarcimento de custos - GSF	(296.622)	(319.210)	(233.454)	(253.901)
Outros	(12.918)	(7.669)	(1.213)	(1.625)
	(1.822.979)	(1.983.246)	(1.727.715)	(1.891.135)
Total líquido	(552.313)	(678.897)	(464.096)	(593.588)
Total do passivo	(552.313)	(678.897)	(464.096)	(593.588)

A reconciliação do imposto de renda e contribuição social diferidos é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(678.897)	(593.588)
Efeitos alocados ao resultado	126.699	129.492
Outros	(115)	-
Saldo em 30 de junho de 2022	(552.313)	(464.096)

d) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	1.405.287	1.578.388	1.273.912	1.384.922
Imposto de renda e contribuição social – despesa nominal (34%)	(477.798)	(536.652)	(433.130)	(470.873)
Efeitos fiscais incidentes sobre:				
Juros sobre o capital próprio	-	45.946	-	45.946
Incentivos fiscais	12	10.446	-	10.438
Resultado de equivalência patrimonial	89.806	(48.297)	222.711	168.034
Multas indedutíveis	(1.116)	(209)	(1.116)	(209)
Diferença resultante da base de incidência do lucro presumido	46.012	88.467	-	-
Realização de ágio - Renova	108.416	-	108.416	-
PECLD com partes relacionadas - Renova	233.931	-	233.931	-
Outros	(1.146)	(5.133)	(1.320)	(5.302)
Imposto de renda e contribuição social – receita (despesa) efetiva	(1.883)	(445.432)	129.492	(251.966)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(128.582)	(489.437)	-	(364.477)
Imposto de renda e contribuição social diferido	126.699	44.005	129.492	112.511
	(1.883)	(445.432)	129.492	(251.966)
Alíquota efetiva	0,13%	28,22%	(10,16)%	18,19%

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/2022	Abr a Jun/2021	Abr a Jun/2022	Abr a Jun/2021
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	245.738	2.077.908	175.362	1.942.828
Imposto de renda e contribuição social – despesa nominal (34%)	(83.551)	(706.489)	(59.623)	(660.562)
Efeitos fiscais incidentes sobre:				
Juros sobre o capital próprio	-	45.946	-	45.946
Incentivos fiscais	(8.113)	10.442	(8.121)	10.438
Resultado de equivalência patrimonial	73.587	(43.551)	141.908	105.901
Multas indedutíveis	(691)	(126)	(691)	(126)
Diferença resultante da base de incidência do lucro presumido	21.791	60.219	-	-
Realização de ágio - Renova	108.416	-	108.416	-
PECLD com partes relacionadas - Renova	233.931	-	233.931	-
Outros	(1.218)	(20)	(1.292)	(96)
Imposto de renda e contribuição social – receita (despesa) efetiva	344.152	(633.579)	414.528	(498.499)
Imposto de renda e contribuição social corrente	240.686	(431.974)	309.250	(364.477)
Imposto de renda e contribuição social diferido	103.466	(201.605)	105.278	(134.022)
	344.152	(633.579)	414.528	(498.499)
Alíquota efetiva	(140,05)%	30,49%	(236,38)%	25,66%

10. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Trabalhistas	24.600	24.153	23.944	23.502
Fiscais				
Imposto de renda sobre juros sobre capital próprio (JCP)	18.165	17.760	16.849	16.444
PIS/Pasep e Cofins (1)	3.450	6.343	-	-
IR/INSS - Indenização do anuênio (2)	69.849	68.399	69.849	68.399
IPTU	14.134	13.272	14.132	13.270
CSLL (3)	19.706	18.062	19.706	18.062
Outros	5.834	4.615	5.156	4.010
	131.138	128.451	125.692	120.185
Outros				
Bloqueio judicial	1.865	929	1.833	896
Regulatórios	4.608	3.279	4.608	3.279
Administrativo (4)	40.168	-	40.168	-
Outros	2.907	5.008	2.795	4.897
	49.548	9.216	49.404	9.072
	205.286	161.820	199.040	152.759

- (1) Refere-se aos depósitos judiciais relacionados à inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo dessas contribuições.
- (2) Ver mais detalhes na nota explicativa nº 22 – Provisões (Indenização do anuênio).
- (3) Depósito judicial no âmbito do processo que discute a tributação de CSLL sobre doações e patrocínio de caráter cultural e artístico, despesas com multas punitivas e de tributos com exigibilidade suspensa.
- (4) Inclui montante de R\$37.785 referente ao depósito judicial relacionado ao processo de Quebra de Contrato - Prestação de Serviços de Limpeza de Faixas de Servidão e Aceiros. Mais detalhes na nota explicativa nº 22 – Provisões (Outros processos).

11. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Geração - Indenização a receber (11.1)	644.432	816.202	644.432	816.202
Geração - Bonificação pela outorga (11.2)	2.939.401	2.792.201	-	-
	3.583.833	3.608.403	644.432	816.202
Circulante	306.865	283.233	-	-
Não circulante	3.276.968	3.325.170	644.432	816.202

A movimentação dos ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.608.403	816.202
Atualização financeira	292.863	-
Recebimentos	(145.663)	-
Baixa	(171.770)	(171.770)
Saldo em 30 de junho de 2022	3.583.833	644.432

11.1 Geração - Indenização a receber

A partir de agosto de 2013, ocorreu o término das concessões para diversas usinas operadas pela Companhia sob o Contrato de Concessão nº 007/1997, passando a Companhia a ter direito à indenização dos ativos ainda não amortizados, conforme previsto no contrato de concessão. Os saldos contábeis correspondentes a esses ativos foram reconhecidos no ativo financeiro, pelo método do valor justo por meio do resultado.

Os laudos de indenização das usinas, anteriormente operadas pela Companhia, que foram incluídas no Lote D e da Usina Volta Grande foram entregues à Aneel conforme previsto na Resolução Normativa – ReN Aneel nº 596/2013, alterada pela ReN nº 615/2014.

Os investimentos realizados após a entrada em operação das Usinas Jaguará, São Simão e Miranda foram classificados na rubrica Ativos Financeiros da Concessão no exercício de 2017, após a revogação das liminares ingressadas pela Companhia por esta entender que tinha direito à renovação dessas concessões, baseada nos termos originais dos Contratos de Concessão e após o Leilão dessas usinas pelo poder concedente.

No ano de 2019 foi aberta, pela Aneel, a audiência pública nº 003/19, a fim de obter subsídios para o aprimoramento da regulamentação de critérios e procedimentos de cálculo dos investimentos em bens reversíveis não amortizados ou não depreciados de concessões de geração prorrogadas ou não, nos termos da Lei nº 12.783/2013, o que resultou na publicação, em 22 de junho de 2021, da ReN nº 942, pela Aneel.

De acordo com a referida resolução, as concessionárias deveriam manifestar seu interesse comprovar a realização dos respectivos investimentos vinculados a bens reversíveis, por meio de relatório de avaliação, até 19 de agosto de 2022, podendo este prazo ser prorrogado pela Aneel por igual período. Conforme determinação do regulador, o relatório de avaliação deverá ser elaborado por uma empresa credenciada junto à Aneel, a ser contratada pela concessionária. Adicionalmente, as concessionárias deveriam manifestar interesse no recebimento do valor complementar até 20 de agosto de 2021, sendo este requisito cumprido pela Companhia dentro do prazo estipulado.

Em 09 de agosto de 2021 a Companhia manifestou seu interesse no recebimento do valor complementar relativo às parcelas dos investimentos vinculados aos bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados e não indenizados. A Companhia contratou a empresa avaliadora credenciada na Aneel e para atendimento aos requisitos da Resolução Normativa nº 942, comprovando a realização dos respectivos investimentos vinculados aos bens reversíveis, por meio de relatório de avaliação, no prazo estabelecido.

Em 28 de julho de 2022, a Aneel revogou a ReN nº 942, por meio da publicação da ReN nº 1.027, estabelecendo a metodologia e os critérios gerais para cálculo, a qual tem como base o valor novo de reposição, sendo este calculado prioritariamente a partir de banco de preços referenciais, seguido pelo banco de preços da concessionária ou, em última hipótese, do custo contábil fiscalizado atualizado.

O laudo de avaliação foi concluído e os resultados são conforme segue:

Central geradora	Data de vencimento das concessões	Capacidade instalada (MW)	Saldo líquido dos ativos com base no custo histórico ao término da concessão	Saldo líquido dos ativos avaliado a VNR ReN nº 1.027/2022
Lote D				
UHE Três Marias	jul/15	396,00	71.029	166.903
UHE Salto Grande	jul/15	102,00	11.514	85.625
UHE Itutinga	jul/15	52,00	4.408	10.089
UHE Camargos	jul/15	46,00	7.278	19.611
PCH Piauí	jul/15	18,01	1.622	4.376
PCH Gafanhoto	jul/15	14,00	1.371	5.247
PCH Peti	jul/15	9,40	1.330	6.056
PCH Dona Rita	set/13	2,41	600	1.569
PCH Tronqueiras	jul/15	8,50	2.373	8.510
PCH Joasal	jul/15	8,40	1.572	6.269
PCH Martins	jul/15	7,70	2.273	4.451
PCH Cajuru	jul/15	7,20	3.558	18.862
PCH Paciência	jul/15	4,08	871	4.146
PCH Marmelos	jul/15	4,00	694	2.409
Outras				
UHE Volta Grande	fev/17	380,00	235	361
UHE Miranda	dez/16	408,00	34.697	90.862
UHE Jaguará	ago/13	424,00	45.706	137.673
UHE São Simão	jan/15	1.710,00	27.082	71.413
		3.601,70	218.213	644.432

Com a conclusão do Laudo de Avaliação, a Companhia efetuou a baixa do ativo financeiro no montante de R\$171.770, em junho de 2022. O saldo de R\$644.432 representa a melhor estimativa da Administração para indenização das usinas, considerando os critérios de avaliação definidos pela Aneel.

O relatório de avaliação dos ativos está sujeito à fiscalização da Aneel, podendo esta solicitar documentação complementar e, assim, os valores resultantes do processo de avaliação podem sofrer ajustes, sendo assegurado à concessionária o direito ao contraditório e ampla defesa.

O prazo e a forma de pagamento dos investimentos realizados após a entrada em operação do projeto básico e ainda não amortizados ou depreciados serão definidos pelo Poder Concedente após a fiscalização e homologação dos valores das indenizações pela Aneel.

11.2 Geração - Bonificação pela outorga

A bonificação paga pela outorga por 30 anos dos contratos de concessão de nºs 08 ao 16/2016, referentes às 18 usinas hidrelétricas do Lote D do Leilão nº 12/2015, vencido pela Companhia, foi de R\$2.216.353, tendo sido reconhecida como um ativo financeiro, avaliado ao custo amortizado, em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago, atualizado pelo IPCA e somado aos juros remuneratórios (cujo total equivale à taxa interna de retorno do projeto) durante o período de vigência da concessão.

A movimentação destes ativos financeiros é como segue:

SPE	Usinas	Saldo em 31/12/2021	Atualização	Recebimento	Saldo em 30/06/2022
Cemig Geração Três Marias S.A.	Três Marias	1.583.720	160.683	(78.264)	1.666.139
Cemig Geração Salto Grande S.A.	Salto Grande	497.154	50.588	(24.682)	523.060
Cemig Geração Itutinga S.A.	Itutinga	187.004	20.561	(10.493)	197.072
Cemig Geração Camargos S.A.	Camargos	140.201	15.346	(7.812)	147.735
Cemig Geração Sul S.A.	Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau	183.635	21.032	(10.991)	193.676
Cemig Geração Leste S.A.	Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras	125.187	15.355	(8.346)	132.196
Cemig Geração Oeste S.A.	Cajurú, Gafanhoto e Martins	75.300	9.298	(5.075)	79.523
		2.792.201	292.863	(145.663)	2.939.401

12. ATIVOS DE CONTRATO

Em conformidade ao IFRS 15 / CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, os ativos reconhecidos em contrapartida à receita de construção da infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigação de desempenho de construção, operação e manutenção, são classificados como ativos de contrato e apresentam os seguintes saldos em 30 de junho de 2022:

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Transmissão – Rede Básica - Lei 12.783/13	2.033.360	2.011.576	2.033.360	2.011.576
Transmissão – Ativos remunerados por tarifa	2.538.489	2.265.406	2.418.110	2.149.524
	4.571.849	4.276.982	4.451.470	4.161.100
Circulante	667.666	592.337	638.494	565.659
Não circulante	3.904.183	3.684.645	3.812.976	3.595.441

A movimentação dos ativos de contrato é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.276.982	4.161.100
Adições	169.268	169.268
Atualização financeira	393.144	375.573
Recebimentos	(267.545)	(254.471)
Saldo em 30 de junho de 2022	4.571.849	4.451.470

Os valores a receber da Companhia são decorrentes dos contratos demonstrados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Circulante				
Contrato de Concessão - 006/97 (a)				
Rede Básica do Sistema Existente - RBSE	360.294	317.692	360.294	317.692
Rede Básica de Novas Instalações - RBNI	230.904	209.185	230.904	209.185
Contrato de Concessão - 079/00 (b)	47.296	38.782	47.296	38.782
Contrato de Concessão - 004/05 (c)	29.172	26.678	-	-
	667.666	592.337	638.494	565.659
Não circulante				
Contrato de Concessão - 006/97 (a)				
Rede Básica do Sistema Existente - RBSE	1.673.066	1.693.884	1.673.066	1.693.884
Rede Básica de Novas Instalações - RBNI	1.983.786	1.749.699	1.983.786	1.749.699
Contrato de Concessão - 079/00 (b)	156.124	151.858	156.124	151.858
Contrato de Concessão - 004/05 (c)	91.207	89.204	-	-
	3.904.183	3.684.645	3.812.976	3.595.441
	4.571.849	4.276.982	4.451.470	4.161.100

a) Contrato de Concessão nº 006/1997

Em 22 de abril de 2021, a Resolução nº 2.852 alterou o reposicionamento da Receita Anual Permitida (“RAP”) determinado pela Resolução nº 2.712/2020, retroativamente a 1º de julho de 2018, bem como a parcela de ajuste de Revisão, com efeitos financeiros no reajuste da RAP do ciclo 2021-2022, a vigorar de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022.

A próxima Revisão Tarifária Periódica – RTP ocorrerá em junho de 2023, com vigência a partir de 1º de julho de 2023. O índice utilizado para corrigir o contrato é o Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

Ativos RBSE - atualização pelo custo de capital regulatório

Em 06 de janeiro de 2021, a Advocacia Geral da União emitiu parecer sobre os efeitos jurídicos da reversão de medidas judiciais que suspendiam a remuneração do custo de capital das transmissoras definida na Portaria MME 120/2016, concluindo que esta deve ser atualizada pela taxa referente ao custo de capital próprio até 1º de julho de 2020, data do “efetivo pagamento”, sendo incorporada à RAP das transmissoras a partir do processo de 1º de julho de 2020 (ciclo 2020-2021), pelo prazo de oito anos.

Em 22 de abril de 2021, a Aneel publicou a Resolução Homologatória nº 2.852, que alterou a Resolução Homologatória nº 2.712/2020, definindo, dentre outras disposições, o referido componente financeiro. Dessa forma, o custo de capital próprio associado a esse componente financeiro foi incorporado ao cálculo dos processos de revisão periódica de 2018 da RAP das concessões de transmissão prorrogadas nos termos da Lei nº 12.783/2013, causando dois efeitos: (i) novo valor do componente a ser considerado na RAP dos ciclos tarifários de 2020-2021 a 2025-2026; e (ii) valor residual referente à diferença entre o valor pago às transmissoras entre os ciclos tarifários 2017-2018 e 2019-2020 e o valor devido após a cassação das liminares.

Assim, o saldo devedor desse componente foi recalculado, considerando o custo de capital remunerado à taxa de custo de capital próprio até a data do efetivo pagamento (1º de julho de 2020), descontado dos valores pagos trazidos a valor presente.

Adicionalmente, a Aneel decidiu pelo “reperfilamento” desses pagamentos, dentro do prazo de oito anos, de forma gradativa, e assegurando o valor presente líquido da operação.

O fluxo considerou o patamar mínimo de pagamento da dívida no ciclo 2021-2022, ou seja, com amortização nula do saldo devedor; taxa de amortização no ciclo 2022-2023 igual a 3,0%, de modo a amortizar parte da dívida e manter o patamar de pagamento estável; e pagamentos constantes nos ciclos 2023-2024 a 2027-2028, com taxas de amortização de 16,11% ao ano. Esse componente financeiro da receita não deve ser objeto da revisão periódica de 2023, a fim de promover a estabilidade regulatória e a mitigação do risco setorial.

b) Contrato de Concessão nº 079/00

O contrato regula a exploração do serviço público de transmissão, consistindo na implantação, manutenção e operação de transmissão das seguintes instalações: SE Itajubá 3, LT Itajubá 3/Poços de Caldas e LT Itajubá 3/ Cachoeira Paulista, vigente até 04 de outubro de 2034.

O índice de atualização do contrato é o Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M.

Em 30 de março de 2021, a Resolução Homologatória nº 2.839 alterou os valores da RAP e das parcelas de ajuste para este contrato, gerando um ajuste positivo de R\$3.708 no ativo de contrato.

Estes novos valores irão compor a nova RAP a partir do reajuste do ciclo 2021-2022, sendo a Parcela de Ajuste referente a retroatividade da RAP paga em 3 prestações nos próximos reajustes da receita.

A próxima Revisão Tarifária Periódica – RTP dos reforços aprovados ocorrerá em junho de 2024, com vigência a partir de 1º de julho de 2024.

c) Contrato de Concessão nº 004/2005

O contrato regula a concessão do serviço público das instalações de transmissão em 345 kV, segundo circuito, que tem origem na Subestação Furnas e término na Subestação Pimenta, com extensão aproximada de 75 Km, pelo prazo de 30 anos, contados a partir de março de 2005. Pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a Centroeste terá direito, nos primeiros 15 anos de operação comercial, à Receita Anual Permitida - RAP, reajustado anualmente. No 16º ano de operação comercial, a RAP desta transmissora terá redução de 50%, estendendo-se, desta forma, até o término da concessão.

O índice de atualização do contrato é o Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M.

Em 13 de julho de 2021, a Aneel estabeleceu a RAP para o ciclo 2021-2022 por meio da Resolução Homologatória nº 2.895, que foi alterada pela Resolução Homologatória nº 2.959 em 05 de outubro de 2021, em função dos pedidos de reconsideração interpostos pelas concessionárias de transmissão, inclusive pela Companhia.

Os reflexos financeiros das novas RAP, a partir da comparação destas com as projeções da modelagem financeira do contrato, não foram significativos, considerando que não houve alterações relevantes nas premissas utilizadas.

Reajuste tarifário anual

Por meio da ReH nº 3.067 de 2022, a Aneel estabeleceu as RAPs para o ciclo de 2022-2023 com vigência a partir de 1º de julho de 2022. O acréscimo está relacionado, principalmente, a: (i) reperfilamento do componente financeiro dos ativos existentes da RBSE, tendo sido 64% superior em comparação ao ciclo de 2021-2022, (ii) variações nos índices de reajuste no período (11,7% para o IPCA e 10,7% para o IGPM) e (iii) a entrada de novas obras.

	Índice reajuste	RAP ciclo 2021-2022 R\$MM	RAP ciclo 2022-2023 R\$MM	Var (%)
Contrato de Concessão – 006/97	IPCA	682,8	825,6	21,0%
Contrato de Concessão – 079/00	IGPM	40,7	45,0	10,7%
Contrato de Concessão – 004/05	IGPM	28,5	31,5	10,7%
		752,0	902,1	19,96%

13. INVESTIMENTOS

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Coligadas				
Madeira Energia S.A. ("MESA") (1)	3.479	-	3.479	-
Fundo de Investimento em Participações Melbourne Multiestratégia ("FIP Melbourne") (1)	2.890	-	2.890	-
Controladas em conjunto				
Hidrelétrica Cachoeirão S.A. ("Hidrelétrica Cachoeirão")	57.273	59.014	57.273	59.013
Guanhães Energia S.A. ("Guanhães Energia")	158.357	125.172	158.357	125.172
Hidrelétrica Pipoca S.A. ("Hidrelétrica Pipoca")	51.819	46.722	51.819	46.722
Lightger S.A. ("Lightger")	57.699	47.787	57.699	47.787
Baguari Energia S.A. ("Baguari Energia")	165.488	168.429	165.488	168.429
Aliança Norte Participações S.A. ("Aliança Norte") (2)	593.144	609.154	593.144	609.154
Amazônia Energia Participações S.A. ("Amazônia Energia") (2)	907.469	932.600	907.469	932.600
Aliança Geração de Energia S.A. ("Aliança Geração")	1.317.965	1.140.930	1.317.965	1.140.930
Retiro Baixo Energética S.A. ("Retiro Baixo")	216.147	200.385	216.147	200.385
Controladas				
Cemig Baguari	-	-	78	88
Cemig Geração Três Marias S.A.	-	-	1.688.562	1.652.343
Cemig Geração Salto Grande S.A.	-	-	548.405	526.776
Cemig Geração Itutinga S.A.	-	-	215.472	211.956
Cemig Geração Camargos S.A.	-	-	172.256	165.369
Cemig Geração Sul S.A.	-	-	234.797	214.845
Cemig Geração Leste S.A.	-	-	151.825	147.702
Cemig Geração Oeste S.A.	-	-	117.353	105.990
Rosal Energia S.A.	-	-	119.989	114.751
Sá Carvalho S.A.	-	-	139.442	134.209
Horizontes Energia S.A.	-	-	66.073	59.575
Cemig PCH S.A.	-	-	102.661	90.117
Cemig Geração Poço Fundo S.A.	-	-	163.751	144.129
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.	-	-	9.790	7.734
Cemig Trading S.A.	-	-	2.258	2.158
Central Eólica Praias de Parajuru S.A.	-	-	181.213	177.707
Central Eólica Volta do Rio S.A.	-	-	273.307	273.988
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	-	-	122.957	122.079
Total do investimento	3.531.730	3.330.193	7.841.919	7.481.708
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A. ("Itaocara") – Passivo a descoberto (3)	(14.239)	(20.767)	(14.239)	(20.767)
Madeira Energia S.A. ("MESA") (Usina de Santo Antônio) - Provisões para perdas - (4)	-	(161.648)	-	(161.648)
Total	3.517.491	3.147.778	7.827.680	7.299.293

- (1) Participação indireta na Usina de Santo Antônio por meio dessas investidas.
- (2) Participação indireta na Usina de Belo Monte por meio dessas investidas.
- (3) A controlada em conjunto Usina Hidrelétrica Itaocara S.A. apresentou patrimônio líquido negativo e assim, após reduzir a zero o saldo contábil de sua participação, a Companhia reconheceu uma perda na extensão de suas obrigações contratuais assumidas junto à investida e os outros acionistas, que em 30 de junho de 2022 alcançou o montante de R\$14.239 (R\$20.767 em 31 de dezembro de 2021). A perda está apresentada no balanço patrimonial como outras obrigações.
- (4) Em junho de 2022, foi revertida a provisão referente às obrigações contratuais da Companhia assumidas junto à investida e os outros acionistas. Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa.

Para o período findo em 30 de junho de 2022, a Administração da Companhia analisou se havia indicativos de possível desvalorização de ativos, em conformidade ao previsto no IAS 36/ CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos e não foram observadas perdas no valor recuperável dos seus investimentos. Dessa forma, o valor contábil líquido dos ativos é recuperável e, portanto, até o momento, a Companhia não reconheceu perdas por redução ao valor recuperável de seus investimentos.

Adicionalmente, em relação ao acima destacado, a Administração da Companhia analisou o risco de continuidade operacional de seus investimentos relevantes, tendo levado em consideração, substancialmente, a garantia de receitas das transmissoras, a proteção contra redução por força maior dos contratos regulados da geração, bem como as ações legais tomadas pelo Governo Federal e Aneel, concluindo assim pela segurança de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas.

a) Movimentação do direito de exploração da atividade regulada

Consolidado	Saldo em 31/12/2021	Amortização	Saldo em 30/06/2022
Retiro Baixo	27.796	(693)	27.103
Aliança Geração	301.605	(12.655)	288.950
Aliança Norte	46.660	(986)	45.674
	376.061	(14.334)	361.727

Controladora	Saldo em 31/12/2021	Amortização	Saldo em 30/06/2022
Retiro Baixo	27.796	(693)	27.103
Central Eólica Praias de Parajuru S.A.	49.241	(2.308)	46.933
Central Eólica Volta do Rio S.A.	67.205	(3.429)	63.776
Aliança Geração	301.605	(12.655)	288.950
Aliança Norte	46.660	(986)	45.674
	492.507	(20.071)	472.436

b) Movimentação dos investimentos em empresas coligadas, controladas e controladas em conjunto:

Consolidado	Saldo em 31/12/2021	Equivalência patrimonial	Aportes	Dividendos	Outros (3)	Saldo em 30/06/2022
Hidrelétrica Cachoeirão	59.014	8.059	-	(9.800)	-	57.273
Guanhães Energia	125.172	33.185	-	-	-	158.357
Hidrelétrica Pipoca	46.722	7.754	-	(2.657)	-	51.819
MESA (usina Santo Antônio)	-	3.479	-	-	-	3.479
FIP Melbourne (usina Santo Antônio)	-	2.890	-	-	-	2.890
Baguari Energia	168.429	11.818	-	(14.759)	-	165.488
Lightger	47.787	9.912	-	-	-	57.699
Amazônia Energia (usina Belo Monte)	932.600	(25.131)	-	-	-	907.469
Aliança Norte (usina Belo Monte)	609.154	(16.292)	282	-	-	593.144
Aliança Geração (1)	1.140.930	54.408	-	125.896	(3.269)	1.317.965
Retiro Baixo	200.385	15.762	-	-	-	216.147
Total do investimento	3.330.193	105.844	282	98.680	(3.269)	3.531.730
Itaocara – Passivo a descoberto	(20.767)	6.528	-	-	-	(14.239)
MESA - Provisão para perdas (2)	(161.648)	161.648	-	-	-	-
Total	3.147.778	274.020	282	98.680	(3.269)	3.517.491

- (1) Em 24 de março de 2022 foi aprovada, pelo Conselho de Administração da investida, a reversão de uma parcela do montante de Dividendos a pagar para a Reserva de retenção de lucros, cuja realização está atrelada a condicionantes financeiros.
- (2) Em junho de 2022, foi revertida a provisão referente às obrigações contratuais da Companhia assumidas junto à investida e os outros acionistas. Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa.
- (3) Refere-se a gastos com a implantação de projetos anteriormente executados.

Controladora	Saldo em 31/12/2021	Equivalência patrimonial	Aportes	Dividendos	Outros (4)	Saldo em 30/06/2022
Hidrelétrica Cachoeirão	59.013	8.060	-	(9.800)	-	57.273
Guanhães Energia	125.172	33.185	-	-	-	158.357
Hidrelétrica Pipoca	46.722	7.754	-	(2.657)	-	51.819
MESA (usina de Santo Antônio)	-	3.479	-	-	-	3.479
FIP Melbourne (usina Santo Antônio)	-	2.890	-	-	-	2.890
Baguari Energia	168.429	11.818	-	(14.759)	-	165.488
Central Eólica Praias Parajuru S.A.	177.707	8.460	-	(4.954)	-	181.213
Central Eólica Volta do Rio S.A.	273.988	(681)	-	-	-	273.307
Lightger	47.787	9.912	-	-	-	57.699
Amazônia Energia (usina Belo Monte)	932.600	(25.131)	-	-	-	907.469
Aliança Norte (usina Belo Monte)	609.154	(16.292)	282	-	-	593.144
Aliança Geração (1)	1.140.930	54.408	-	125.896	(3.269)	1.317.965
Retiro Baixo	200.385	15.762	-	-	-	216.147
Cemig Baguari Energia S.A.	88	(10)	-	-	-	78
Cemig Geração Três Marias S.A.	1.652.343	146.219	-	(110.000)	-	1.688.562
Cemig Geração Salto Grande S.A.	526.776	47.629	-	(26.000)	-	548.405
Cemig Geração Itutinga S.A.	211.956	24.704	-	(21.188)	-	215.472
Cemig Geração Camargos S.A.	165.369	25.176	-	(18.289)	-	172.256
Cemig Geração Sul S.A.	214.845	23.952	-	(4.000)	-	234.797
Cemig Geração Leste S.A.	147.702	23.454	-	(19.331)	-	151.825
Cemig Geração Oeste S.A.	105.990	11.363	-	-	-	117.353
Rosal Energia S.A.	114.751	5.238	-	-	-	119.989
Sá Carvalho S.A.	134.209	31.054	-	(25.821)	-	139.442
Horizontes Energia S.A.	59.575	7.303	-	(805)	-	66.073
Cemig PCH S.A.	90.117	12.544	-	-	-	102.661
Cemig Geração Poço Fundo S.A. (2)	144.129	942	20.000	(1.320)	-	163.751
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.	7.734	2.056	-	-	-	9.790
Cemig Trading S.A.	2.158	579	-	(479)	-	2.258
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	122.079	15.447	-	(14.569)	-	122.957
Total do Investimento	7.481.708	491.274	20.282	(148.076)	(3.269)	7.841.919
Itaocara – Passivo a descoberto	(20.767)	6.528	-	-	-	(14.239)
MESA - Provisão para perdas (3)	(161.648)	161.648	-	-	-	-
Total	7.299.293	659.450	20.282	(148.076)	(3.269)	7.827.680

- (1) Em 24 de março de 2022 foi aprovada, pelo Conselho de Administração da investida, a reversão de uma parcela do montante de Dividendos a pagar para a Reserva de retenção de lucros, cuja realização está atrelada a condicionantes financeiras.
- (2) No segundo trimestre de 2022, a Companhia aportou nesta investida, a título de adiantamento para futuro aumento de capital, o montante de R\$20.000 em espécie.
- (3) Em junho de 2022, foi revertida a provisão referente às obrigações contratuais da Companhia assumidas junto à investida e os outros acionistas. Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa.
- (4) Refere-se a gastos com a implantação de projetos.

c) As principais informações sobre as coligadas, controladas e controladas em conjunto estão apresentadas abaixo, sendo que não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia:

Sociedades	Quantidade de ações	Em 30 de junho de 2022			Em 31 de dezembro de 2021		
		Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido	Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido
Coligadas							
MESA	24.796.536.323	7,58	12.202.337	84.007	15,51	10.619.786	1.492.037
Controladas em conjunto							
Hidrelétrica Cachoeirão	35.000.000	49,00	35.000	116.884	49,00	35.000	120.436
Guanhães Energia (3)	548.626.000	49,00	548.626	323.178	49,00	548.626	255.453
Hidrelétrica Pipoca	41.360.000	49,00	41.360	106.317	49,00	41.360	93.390
Baguari Energia (1)	26.157.300.278	69,39	186.573	238.500	69,39	186.573	242.736
Lightger (3)	79.078.937	49,00	79.232	117.753	49,00	79.232	97.525
Aliança Norte (Usina Belo Monte)	41.944.404.287	49,00	1.209.542	1.117.285	49,00	1.209.043	1.147.947
Amazônia Energia (Usina Belo Monte) (1)	1.322.697.723	74,50	1.322.698	1.218.079	74,50	1.322.698	1.251.811
Aliança Geração	1.291.582.500	45,00	1.291.488	2.286.699	45,00	1.291.488	1.857.905
Retiro Baixo	225.350.000	49,90	225.350	378.848	49,90	225.350	345.868
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	156.259.500	49,00	156.259	(29.059)	49,00	156.259	(42.381)
Controladas							
Cemig Baguari Energia S.A.	406.000	100,00	406	78	100,00	406	88
Cemig Geração Três Marias S.A.	1.291.423.369	100,00	1.291.423	1.688.562	100,00	1.291.423	1.652.343
Cemig Geração Salto Grande S.A.	405.267.607	100,00	405.268	548.405	100,00	405.268	526.776
Cemig Geração Itutinga S.A.	151.309.332	100,00	151.309	215.472	100,00	151.309	211.956
Cemig Geração Camargos S.A.	113.499.102	100,00	113.499	172.256	100,00	113.499	165.369
Cemig Geração Sul S.A.	148.146.505	100,00	148.147	234.797	100,00	148.147	214.845
Cemig Geração Leste S.A.	100.568.929	100,00	100.569	151.825	100,00	100.569	147.702
Cemig Geração Oeste S.A.	60.595.484	100,00	60.595	117.353	100,00	60.595	105.990
Rosal Energia S.A.	46.944.467	100,00	46.944	119.989	100,00	46.944	114.751
Sá Carvalho S.A.	361.200.000	100,00	36.833	139.442	100,00	36.833	134.209
Horizontes Energia S.A.	39.257.563	100,00	39.258	66.073	100,00	39.258	59.575
Cemig PCH S.A.	45.952.000	100,00	45.952	102.661	100,00	45.952	90.117
Cemig Geração Poço Fundo S.A. (2)	97.161.578	100,00	97.162	163.751	100,00	97.162	144.128
Empresa de Serviços de							
Comercialização de Energia Elétrica S.A.	486.000	100,00	486	9.790	100,00	486	7.734
Cemig Trading S.A.	1.000.000	100,00	1.000	2.258	100,00	1.000	2.158
Central Eólica Praias de Parajuru S.A.	85.834.843	100,00	85.835	134.280	100,00	85.835	128.466
Central Eólica Volta do Rio S.A.	274.867.441	100,00	274.867	209.531	100,00	274.867	206.783
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	28.000.000	100,00	28.000	122.957	100,00	28.000	122.079

(1) Controle compartilhado por acordo de acionistas;

(2) A Aneel autorizou, por meio da Resolução Autorizativa nº 9.735, de 23 de fevereiro de 2021, a transferência da titularidade da concessão da PCH Poço Fundo da Cemig Geração e Transmissão S.A. para a Cemig Geração Poço Fundo S.A.. A formalização da transferência foi realizada por meio da assinatura do novo contrato de concessão, de número 01/2021, em 16 de abril de 2021.

(3) Em 09 de dezembro de 2021, a Light informou ao mercado que assinou com a Brasal Energia S.A. o contrato (CCVA – Contrato de Compra e Venda de Ações) para venda de sua participação societária em Guanhães e Lightger, sujeito às condições precedentes usuais nesse tipo de transação. A Brasal Energia S.A. fará adesão integral ao acordo de acionistas vigente para essas investidas.

Madeira Energia S.A. (“MESA”) e FIP Melbourne (veículo por meio do qual a Companhia possui participação na SAAG)

A MESA é a holding da empresa Santo Antônio Energia S.A. (“SAE”), que tem por objetivo a construção, operação e manutenção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio e seu sistema de transmissão, pelo prazo originalmente previsto de 35 anos contados a partir da assinatura do contrato de concessão, que ocorreu em 13 de junho de 2008, sendo prorrogado por mais 4 anos, em função de compensações pelos custos incorridos com o GSF, nos termos da Lei 14.052/2020. A UHE Santo Antônio iniciou sua operação comercial em março de 2012 e a sua geração plena se deu em dezembro de 2016. A MESA tem entre seus acionistas Furnas, Novonor - em recuperação judicial (antiga Odebrecht Energia), FIP Amazônia (FI-FGTS e Novonor), SAAG e a Companhia. Além de sua participação direta, a Companhia possui participação acionária indireta na MESA, por meio da SAAG.

Em 30 de junho de 2022, a MESA segue com capital circulante líquido negativo, no montante de R\$719.842. Destaca-se que no segundo trimestre de 2022 houve entrada de caixa de R\$1.583.098, em decorrência do aumento de capital aprovado em AGE realizada para este fim em 29 de abril de 2022. Deve-se observar que as hidrelétricas constituídas sob o formato de *Project Finance* estruturalmente apresentam capital circulante líquido negativo nos primeiros anos de operação, pois são constituídas com elevados índices de alavancagem financeira. Em contrapartida, contam com contratos firmes de vendas de energia de longo prazo como suporte e garantia de pagamento de suas dívidas.

Para equalização da situação de sua estrutura de capital e liquidez, a MESA também vem adotando ações direcionadas à readequação de custos operacionais, proteção da exposição aos riscos hidrológicos, melhoria da estrutura de capital e gestão das operações de energia.

Diluição de participação societária da Cemig GT na MESA

Em 7 de junho de 2022, a acionista Furnas subscreveu novas ações ordinárias emitidas pela MESA, no valor de R\$1.582.551, em decorrência do aumento de capital aprovado em AGE realizada em 29 de abril de 2022 e diante da renúncia das demais acionistas de exercício dos respectivos direitos de preferência. Com a integralização de todas as ações subscritas, a participação de Furnas na MESA passou de 43,055% para 72,364%, diluindo a participação societária total detida pela Cemig GT, de 15,51% para 7,58%, sendo que neste percentual não se considera o resultado do processo arbitral CAM 115/2018, descrito no item subsequente desta nota explicativa.

Considerando a manutenção da influência significativa da Companhia sobre a investida, com fundamento no Acordo de Acionistas vigente em 30 de junho de 2022, a Companhia manteve a mensuração do investimento em MESA pela equivalência patrimonial no encerramento do 2º trimestre de 2022.

Em 7 de julho de 2022, em Assembleia Geral Extraordinária - AGE, foi celebrado o Distrato do Acordo de Acionistas da MESA, culminando na assunção de seu controle societário por Furnas. Na referida AGE também foi deliberada a nova composição do Conselho de Administração da SAE e da MESA, que passa a ser composto por 11 membros, sendo assegurado o direito da Companhia e SAAG indicarem em conjunto um membro titular e respectivo suplente, até que sejam integralmente exoneradas e liberadas de todas e quaisquer responsabilidades, obrigações e garantias prestadas perante MESA e SAE no âmbito dos contratos e instrumentos de financiamento, inclusive relacionadas à aquisição de energia elétrica. Assim, mesmo com o Distrato do Acordo de Acionistas não houve desqualificação da influência significativa da Companhia sobre a investida.

Com o aumento de capital mencionado e a consequente entrada de recursos financeiros para fazer jus às obrigações resultantes do CCI nº 21.511/ASM/JPA (c. 21.673/ASM), a investida passou a apresentar patrimônio líquido positivo, não existindo mais as condições que levaram ao reconhecimento pela Companhia, em 31 de dezembro de 2021, da provisão sobre o passivo a descoberto. Por conseguinte, a Companhia reverteu a referida provisão, que em 31 de maio de 2022 alcançou o montante de R\$170.916, correspondente às obrigações assumidas perante a investida em acordos de suporte e garantias, em conformidade ao CPC 18 – Investimentos em coligada, controlada e empreendimento controlado em conjunto.

Procedimento arbitral CAM-115/2018 – Madeira Energia S.A

Em 2018, a SAAG e a Companhia instauraram o Procedimento Arbitral CAM 115/2018, visando desconstituir o aumento de capital aprovado na assembleia geral extraordinária da MESA ocorrida em 28 de agosto de 2018, por meio de capitalização de créditos decorrentes da anulação do aumento de capital realizado em 2014, que havia sido anulado em processo arbitral anterior.

Em 13 de dezembro de 2021, foi divulgada a sentença arbitral anulando o aumento de capital discutido no referido Procedimento Arbitral, assim como em 16 de março de 2022 foi disponibilizada, pela Câmara de Arbitragem do Mercado, decisão em pedidos de esclarecimentos que confirmou integralmente os termos da sentença.

Como consequência da sentença arbitral, a participação societária direta e indireta da Companhia na MESA, deveria ser aumentada de 8,54% para 9,86% e de 6,97% para 8,05%, respectivamente, e sua participação societária consolidada de 15,51% para 17,91%.

A MESA informou que em 29 de abril de 2022, foi notificada pelo acionista Furnas, também parte requerida no procedimento arbitral em questão, de que em 28 de abril de 2022, foi deferido o pedido de tutela de urgência, requerido em medida judicial ajuizada por este acionista, para imediata suspensão dos efeitos da sentença arbitral CAM 115/2018, a fim de que se mantivessem as participações societárias detidas pelos acionistas antes de seus efeitos. De acordo com os assessores jurídicos da MESA, a suspensão mencionada não tem caráter definitivo, permanecendo o prognóstico de perda como provável, motivo pelo qual a investida manteve a provisão relativa à redução do capital social em suas informações financeiras trimestrais.

Tendo em vista que o processo em que houve deferimento da tutela de urgência se encontra em fase inicial, a Companhia, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, entende ser remota a reversão dos efeitos dessa sentença arbitral e aguarda o seu cumprimento.

Com a diluição societária ocorrida em junho de 2022, as participações societárias direta e indireta da Companhia na MESA passaram de 8,54% e 6,97% para 4,14% e 3,44%, respectivamente. No caso de serem efetivados os efeitos da sentença arbitral CAM-115/2018, as participações societárias da Companhia passarão de 4,14% e 3,44% para 4,43% e 3,68%, respectivamente.

Procedimento Arbitral CCI-21.511/ASM/JPA (c. 21.673/ASM) – Santo Antônio Energia S.A.

Em 31 de janeiro de 2022, foi proferida sentença no âmbito do processo arbitral CCI n.º 21.511/ASM/JPA (c. 21.673/ASM), que representa a consolidação das discussões entre Santo Antônio Energia S.A. (SAE), Consórcio Construtor Santo Antônio (CCSA) e outras partes, referentes, em síntese, aos seguintes questionamentos:

- i. Responsabilidade do CCSA pelo ressarcimento dos custos de compra de energia pela SAE, devidos ao não cumprimento do cronograma de antecipação da obra.
- ii. Responsabilidade da SAE sobre a elevação dos custos incorridos pelo CCSA decorrentes, principalmente, de greves e paralisações ocorridas de 2009 a 2013.

O resultado dessa arbitragem, disponibilizado pela Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional em 07 de fevereiro de 2022, indica que os principais pedidos da SAE foram indeferidos, assim como os principais pedidos do CCSA foram deferidos e, conforme o caso, de seus consorciados em face da SAE, tendo, inclusive, o tribunal arbitral declarado inicialmente a ineficácia do instrumento intitulado “Termos e Condições”, que embasava o reconhecimento pelas Partes dos “Dispêndios Reembolsáveis”, conforme nota explicativa das demonstrações financeiras da SAE, sobre o qual se lastreava o pedido de ressarcimento dos custos da compra de energia realizada pela SAE em função do não cumprimento, pelo CCSA, do cronograma de antecipação.

Além da procedência em relação aos pedidos do CCSA, já provisionados em suas demonstrações financeiras sob as rubricas “Cauções em Garantia” (R\$770 milhões) e “Outras Provisões” (R\$492 milhões), foram deferidos outros pleitos com obrigação adicional estimada em R\$226 milhões.

Em 30 de junho de 2022, a SAE, em petição conjunta com o Grupo Industrial Complexo Rio Madeira – GICOM, requereu a extinção da Ação de Cumprimento de Sentença proposta pelo GICOM, que tratava de uma parcela do valor definido em sentença arbitral, em razão da realização de uma composição amigável entre as partes. Com o acordo, foi extinta a ação em que o GICOM pleiteava R\$645 milhões.

Em 04 de agosto de 2022, foi assinado o Instrumento Particular de Transação e Outras Avenças entre SAE e Grupo Civil, parte do CCSA, composto pelas empresas CNO S.A., Andrade Gutierrez Engenharia S.A. e Novonor Serviços e Participações S.A. – Em Recuperação Judicial, visando o encerramento definitivo do procedimento arbitral CCI 21.511/ASM/JPA.

Concomitantemente à assinatura do acordo, as Partes assinaram e protocolaram, em 04 de agosto de 2022, petição conjunta para o encerramento do Procedimento Arbitral CCI 21.511/ASM/JPA e da Ação de Cumprimento de Sentença ajuizada pelo GCIVIL, em relação ao valor cobrado de R\$962 milhões, que se tratava do valor remanescente definido em sentença arbitral.

De acordo com os contratos de financiamento firmados pela Companhia com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) e contratos de financiamento mediante repasse de recursos do BNDES, as eventuais obrigações da SAE relativas à condenação nos procedimentos arbitrais devem ser pagas conforme determinações dos respectivos contratos de financiamentos.

Assim, o aumento de capital social subscrito e integralizado em 07 de junho de 2022, conforme descrito acima, no valor de R\$1.582.551 foi destinado a saldar débitos decorrentes da sentença arbitral CCI-21.511/ASM/JPA, sendo utilizado para pagamento dos valores referentes aos acordos firmados com o GICOM e com o GCIVIL.

A SAE reiterou que a arbitragem e a ação tramitam em segredo de justiça e os acordos realizados são revestidos de confidencialidade.

Amazônia Energia S.A. e Aliança Norte Energia S.A.

A Amazônia Energia e a Aliança Norte são acionistas da Norte Energia S.A. (“NESA”), sociedade titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará. Essa participação indireta da Companhia na NESA, por meio das controladas em conjunto mencionadas acima, é de 11,69%.

Em 30 de junho de 2022, a NESA apresenta capital circulante líquido negativo de R\$54.294 (R\$189.028 em 31 de dezembro de 2021) e ainda despenderá quantias relevantes em projetos previstos pelo seu contrato de concessão, mesmo após a conclusão da construção e plena operação da UHE Belo Monte. De acordo com estimativas e projeções, a situação do capital circulante líquido negativo, assim como as demandas para futuros investimentos na UHE, serão suportadas pelas receitas de operações futuras e/ou captação de financiamentos bancários.

Em 21 de setembro de 2015, a NESA obteve decisão liminar determinando à Aneel que “até a análise do pleito liminar formulado no processo de origem, se abstenha de aplicar à agravante quaisquer penalidades ou sanções em decorrência da não entrada em operação da UHE Belo Monte na data estabelecida no cronograma original do projeto, incluindo aquelas previstas em Resolução Normativa da Aneel nº 595/2013 e no Contrato de Concessão 01/2010-MME da UHE Belo Monte”. A probabilidade de perda foi classificada como possível pelos assessores jurídicos da NESA, e o valor da perda estimada em Belo Monte até 30 de junho de 2022 é de R\$3.061 milhões (R\$2.832 milhões em 31 de dezembro de 2021).

d) Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos

Investidas controladas em conjunto:

Norte Energia S.A. (“NESA”) – investimento por meio da Amazônia Energia e Aliança Norte

Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas da NESA e determinados executivos desses outros acionistas. No contexto acima, o Ministério Público Federal iniciou investigações sobre irregularidades envolvendo empreiteiros e fornecedores da NESA e de seus outros acionistas, as quais ainda estão em curso. No momento, não há como determinar os resultados das referidas investigações, e seus respectivos desdobramentos, que podem, eventualmente, trazer consequências futuras à investida, além dos efeitos passados das baixas do ativo da infraestrutura no montante R\$183.000 registrada pela NESA em 2015, levando em consideração os resultados da investigação interna independente conduzida por ela e seus outros acionistas, cujos ajustes foram refletidos na Companhia por meio do resultado de equivalência patrimonial naquele mesmo ano.

Em 9 de março de 2018, foi deflagrada a “Operação Buona Fortuna”, em razão da 49ª fase da Operação Lava Jato. Segundo notícias veiculadas, a operação investiga pagamento de propina do Consórcio construtor de Belo Monte formado pelas empresas Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Odebrecht, OAS e J. Malucelli. A Administração da NESA entende que, até o momento, não há fatos novos que tenham sido divulgados pela 49ª fase da operação Lava Jato que requeiram procedimentos de investigação interna adicionais aos que já foram efetuados.

A administração da Companhia com base no conhecimento que possui dos fatos acima descritos e nos procedimentos independentes executados, entende que as conclusões apresentadas no relatório da investigação independente estão adequadas e, portanto, nenhum ajuste foi efetuado em suas informações contábeis intermediárias, e quaisquer alterações futuras no cenário existente terão seus impactos refletidos, apropriadamente, em suas informações contábeis.

Madeira Energia S.A. (“MESA”)

Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal (MPF) que envolvem outros acionistas indiretos da MESA e determinados executivos desses outros acionistas indiretos. No contexto acima, o MPF iniciou investigações sobre irregularidades envolvendo empreiteiros e fornecedores da MESA e de seus outros acionistas, as quais ainda estão em curso. Como resposta a alegações de possíveis atividades ilegais, a investida e seus outros acionistas iniciaram investigação interna independente.

A investigação interna independente, concluída em fevereiro de 2019, salvo novos desdobramentos futuros de eventuais acordos de leniência a serem celebrados por terceiros e/ou de termos de colaboração firmados por terceiros com as autoridades brasileiras, não encontrou evidências objetivas que permitam afirmar suposta existência de pagamentos indevidos por parte da MESA que devam ser considerados para eventual baixa contábil, repasse ou majoração de custos para fazer frente às vantagens indevidas e vinculação da MESA aos atos de seus fornecedores, nos termos das delações e colaborações tornadas públicas.

A administração da Companhia com base no conhecimento que possui dos fatos acima descritos e nos procedimentos independentes executados, entende que as conclusões apresentadas no relatório da investigação independente estão adequadas e, portanto, nenhum ajuste foi efetuado em suas informações contábeis intermediárias, e quaisquer alterações futuras no cenário existente terão seus impactos refletidos, apropriadamente, em suas informações contábeis.

Outras investigações

Em adição ao mencionado acima, existem investigações sendo conduzidas pela Promotoria Pública do Estado de Minas Gerais e pela Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, com o objetivo de identificar possíveis irregularidades nos investimentos da Companhia na Guanhães e na MESA.

Procedimentos internos relativos a riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Considerando as investigações por parte das autoridades públicas que estão sendo realizadas na Companhia, na sua controladora Cemig e em determinadas investidas, conforme descrito acima, os órgãos de governança da Cemig autorizaram a contratação de empresa especializada para analisar os procedimentos internos relacionados a esses investimentos. Essa investigação independente foi supervisionada por Comissão Especial de Investigação (CEI) cuja criação foi aprovada pelos órgãos de governança da Companhia.

A investigação interna e independente foi concluída e o seu relatório final foi entregue em 08 de maio de 2020, sendo que não foram identificadas evidências objetivas de atos ilegais nos investimentos realizados pela Companhia submetidos à investigação. Portanto, não houve impacto como resultado dessas investigações nas informações contábeis intermediárias da Companhia em 30 de junho de 2022, tampouco em suas demonstrações financeiras de exercícios anteriores.

No segundo semestre de 2019, a Companhia assinou acordo de cooperação com a Securities and Exchange Commission (SEC) e U.S. Department of Justice (DoJ), os quais se estenderam até agosto de 2021 e julho de 2022, respectivamente. A Companhia tem atendido às solicitações e pretende continuar contribuindo com a SEC e o DoJ, em conformidade com as eventuais demandas apresentadas.

Em razão da finalização das investigações para as quais a Comissão Especial de Investigação (CEI) foi constituída, com a entrega do relatório final pela consultoria especializada, os órgãos de governança da Companhia decidiram extinguir a referida Comissão. Na hipótese de haver eventuais necessidades futuras, em razão de desdobramentos da matéria, a Comissão poderá ser recomposta.

Ao final de 2020, a Companhia iniciou procedimentos internos para apuração de denúncias recebidas do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) por meio de Ofícios encaminhados à Companhia, cujo conteúdo compreende alegadas irregularidades no processo de compras, cuja investigação está sendo acompanhada por uma Comissão de Investigação, com o apoio de assessoria especializada.

A investigação interna e independente iniciada em dezembro de 2020 foi concluída no final de 2021, com o recebimento do relatório final, que foi aprovado pela Comissão de Investigação e encaminhado pela Companhia ao MPMG, que ainda não concluiu sua investigação, não tendo sido identificado nenhum ponto que possa apresentar impacto relevante às informações contábeis intermediárias de 30 de junho de 2022 ou demonstrações financeiras de exercícios anteriores. A Companhia aguarda o desfecho das investigações por parte do MPMG e por outras autoridades nacionais e internacionais com as quais o referido relatório foi compartilhado.

A Companhia avaliará qualquer mudança futura nesse cenário e eventuais impactos, se for o caso, que possam afetar as informações contábeis intermediárias e permanece colaborando com as autoridades públicas nacionais e internacionais nas suas análises relacionadas às investigações em curso.

14. IMOBILIZADO

Consolidado	30/06/2022			31/12/2021		
	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço	7.382.149	(5.318.419)	2.063.730	7.328.985	(5.216.046)	2.112.939
Terrenos	246.946	(27.421)	219.525	246.523	(25.822)	220.701
Reservatórios, barragens e adutoras	3.301.813	(2.392.219)	909.594	3.295.828	(2.352.006)	943.822
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.090.719	(850.349)	240.370	1.085.888	(837.918)	247.970
Máquinas e equipamentos	2.709.167	(2.018.397)	690.770	2.667.242	(1.970.649)	696.593
Veículos	20.602	(19.468)	1.134	20.602	(19.230)	1.372
Móveis e utensílios	12.902	(10.565)	2.337	12.902	(10.421)	2.481
Em curso	300.161	-	300.161	304.586	-	304.586
Ativos em curso	300.161	-	300.161	304.586	-	304.586
Imobilizado líquido	7.682.310	(5.318.419)	2.363.891	7.633.571	(5.216.046)	2.417.525

Controladora	30/06/2022			31/12/2021		
	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço	6.190.373	(4.688.123)	1.502.250	6.155.957	(4.609.197)	1.546.760
Terrenos	242.323	(26.997)	215.326	241.900	(25.418)	216.482
Reservatórios, barragens e adutoras	3.019.052	(2.240.450)	778.602	3.013.067	(2.204.303)	808.764
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.001.796	(806.818)	194.978	997.133	(795.789)	201.344
Máquinas e equipamentos	1.894.159	(1.584.232)	309.927	1.870.814	(1.554.440)	316.374
Veículos	20.384	(19.250)	1.134	20.384	(19.012)	1.372
Móveis e utensílios	12.659	(10.376)	2.283	12.659	(10.235)	2.424
Em curso	108.527	-	108.527	110.086	-	110.086
Ativos em curso	108.527	-	108.527	110.086	-	110.086
Imobilizado líquido	6.298.900	(4.688.123)	1.610.777	6.266.043	(4.609.197)	1.656.846

A movimentação do ativo imobilizado é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2021	Adição	Reversão de provisão (3)	Transferência (2)	Baixa	Depreciação	Saldo em 30/06/2022
Em serviço	2.112.939	-	-	44.893	(8.620)	(85.482)	2.063.730
Terrenos (1)	220.701	-	-	423	-	(1.599)	219.525
Reservatórios, barragens e adutoras	943.822	-	-	6.217	-	(40.445)	909.594
Edificações, obras civis e benfeitorias	247.970	-	-	1.119	-	(8.719)	240.370
Máquinas e equipamentos	696.593	-	-	37.134	(8.620)	(34.337)	690.770
Veículos	1.372	-	-	-	-	(238)	1.134
Móveis e utensílios	2.481	-	-	-	-	(144)	2.337
Em curso	304.586	39.686	782	(44.893)	-	-	300.161
Imobilizado líquido	2.417.525	39.686	782	-	(8.620)	(85.482)	2.363.891

Controladora	Saldo em 31/12/2021	Adição	Reversão de provisão (3)	Transferência (2)	Baixa	Depreciação	Saldo em 30/06/2022
Em serviço	1.546.760	-	-	16.822	(15)	(61.317)	1.502.250
Terrenos (1)	216.482	-	-	423	-	(1.579)	215.326
Reservatórios, barragens e adutoras	808.764	-	-	6.217	-	(36.379)	778.602
Edificações, obras civis e benfeitorias	201.344	-	-	951	-	(7.317)	194.978
Máquinas e equipamentos	316.374	-	-	9.231	(15)	(15.663)	309.927
Veículos	1.372	-	-	-	-	(238)	1.134
Móveis e utensílios	2.424	-	-	-	-	(141)	2.283
Em curso	110.086	14.481	782	(16.822)	-	-	108.527
Imobilizado líquido	1.656.846	14.481	782	-	(15)	(61.317)	1.610.777

(1) Determinados terrenos vinculados a contratos de concessão sem previsão de indenização são amortizados de acordo com o período da concessão.

(2) Saldo referente à transferência de bens em curso para em serviço.

(3) Reversão de provisão anteriormente constituída para redução ao valor recuperável de ativos vinculados a obras em andamento com expectativa de cancelamento parcial ou total, em função da saída da Companhia de consórcio anteriormente firmado.

Consórcio

A Companhia participa no consórcio de geração de energia elétrica de Queimado, para o qual não foi constituída entidade com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão. A parcela da Companhia no consórcio é registrada e controlada individualmente nas respectivas rubricas de ativo imobilizado e intangível.

Controladora e Consolidado	Participação na energia gerada (%)	Taxa Média Anual de Depreciação (%)	30/06/2022	31/12/2021
Em serviço				
Usina de Queimado	82,50	3,94	220.049	220.009
Depreciação acumulada			(130.555)	(126.583)
Total em operação			89.494	93.426
Em curso				
Usina de Queimado	82,50	-	71	43
Total em construção			71	43
Total			89.565	93.469

15. INTANGÍVEIS

Consolidado	30/06/2022			31/12/2021		
	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor residual	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor residual
Em serviço	1.327.347	(303.670)	1.026.677	1.326.989	(226.203)	1.100.786
Servidão	14.692	(5.065)	9.627	14.692	(4.726)	9.966
Concessão onerosa	13.599	(8.805)	4.794	13.599	(8.491)	5.108
Ativos da concessão (1)	202.337	(91.628)	110.709	202.338	(85.892)	116.446
Ativos da concessão - GSF	1.031.809	(132.776)	899.033	1.031.809	(65.744)	966.065
Outros	64.910	(62.396)	2.514	64.551	(61.350)	3.201
Em curso	12.799	-	12.799	12.126	-	12.126
Ativos em formação	12.799	-	12.799	12.126	-	12.126
Intangível líquido	1.340.146	(303.670)	1.039.476	1.339.115	(226.203)	1.112.912

(1) Os direitos de autorização de geração de energia eólica concedidos à Parajuru e Volta do Rio, no montante líquido de R\$110.709 são considerados nas informações contábeis intermediárias da controladora como investimentos e são classificados no balanço consolidado na rubrica intangíveis, conforme interpretação técnica ICPC 09. Esses ativos de concessão são amortizados pelo método linear, durante o prazo da concessão.

Controladora	30/06/2022			31/12/2021		
	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor residual	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor residual
Em serviço	893.268	(193.277)	699.991	892.909	(131.617)	761.292
Servidão	11.451	(4.759)	6.692	11.451	(4.481)	6.970
Concessão onerosa	11.720	(7.407)	4.313	11.720	(7.171)	4.549
Ativos da concessão - GSF	805.613	(118.983)	686.630	805.613	(58.845)	746.768
Outros	64.484	(62.128)	2.356	64.125	(61.120)	3.005
Em curso	12.786	-	12.786	12.113	-	12.113
Ativos em formação	12.786	-	12.786	12.113	-	12.113
Intangível líquido	906.054	(193.277)	712.777	905.022	(131.617)	773.405

A movimentação do ativo intangível é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2021	Adição	Capitalização/ Transferência (1)	Amortização	Saldo em 30/06/2022
Em serviço	1.100.786	-	360	(74.469)	1.026.677
Servidão	9.966	-	-	(339)	9.627
Concessão onerosa	5.108	-	-	(314)	4.794
Ativos da concessão	116.446	-	-	(5.737)	110.709
Ativos da concessão - GSF	966.065	-	-	(67.032)	899.033
Outros	3.201	-	360	(1.047)	2.514
Em curso	12.126	1.033	(360)	-	12.799
Ativos em formação	12.126	1.033	(360)	-	12.799
Total	1.112.912	1.033	-	(74.469)	1.039.476

(1) Saldo referente à transferência de bens em curso para bens em serviço.

Controladora	Saldo em 31/12/2021	Adição	Capitalização/ Transferência (1)	Amortização	Saldo em 30/06/2022
Em serviço	761.292	-	360	(61.661)	699.991
Servidão	6.970	-	-	(278)	6.692
Concessão onerosa	4.549	-	-	(236)	4.313
Ativos da concessão - GSF	746.768	-	-	(60.138)	686.630
Outros	3.005	-	360	(1.009)	2.356
Em curso	12.113	1.033	(360)	-	12.786
Ativos em formação	12.113	1.033	(360)	-	12.786
Total	773.405	1.033	-	(61.661)	712.777

(1) Saldo referente à transferência de bens em curso para bens em serviço.

Repactuação do risco hidrológico – Generation Scaling Factor - GSF

Em 09 de setembro 2020 foi publicada a Lei nº 14.052, que alterou a Lei nº 13.203/2015, estabelecendo o direito de ressarcimento pelos custos incorridos com o GSF, assumidos pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) entre os anos de 2012 e 2017.

A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados por: (i) empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física, (ii) às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e (iii) por geração fora da ordem de mérito e importação. A referida compensação será realizada mediante extensão da outorga, limitada a 7 anos, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela Aneel.

Em 14 de setembro de 2021, a Aneel homologou o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do MRE, por meio da Resolução Homologatória ReH 2.932/2021, incluindo Irapé e Queimado, cujo prazo de extensão estava em discussão no âmbito do Regulador, não sendo contemplados na ReH 2.919/2021. Assim, no 3º trimestre de 2021, foi reconhecido um aumento do ativo intangível no montante de R\$122.208, referente à extensão da outorga dessas usinas. Como resultado, o ativo intangível alcançou o montante total de R\$1.031.809 para o consolidado e R\$805.613 para a controladora, reconhecido em contrapartida à rubrica “Repactuação do risco hidrológico – Lei 14.052/20”.

A ReH nº 2.919/2021 homologou os valores do direito à compensação das usinas São Simão, Jaguará, Miranda e Volta Grande, cuja titularidade era da Companhia no período indicado na Lei nº 14.052/2020 para compensação, mas esta Lei não especifica como esta será realizada na hipótese de ausência de dívidas com a União relativa ao regime de concessões determinado na Lei. Os valores apurados são:

Cemig Geração - Usinas Relicidas	Valor
São Simão	783.004
Miranda	145.528
Jaguara	237.218
Volta Grande	156.688
Total	1.322.438

Considerando que não existe previsão legal quanto à forma da compensação dos riscos não-hidrológicos e o direito da Companhia depende da ocorrência de eventos futuros incertos, que não estão totalmente sob seu controle, os ativos contingentes relativos às usinas listadas na tabela acima não foram reconhecidos.

16. ARRENDAMENTOS

a) Direito de uso

O ativo de direito de uso foi mensurado pelo custo, que corresponde à mensuração inicial do passivo de arrendamentos ajustada pelas suas remensurações e amortizado em bases lineares até o término do prazo do arrendamento ou da vida útil do ativo identificado, conforme o caso.

A movimentação do ativo de direito de uso é como segue:

Consolidado	Imóveis	Veículos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	37.010	4.854	41.864
Amortização (1)	(788)	(3.502)	(4.290)
Remensuração (2)	5	578	583
Saldo em 30 de junho de 2022	36.227	1.930	38.157

Controladora	Imóveis	Veículos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	35.575	4.852	40.427
Amortização (1)	(751)	(3.237)	(3.988)
Remensuração (2)	3	-	3
Saldo em 30 de junho de 2022	34.827	1.615	36.442

- (1) A amortização do direito de uso reconhecida no resultado está líquida do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de aluguéis, nos montantes de R\$57 para consolidado e R\$56 para controladora no período de janeiro a junho de 2022 (R\$54 para consolidado e R\$53 para controladora no período de janeiro a junho de 2021).
- (2) A Companhia e suas controladas identificaram eventos que ensejaram a reavaliação e modificações de seus principais contratos, sendo realizada a remensuração do passivo de arrendamento com ajuste ao ativo de direito de uso.

b) Passivo de arrendamentos

O passivo de arrendamentos reconhecido é mensurado pelo valor presente dos pagamentos mínimos exigidos nos contratos, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia e de suas controladas. O valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver modificações no contrato qualificáveis para tanto.

A movimentação do passivo de arrendamentos é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2021	45.450	43.926
Juros incorridos (1)	2.647	2.528
Arrendamentos pagos	(6.050)	(5.674)
Juros sobre arrendamentos pagos	(198)	(186)
Remensuração (2)	583	3
Saldo em 30 de junho de 2022	42.432	40.597
Passivo circulante	6.960	6.452
Passivo não circulante	35.472	34.145

- (1) As despesas financeiras reconhecidas no resultado estão líquidas do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de aluguéis, nos montantes de R\$184 e R\$182 no período de janeiro a junho de 2022 para consolidado e controladora, respectivamente (R\$176 e R\$175 no período de janeiro a junho de 2021 para consolidado e controladora, respectivamente).
- (2) A Companhia e suas controladas identificaram eventos que ensejaram a reavaliação e modificações de seus principais contratos, sendo realizada a remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.

O direito potencial de recuperar PIS/Pasep e Cofins embutido na contraprestação de arrendamento, de acordo com os períodos previstos para pagamento, é apresentado a seguir:

Fluxo de caixa	Consolidado		Controladora	
	Nominal	Ajustado a valor presente	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	127.302	42.432	122.325	40.597
PIS/Pasep e Cofins potencial à alíquota de 9,25%	11.276	3.639	11.157	3.601

A Companhia, na mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2).

Os fluxos de caixa dos contratos de arrendamento são, em sua maioria, atualizados pelo IPCA, anualmente. A análise de vencimento do passivo de arrendamentos é apresentada a seguir:

	Consolidado (Nominal)	Controladora (Nominal)
2022	4.604	4.217
2023	5.412	5.163
2024	5.347	5.148
2025	5.340	5.141
2026	5.340	5.141
2027 a 2045	101.259	97.515
Valores não descontados	127.302	122.325
Juros embutidos	(84.870)	(81.728)
Passivo de arrendamento	42.432	40.597

17. FORNECEDORES

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Suprimento e transporte de energia elétrica	357.181	288.869	351.124	283.389
Materiais e serviços	75.429	94.917	47.279	50.990
	432.610	383.786	398.403	334.379

18. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Circulante				
ICMS	25.670	22.797	20.815	17.910
Pasep (1)	15.608	14.336	13.670	12.242
Cofins (1)	71.217	64.946	62.975	56.360
INSS	11.920	10.337	6.708	6.497
ISSQN	2.881	2.439	2.254	1.857
Outros (2)	6.031	29.532	5.099	28.881
	133.327	144.387	111.521	123.747
Não circulante				
Pasep (1)	63.525	59.582	61.547	57.923
Cofins (1)	292.629	274.465	283.499	266.807
	356.154	334.047	345.046	324.730
	489.481	478.434	456.567	448.477

- (1) PIS/Pasep e Cofins registrados no passivo circulante incluem o diferimento sobre a remuneração financeira do ativo de contrato e sobre as receitas de construção e melhoria vinculadas aos contratos de transmissão. Para mais informações, ver nota explicativa nº 12.
- (2) O saldo de 31 de dezembro de 2021 inclui a retenção na fonte de imposto de renda sobre os juros sobre o capital próprio declarados em 10 de dezembro de 2021, cujo recolhimento ocorreu em janeiro de 2022, em conformidade à legislação tributária.

19. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Financiadores	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais	Moedas	Consolidado e Controladora 30/06/2022			Consolidado e Controladora 31/12/2021
				Circulante	Não circulante	Total	
MOEDA ESTRANGEIRA							
Eurobonds (1)	2024	9,25%	USD	39.585	5.237.999	5.277.584	5.622.673
(-) Custos de transação				-	(7.014)	(7.014)	(8.220)
(+/-) Recursos antecipados (2)				-	(11.444)	(11.444)	(13.356)
Total de empréstimos e financiamentos				39.585	5.219.541	5.259.126	5.601.097
MOEDA NACIONAL							
Debêntures - 3ª Emissão - 3ª Série	2022	IPCA + 6,20%	R\$	-	-	-	428.367
(-) Custos de transação				-	-	-	(4)
Total de debêntures				-	-	-	428.363
Total geral				39.585	5.219.541	5.259.126	6.029.460

- (1) Em agosto de 2021, a Companhia realizou a recompra parcial de títulos de dívida no mercado externo (Eurobonds) de sua emissão, no montante principal de US\$500 milhões. Mais detalhes dessa operação no decorrer desta nota explicativa.
- (2) Antecipação de recursos para atingir a taxa de retorno até o vencimento (*Yield to Maturity*) acordado em contrato do Eurobonds.

As debêntures de emissão da Companhia são do tipo “simples”, não conversíveis em ações, não havendo cláusulas de repactuação e debêntures em tesouraria.

Garantias

Em 30 de junho de 2022 o saldo devedor dos empréstimos e financiamentos da Companhia é garantido da seguinte forma:

Consolidado	30/06/2022
Aval e fiança	5.259.126

A composição consolidada dos empréstimos, financiamentos e debêntures, por moeda e indexador, com a respectiva amortização é como segue:

Consolidado e controladora	2022	2023	2024	Total
Moedas				
Dólar Norte Americano	39.585	-	5.237.999	5.277.584
Total por moedas	39.585	-	5.237.999	5.277.584
(-) Custos de transação	-	(2.380)	(4.634)	(7.014)
(+/-) Recursos antecipados	-	-	(11.444)	(11.444)
Total geral	39.585	(2.380)	5.221.921	5.259.126

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos, financiamentos e debêntures tiveram as seguintes variações:

Moeda	Varição acumulada no primeiro semestre de 2022 (%)	Varição acumulada no primeiro semestre de 2021 (%)	Indexador	Varição acumulada no primeiro semestre de 2022 (%)	Varição acumulada no primeiro semestre de 2021 (%)
Dólar Norte-Americano	(6,14)	(3,74)	IPCA	5,49	3,77
			CDI	5,36	1,26

Moeda	Varição acumulada no segundo trimestre de 2022 (%)	Varição acumulada no segundo trimestre de 2021 (%)	Indexador	Varição acumulada no segundo trimestre de 2022 (%)	Varição acumulada no segundo trimestre de 2021 (%)
Dólar Norte-Americano	10,56	(12,20)	IPCA	2,22	1,68
			CDI	2,86	0,77

A movimentação dos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures é como segue:

	Consolidado e Controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2021	6.029.460
Varição monetária	3.060
Varição cambial	(342.500)
Encargos financeiros provisionados	262.451
Amortização dos custos de transação	1.209
Encargos financeiros pagos	(285.043)
Amortização de principal	(409.511)
Saldos em 30 de junho de 2022	5.259.126

Cláusulas Contratuais Restritivas – “Covenants”

Há cláusulas de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado, da Companhia ou de sua controladora Cemig, superior a R\$50 milhões (“cross default”).

A Companhia e suas controladas possuem contratos com Cláusulas Restritivas (“Covenants”) atreladas a índices financeiros, conforme quadro a seguir:

Título	Descrição da cláusula restritiva	Índice requerido Cemig GT	Índice requerido Cemig (garantidora)	Exigibilidade de cumprimento
Eurobonds (1)	Dívida Líquida / EBITDA Ajustado para o Covenant (2)	Manter índice igual ou inferior a: 2,5 em 31/12/2021 em diante	Manter índice igual ou inferior a: 3,0 em 31/12/2021 em diante	Semestral e anual

- (1) Diante de uma eventual ultrapassagem dos covenants financeiros de manutenção, os juros serão automaticamente majorados em 2% a.a. durante o período em que permanecerem ultrapassados. Há também a obrigação de se respeitar um *covenant* “de manutenção” de dívida com garantia real no Consolidado da Cemig em relação ao Ebitda de 2,0x (1,75x em dez/17) e um *covenant* “de incorrência” de dívida com garantia real na Companhia em relação ao Ebitda de 1,5x.
- (2) O Ebitda ajustado corresponde ao lucro antes dos juros, impostos de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização, calculado conforme a Instrução CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, do qual é subtraído o resultado não operacional, quaisquer créditos e ganhos não monetários que aumentem o lucro líquido, na medida em que não sejam recorrentes, e quaisquer pagamentos em dinheiro efetuados em bases consolidadas durante esse período, referentes a encargos não monetários que foram adicionados novamente na determinação do Ebitda em qualquer período anterior, e acréscido de despesas não monetárias e encargos não monetários, na medida em que não sejam recorrentes.

A Administração monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas.

As informações relativas aos instrumentos financeiros derivativos (operações de “swap”) contratados para proteção do serviço associado à dívida com Eurobonds (principal em moeda estrangeira mais juros), bem como a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, são divulgadas na nota explicativa nº 28.

20. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Passivo				
Reserva global de reversão – RGR	3.186	3.529	-	-
Compensação financ.pela utiliz. de recursos hídricos – CFURH	6.539	5.374	2.668	2.227
Conta de desenvolvimento energético – CDE	102.967	63.060	102.967	63.060
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica – TFSEE	722	717	644	641
Prog.de incentivo às fontes altern. de energia elétrica – Proinfa	13.619	16.623	13.619	16.623
Fundo nacional de desenv. científico tecnológico – FNDCT	1.642	1.120	1.071	577
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	21.133	22.103	13.685	16.166
Pesquisa expansão sistema energético	960	699	675	428
CDE sobre P&D	627	476	478	330
	151.395	113.701	135.807	100.052
Passivo circulante	146.988	111.160	135.807	100.052
Passivo não circulante	4.407	2.541	-	-

21. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

Consolidado e Controladora	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2021	548.112	744.895	14.207	1.307.214
Despesa reconhecida no resultado	29.272	40.756	789	70.817
Contribuições pagas	(29.797)	(21.008)	(404)	(51.209)
Passivo líquido em 30 de junho de 2022	547.587	764.643	14.592	1.326.822
			30/06/2022	31/12/2021
Passivo circulante			79.500	75.257
Passivo não circulante			1.247.322	1.231.957

Os valores registrados no passivo circulante referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Companhia, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego, no montante de R\$64.373 no primeiro semestre de 2022 (R\$45.975 no primeiro semestre 2021), mais os encargos e variação monetária da dívida pactuada com a Forluz, no montante de R\$6.851 no primeiro semestre de 2022 (R\$7.728 no primeiro semestre de 2021).

Seguro de vida

A Companhia disponibilizava, até o término da vigência do acordo coletivo findo em outubro de 2021, a cobertura de 50% da apólice de seguro de vida, com determinadas características específicas, para os aposentados.

Entretanto, em função das alterações realizadas no Acordo Coletivo de Trabalho 2021/2023, para oferta e custeio de seguro de vida para os empregados e ex-empregados, o referido benefício pós-emprego foi extinto e, desta forma, a Companhia realizou, no quarto trimestre de 2021, a baixa do saldo da obrigação, remensurado pelas premissas atuariais revisadas, em contrapartida ao resultado e Patrimônio Líquido, nos montantes de R\$91.290 e R\$13.618.

Em fevereiro de 2022 a Associação dos Eletricitários Aposentados e Pensionistas da Cemig e subsidiárias ("AEA/MG") pleiteou tutela de urgência para que a Cemig cumprisse e mantivesse integralmente os termos relativos ao custeio do prêmio do seguro de vida que vinha sendo praticado. Entretanto, o Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região indeferiu tal requerimento, fundamentado no entendimento de que se trata de discussão envolvendo validade de norma coletiva. O referido processo encontra-se atualmente em pauta para julgamento de Recurso Ordinário.

Dívida pactuada com o fundo de pensão - Forluz

Em 30 de junho de 2022, a Companhia possui registrada obrigação a pagar referente a *déficits* atuariais passados relacionados ao fundo de pensão no montante de R\$74.530 (R\$87.015 em 31 de dezembro de 2021). Esse valor foi reconhecido como obrigação a pagar e está sendo amortizado até junho de 2024, por meio de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e reajustadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido de 6% ao ano. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de *superávit* da Fundação, a Companhia mantém o registro integral da dívida, de forma específica, estando os impactos referentes à atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

Equacionamento do déficit do Plano A da Forluz

A Forluz e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D assinaram Instrumentos de Assunção de Dívida para Cobertura do Déficit do Plano A relativos aos anos de 2015, 2016 e 2017. Em 30 de junho de 2022, o montante total a ser pago pela Companhia em decorrência desses déficits é de R\$120.886 (R\$121.961 em 31 de dezembro de 2021, referente aos déficits de 2015, 2016 e 2017). As amortizações mensais são calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e serão pagas até 2031 para os déficits de 2015 e 2016, no montante de R\$77.900, e até 2033 para o déficit de 2017, no montante de R\$42.986. Os juros remuneratórios aplicáveis sobre o saldo devedor são de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral dos contratos, a Companhia ficará dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e os contratos serão extintos.

Depósitos em consignação à Forluz

Equacionamento do déficit 2019

Em dezembro de 2020, em conformidade com a legislação específica, a Forluz encaminhou à Cemig proposta de celebração de um novo Instrumento Particular de Assunção de Dívida entre a Forluz e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D, conforme plano de equacionamento para cobertura de déficit do Plano A da Forluz verificado em 2019. O montante total a ser pago pela Companhia em decorrência do déficit apurado no Plano A, sem considerar a paridade contributiva, é de R\$36.304, através de 166 parcelas mensais, incidindo juros remuneratórios sobre o saldo devedor de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral do contrato, a Companhia ficaria dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e o contrato seria extinto.

A Companhia, reconhecendo a obrigação legal quanto ao déficit do Plano A, correspondente a 50% do valor mínimo, respeitando a regra de paridade contributiva, realizou os pagamentos em consignação, no montante de R\$2.633 (R\$1.535 em 31 de dezembro de 2021), que ficaram à disposição da Forluz para serem resgatados em conta em banco oficial. Devido à recusa do recebimento deste montante pela Forluz, a Companhia propôs, em 26 de maio de 2021, Ação de Consignação de Pagamento.

A Forluz, em decorrência da não celebração do Instrumento Particular de Assunção de Dívida para cobertura do valor mínimo proposto no plano de equacionamento do déficit atuarial do Plano A verificado em 2019, bem como da recusa dos pagamentos em consignação realizados pela Companhia, entrou, em 27 de abril de 2021, com ação judicial contra as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D, requerendo que seja julgado procedente o pedido para assegurar o cumprimento da contratação da dívida para a cobertura do déficit do Plano A, no montante de R\$160.425, referente ao exercício de 2019.

Em maio de 2022, a 1ª instância do Tribunal de Justiça de Minas Gerais proferiu decisão favorável à Forluz, julgando improcedentes os pedidos da Companhia. Entretanto, para essa discussão cabe continuidade em instâncias superiores. Por isso, a Companhia, amparada na avaliação de seus especialistas, optou pela manutenção da contingência de perda como possível.

Equacionamento do déficit 2020

Em 31 de março de 2022, considerando a divergência mencionada no item anterior, foi iniciada consignação em pagamento do déficit de 2020 do Plano A, com o depósito da primeira parcela, limitada a 50% dos valores previstos no Plano proposto pela Forluz, com respeito à norma constitucional da paridade contributiva, sendo este recursado pela entidade de Previdência, exercendo possibilidade processual cabível, em 18 de abril de 2022. O montante depositado pela Companhia foi de R\$811 em 30 de junho de 2022, que ficará mantido em banco oficial à disposição da Forluz em conta consignada.

O montante total a ser pago pela Companhia em decorrência do déficit apurado no Plano A, sem considerar a paridade contributiva, é de R\$56.947, através de 158 parcelas mensais, incidindo juros remuneratórios sobre o saldo devedor de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral do contrato, a Companhia ficaria dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e o contrato seria extinto.

22. PROVISÕES

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Ações em que figura no polo passivo

A Companhia e suas controladas constituíram provisões para as ações judiciais cuja expectativa de perda é considerada provável e seu valor pode ser estimado, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

Consolidado	31/12/2021	Adições	Reversões	Liquidações	30/06/2022
Trabalhistas	59.957	5.144	(405)	(5.144)	59.552
Tributárias	317.326	16.751	-	(11)	334.066
Regulatórias	4.131	417	-	(7)	4.541
Outras	56.629	6.317	(4)	(786)	62.156
Total	438.043	28.629	(409)	(5.948)	460.315

Controladora	31/12/2021	Adições	Reversões	Liquidações	30/06/2022
Trabalhistas	59.957	5.144	(405)	(5.144)	59.552
Tributárias	317.287	16.750	-	(11)	334.026
Regulatórias	4.131	417	-	(7)	4.541
Outras	56.397	6.071	(4)	(785)	61.679
Total	437.772	28.382	(409)	(5.947)	459.798

A Administração da Companhia e de suas controladas, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas informações contábeis intermediárias a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de quaisquer possibilidades de reembolsos.

A Companhia e suas controladas acreditam que eventuais desembolsos após o desfecho dos respectivos processos, em excesso aos montantes provisionados, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e da sua posição financeira.

As principais provisões e passivos contingentes estão detalhados a seguir, incluindo a melhor expectativa dos desembolsos futuros para sua liquidação:

Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível

Trabalhistas

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações movidas por seus empregados e por empregados de empresas prestadoras de serviços. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais e reflexos em plano de aposentadoria complementar. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais.

O montante das contingências é de, aproximadamente, R\$153.348 (R\$152.180 em 31 de dezembro de 2021), dos quais R\$59.552 foram provisionados (R\$59.957 em 31 de dezembro de 2021), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Tributárias

Contribuições Previdenciárias – Participação nos Lucros e Resultados

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos e judiciais contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) a seus empregados entre os anos de 1999 e 2016, alegando que a Companhia não atendeu aos requisitos da Lei nº 10.101/2000 por não estabelecer previamente regras claras e objetivas para a distribuição desses valores. Em agosto de 2019, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região publicou decisão desfavorável à Companhia sobre o tema. Consequentemente, a Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, reavaliou a probabilidade de perda de possível para provável de determinadas parcelas pagas a título de PLR, mantendo a classificação da probabilidade de perda como possível das demais parcelas por acreditar ter argumentos de mérito para defesa.

O montante das contingências é de, aproximadamente, R\$395.377 (R\$376.009 em 31 de dezembro de 2021), dos quais R\$330.526 (R\$314.056 em 31 de dezembro de 2021) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos, em 30 de junho de 2022, para liquidar estas discussões.

Não homologação da Compensação de Créditos Tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de saldos negativos nas Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ, além de pagamentos a maior, identificados pelos DARFs e/ou DCTFs, envolvendo os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS/Pasep e Cofins. A Companhia está contestando a não homologação das compensações. O valor da contingência é de R\$60.607 (R\$70.618 em 31 de dezembro de 2021), dos quais R\$1.183 (R\$1.152 em 31 de dezembro de 2021) foram provisionados, em razão do atendimento dos requisitos legais pertinentes, constantes no Código Tributário Nacional (CTN).

Demais Ações tributárias

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, em que são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Programa de Integração Social (PIS), à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e aos embargos à execução fiscal. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$115.382 (R\$103.841 em 31 de dezembro de 2021), dos quais R\$2.357 (R\$2.118 em 31 de dezembro de 2021) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Regulatórias

A Companhia é ré em processos administrativos e judiciais em que são questionadas, principalmente, a redução de contrato de fornecimento de energia elétrica, a limitação de procedimento para operação de barragem de usina, auto de infração decorrente de fiscalização do órgão regulador, dentre outras. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$52.535 (R\$47.915 em 31 de dezembro de 2021), dos quais R\$4.541 (R\$4.131 em 31 de dezembro de 2021) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de saída de recursos para liquidar estas discussões.

Outras Ações

A Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$214.833 (R\$201.064 em 31 de dezembro de 2021), dos quais R\$62.156 foram provisionados (R\$56.629 em 31 de dezembro de 2021). A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia. Os principais assuntos relacionados a essas contingências dizem respeito às discussões quanto a alegados prejuízos sofridos em razão de supostos descumprimentos contratuais quando da prestação de serviço de limpeza de faixas de servidão e aceiros e às relações de consumo.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial

Impostos e Contribuições

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

Indenização do anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, em 2006, no montante de R\$177.686, em razão da perda do direito aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou o recolhimento do Imposto de Renda e da Contribuição Previdenciária sobre o valor pago, sob o entendimento de não há tributação sobre verbas indenizatórias. Entretanto, dada a controvérsia possível e para evitar o risco de multa futura, a Companhia ajuizou ações judiciais para o reconhecimento do direito de não tributar a indenização dos anuênios, segregando as discussões relativas ao Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária e efetuando o depósito judicial do valor envolvido em cada ação judicial, no valor total histórico de R\$121.834, o qual, atualizado, corresponde a R\$69.849 (R\$68.399 em 31 de dezembro de 2021). Na ação judicial relativa à incidência da Contribuição Previdenciária sobre os anuênios foi proferida decisão judicial que impediu a análise de recurso pelo STF, restando a apreciação pelo STJ, mantendo-se a classificação de perda desta demanda como possível, com valor integral em depósito judicial. Para a ação judicial relativa à incidência do Imposto de Renda sobre a indenização dos anuênios, diante da sua atual fase processual, mantém-se também a classificação de perda como possível.

Contribuições Previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, auxílio-alimentação, adicional aposentadoria especial, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de aproximadamente R\$19.344 (R\$18.655 em 31 de dezembro de 2021). A Administração classificou a probabilidade de perda como possível tendo em vista, inclusive, a avaliação de perda na esfera judicial, fundamentada na avaliação dos pedidos e jurisprudência relativa às questões.

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Companhia nos exercícios de 2012 e 2013 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida de valores da base de cálculo da CSLL, com destaque para as parcelas relativas a: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R\$93.578 (R\$88.424 em 31 de dezembro de 2021). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em conformidade à análise da jurisprudência relativa à questão.

Questões Regulatórias

Contabilização de operações com venda de energia pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A AES Sul Distribuidora questiona, judicialmente, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no Mercado Atacadista de Energia (MAE), antecessora da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), durante o período do racionamento, e obteve decisão judicial liminar favorável, em fevereiro de 2006, em que se determinou que a ANEEL atendesse ao pleito da distribuidora e procedesse, com a CCEE, à recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288 de 2002.

Tal medida deveria ser efetivada na CCEE, a partir de novembro de 2008, e implicaria em um desembolso adicional para a Companhia, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, com a CCEE, no valor aproximado de R\$472.647 (R\$436.835 em 31 de dezembro de 2021). A Companhia obteve em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido, em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE e classificou a possibilidade de perda como possível em razão de se tratar de Acordo Geral do Setor Elétrico, no qual a Companhia possui documentação hábil para suas alegações.

Questões Ambientais

Impactos Ambientais Decorrentes de Construção de Usinas

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ações civis públicas requerendo a formação de Área de Preservação Permanente (APP) no entorno do reservatório da usina hidrelétrica de Capim Branco, suspensão dos efeitos das licenças ambientais e recuperação de supostos danos ambientais. A Companhia, baseada na opinião de seus assessores jurídicos acerca das alterações ocorridas no novo código florestal e na jurisprudência relativa ao tema, classificou a probabilidade de perda nesta discussão como possível, e o valor estimado da contingência é de R\$133.309 (R\$123.098 em 31 de dezembro de 2021).

Outras Questões Ambientais

A Companhia está envolvida em assuntos ambientais, os quais se referem a áreas protegidas, licenças ambientais, recuperação de danos ambientais e outros, no montante de R\$80.029 (R\$72.557 em 31 de dezembro de 2021), para os quais não há saldo provisionado, pois, a Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, classificou a probabilidade de perda como possível.

IDPJ Renova

Determinado fundo de investimento em direitos creditórios entrou com pedido de Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica (“IDPJ”) de determinadas empresas do grupo Renova, objetivando a inclusão de alguns acionistas da Renova, dentre os quais a Companhia e a sua controladora Cemig, no polo passivo do cumprimento de sentença, de forma a responderem solidariamente. O montante envolvido nesta discussão foi estimado em R\$89.844 em 30 de junho de 2022 (R\$86.256 em 31 de dezembro de 2021) e a probabilidade de perda foi avaliada como possível.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

a) Capital Social

Em 30 de junho de 2022, o capital social da Companhia é de R\$4.123.724 (R\$4.123.724 em 31 de dezembro de 2021), representado por 2.896.785.358 ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, sem valor nominal, de propriedade integral da Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig.

b) Lucro básico e diluído por ação

O lucro por ação foi calculado com base na média ponderada do número de ações ordinárias da Companhia em cada um dos períodos mencionados, conforme segue:

	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021	Abr a Jun/2022	Abr a Jun/2021
Quantidade de ações (A)	2.896.785.358	2.896.785.358	2.896.785.358	2.896.785.358
Lucro do período (B)	1.403.404	1.132.956	589.890	1.444.329
Lucro por ação – básico e diluído (B/A) (em R\$)	0,48	0,39	0,20	0,50

A opção de venda de investimentos descrita na nota explicativa nº 28 tem potencialmente o poder de diluir os resultados por ação básicos no futuro, entretanto, não provocou diluição nos períodos apresentados.

24. RECEITAS

A composição da receita da Companhia e suas controladas é conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos (a)	3.902.451	3.707.083	3.484.671	3.286.052
Receita de transmissão (b)				
Receita de operação e manutenção	349.240	286.688	350.893	289.493
Receita de construção (nota 12)	169.268	62.134	169.268	62.134
Remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão (nota 12)	393.144	274.119	375.573	274.119
Receita de atualização da bonificação pela outorga	292.863	243.404	-	-
Transações com energia na CCEE	40.855	64.370	23.716	26.831
Receita por antecipação de prestação de serviço	-	153.970	-	-
Outras receitas operacionais	55.980	40.635	79.367	61.784
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas (c)	(1.029.924)	(941.310)	(928.507)	(831.915)
	4.173.877	3.891.093	3.554.981	3.168.498

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/2022	Abr a Jun/2021	Abr a Jun/2022	Abr a Jun/2021
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos (a)	1.884.936	1.809.641	1.673.738	1.602.022
Receita de transmissão (b)				
Receita de operação e manutenção	197.395	135.969	198.279	137.369
Receita de construção	100.873	39.683	100.873	39.683
Remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão	204.602	129.077	197.219	129.077
Receita de atualização da bonificação pela outorga	161.268	118.844	-	-
Transações com energia na CCEE	18.279	14.521	12.739	12.574
Receita por antecipação de prestação de serviço	-	153.970	-	-
Outras receitas operacionais	19.525	16.708	31.961	29.211
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas (c)	(537.165)	(472.846)	(486.320)	(414.788)
	2.049.713	1.945.567	1.728.489	1.535.148

(a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica - geração

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	Consolidado				Controladora			
	Jan a Jun/2022		Jan a Jun/2021		Jan a Jun/2022		Jan a Jun/2021	
	MWh (1)	R\$						
Industrial	7.434.741	2.114.577	7.003.926	1.856.353	6.952.254	1.943.846	6.508.633	1.734.330
Comercial	2.122.937	538.940	1.996.154	434.926	2.120.002	537.658	1.993.175	433.638
Rural	8.422	2.427	19.910	5.598	8.422	2.427	19.910	5.598
Subtotal	9.566.100	2.655.944	9.019.990	2.296.877	9.080.678	2.483.931	8.521.718	2.173.566
Fornec. não faturado, líquido	-	79.818	-	60.166	-	62.447	-	48.488
	9.566.100	2.735.762	9.019.990	2.357.043	9.080.678	2.546.378	8.521.718	2.222.054
Suprim. outras concessionárias (2)	4.373.404	1.188.628	5.392.806	1.441.807	3.916.364	950.777	4.768.751	1.140.727
Suprimento não faturado líquido	-	(21.939)	-	(91.767)	-	(12.484)	-	(76.729)
	13.939.504	3.902.451	14.412.796	3.707.083	12.997.042	3.484.671	13.290.469	3.286.052

	Consolidado				Controladora			
	Abr a Jun/2022		Abr a Jun/2021		Abr a Jun/2022		Abr a Jun/2021	
	MWh (1)	R\$						
Industrial	3.873.013	1.112.163	3.632.514	960.627	3.632.659	1.016.205	3.382.372	898.992
Comercial	1.067.459	276.917	996.727	221.144	1.065.979	276.261	995.843	220.780
Rural	3.322	1.317	12.944	3.733	3.322	1.317	12.944	3.733
Subtotal	4.943.794	1.390.397	4.642.185	1.185.504	4.701.960	1.293.783	4.391.159	1.123.505
Fornec. não faturado, líquido	-	(20.177)	-	(30.384)	-	(23.642)	-	(28.719)
	4.943.794	1.370.220	4.642.185	1.155.120	4.701.960	1.270.141	4.391.159	1.094.786
Suprim. outras concessionárias (2)	2.096.258	540.722	2.644.747	672.569	1.868.033	434.404	2.361.419	529.704
Suprimento não faturado líquido	-	(26.006)	-	(18.048)	-	(30.807)	-	(22.468)
	7.040.052	1.884.936	7.286.932	1.809.641	6.569.993	1.673.738	6.752.578	1.602.022

(1) Informações, em MWh, não revisadas pelos auditores independentes.

(2) Inclui contrato de vendas no ACR às distribuidoras, vendas no ACL às comercializadoras e geradoras, contratos bilaterais com outros agentes e as receitas de gestão de ativos de geração (GAG) das 18 usinas hidrelétricas do Lote D do Leilão nº 12/2015.

(b) Receita de Concessão da Transmissão

A margem das obrigações de performance dos contratos de transmissão está demonstrada abaixo:

	Consolidado		Consolidado	
	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021	Abr a Jun/2022	Abr a Jun/2021
Receita de construção e melhorias	169.268	62.134	100.873	39.683
Custo de construção e melhorias	(125.886)	(47.124)	(75.190)	(28.059)
Margem	43.382	15.010	25.683	11.624
Mark-up (%)	34,46%	31,85%	34,16%	41,43%
Receita de operação e manutenção	349.240	286.688	197.395	135.969
Custo de operação e manutenção	(136.713)	(120.214)	(68.571)	(63.713)
Margem	212.527	166.474	128.824	72.256
Mark-up (%)	155,45%	138,48%	187,87%	113,41%

(c) Impostos e encargos incidentes sobre a receita

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021
Tributos sobre a Receita				
ICMS	342.226	337.121	309.110	304.833
Cofins	360.033	323.289	317.761	279.576
PIS/Pasep	78.161	70.182	68.987	60.697
ISSQN	1.875	7.105	1.791	2.103
	782.295	737.697	697.649	647.209
Encargos do Consumidor				
Reserva Global de Reversão – RGR	7.126	7.320	6.079	6.121
Conta de desenvolvimento energético – CDE	157.337	121.752	157.337	121.752
CDE sobre P&D	2.083	3.247	1.650	2.530
Proinfra	40.305	30.671	40.305	30.671
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	5.078	3.364	3.849	2.430
Fundo nacional de desen.científico e tecnológico - FNDCT	7.161	6.611	5.498	4.960
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	3.581	3.306	2.749	2.480
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	4.335	9.142	3.865	4.390
Compensação financ. pela utilização de recursos hídricos – CFURH	20.623	18.200	9.526	9.372
	247.629	203.613	230.858	184.706
	1.029.924	941.310	928.507	831.915

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/2022	Abr a Jun/2021	Abr a Jun/2022	Abr a Jun/2021
Tributos sobre a Receita				
ICMS	171.506	173.709	155.339	157.664
Cofins	179.152	158.300	157.001	135.482
PIS/Pasep	38.893	34.364	34.085	29.414
ISSQN	777	6.575	734	1.880
	390.328	372.948	347.159	324.440
Encargos do Consumidor				
Reserva Global de Reversão – RGR	3.459	3.583	2.969	2.988
Conta de desenvolvimento energético – CDE	102.785	60.363	102.785	60.363
CDE sobre P&D	1.015	3.247	797	2.530
Proinfa	20.815	14.336	20.815	14.336
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	2.479	(157)	1.859	(203)
Fundo nacional de desen.científico e tecnológico - FNDCT	3.494	3.090	2.656	2.327
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	1.748	1.546	1.328	1.163
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	2.168	4.571	1.932	2.195
Compensação financ. pela utilização de recursos hídricos – CFURH	8.874	9.319	4.020	4.649
	146.837	99.898	139.161	90.348
	537.165	472.846	486.320	414.788

25. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021
Pessoal (a)	172.721	156.636	160.784	145.931
Participação dos empregados no resultado	20.002	13.106	19.580	12.990
Obrigações pós-emprego (nota 21)	63.966	45.975	63.966	45.975
Materiais	10.729	13.010	6.754	5.053
Serviços de terceiros (b)	95.513	75.365	68.363	56.504
Depreciação e amortização (1)	164.184	97.012	126.910	67.612
Provisões (reversões) (c)	6.958	36.306	7.144	36.312
Encargos de uso da rede básica de transmissão	117.346	97.508	83.666	73.225
Energia elétrica comprada para revenda (d)	1.840.688	1.932.266	1.833.762	1.902.993
Custo de construção de infraestrutura de transmissão (e)	125.886	47.124	125.886	47.124
Baixa de ativo financeiro (nota 11)	171.770	-	171.770	-
Outros custos e despesas operacionais líquidos (f)	21.616	33.169	17.961	28.132
Total	2.811.379	2.547.477	2.686.546	2.421.851
Custos operacionais	2.466.627	2.412.566	2.341.958	2.289.260
Despesas operacionais	344.752	134.911	344.588	132.591
TOTAL	2.811.379	2.547.477	2.686.546	2.421.851

(1) Líquido de PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre a amortização do direito de uso, no montante de R\$57 para consolidado e R\$56 para controladora (R\$54 e R\$53 no período de janeiro a junho de 2021 para consolidado e controladora, respectivamente).

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/2022	Abr a Jun/2021	Abr a Jun/2022	Abr a Jun/2021
Pessoal (a)	91.654	81.081	83.814	74.097
Participação dos empregados no resultado	10.606	5.960	10.246	5.869
Obrigações pós-emprego	31.735	23.282	31.735	23.282
Materiais	7.192	8.130	4.282	3.021
Serviços de terceiros (b)	50.433	40.914	35.182	30.901
Depreciação e amortização (1)	82.307	49.137	63.552	34.418
Provisões (c)	(35.681)	41.222	(34.613)	41.092
Encargos de uso da rede básica de transmissão	59.411	48.588	42.425	36.674
Energia elétrica comprada para revenda (d)	933.891	952.880	930.973	936.566
Custo de construção de infraestrutura de transmissão (e)	75.190	28.059	75.190	28.059
Baixa de ativo financeiro (nota 11)	171.770	-	171.770	-
Outros custos e despesas operacionais líquidos (f)	15.295	18.102	13.321	16.183
Total	1.493.803	1.297.355	1.427.877	1.230.162
Custos operacionais	1.266.245	1.228.827	1.200.792	1.161.026
Despesas operacionais	227.558	68.528	227.085	69.136
TOTAL	1.493.803	1.297.355	1.427.877	1.230.162

(1) Líquido de PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre a amortização do direito de uso, no montante de R\$29 para consolidado e R\$28 para controladora (R\$26 e R\$25 no período de abril a junho de 2021 para consolidado e controladora, respectivamente).

a) Pessoal

Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP) – 2022

Em 18 de abril de 2022, a Cemig aprovou o programa de desligamento voluntário programado (PDVP 2022), com período de adesão de 02 a 20 de maio de 2022, sendo elegíveis todos os empregados da Cemig, Cemig D e Cemig GT, salvo as exceções previstas no Programa. Em 26 de maio de 2022, houve reabertura do programa para adesão dos empregados no período de 30 de maio de 2022 a 03 de junho de 2022. O programa prevê o pagamento das verbas rescisórias legais na modalidade de desligamento “A Pedido” e de um prêmio adicional, a título de indenização, equivalente a um percentual fixo, a depender do tempo de serviço na Cemig, sobre a sua remuneração, por cada ano de trabalho, nos termos do Programa, e, para aqueles empregados com mais de 25 anos de serviço na Cemig, o valor fixo de 12 remunerações.

O custo total para o programa corresponde a R\$10.838, representando a adesão de 57 empregados.

O programa de desligamento voluntário aprovado em maio de 2021 (PDVP 2021), teve custo total correspondente a R\$6.168, representando a adesão de 53 empregados, no período de 10 a 31 de maio de 2021. Foram elegíveis todos os empregados da Cemig, Cemig D e Cemig GT, salvo as exceções constantes no Programa, que previa o pagamento das verbas rescisórias legais na modalidade de desligamento “A Pedido”, sendo o prêmio adicional, a título de indenização, equivalente a um percentual fixo, a depender do tempo de serviço na Cemig, sobre a sua remuneração, por cada ano de trabalho, nos termos do Programa, e, para aqueles empregados com mais de 36 anos de serviço na Cemig, o valor fixo de 10,5 remunerações.

b) Serviços de terceiros

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021
Comunicação	2.072	1.998	1.761	1.852
Manutenção e Conservação de Instalações e Equip. Elétricos	25.567	18.863	10.374	10.317
Conservação e limpeza de prédios	10.692	12.033	9.291	9.890
Mão de obra contratada	2.300	1.160	1.836	1.940
Fretes e passagens	646	149	642	148
Hospedagem e alimentação	1.656	1.553	1.639	1.546
Vigilância	3.649	4.043	1.923	2.559
Consultoria	3.461	3.630	2.981	2.944
Auditoria externa	2.040	2.059	1.599	1.566
Tecnologia da informação	15.337	9.178	13.560	7.818
Energia elétrica	1.674	2.459	1.374	1.490
Meio ambiente	5.848	3.891	3.715	2.154
Limpeza de faixas	4.539	3.570	4.124	3.570
Serviços de reprografia	755	1.317	617	572
Serviços advocatícios e custas processuais	2.222	1.484	2.351	1.484
Outros	13.055	7.978	10.576	6.654
	95.513	75.365	68.363	56.504

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/2022	Abr a Jun/2021	Abr a Jun/2022	Abr a Jun/2021
Comunicação	1.020	1.201	792	1.122
Manutenção e Conservação de Instalações e Equip. Elétricos	14.284	10.840	5.685	6.352
Conservação e limpeza de prédios	5.336	6.174	4.583	5.211
Mão de Obra Contratada	87	1.091	767	1.141
Fretes e passagens	520	73	516	72
Hospedagem e alimentação	900	849	898	846
Vigilância	2.023	2.069	990	1.368
Consultoria	1.929	1.182	1.579	1.135
Auditoria externa	520	729	300	654
Tecnologia da informação	6.391	5.072	5.306	4.044
Energia elétrica	497	1.422	345	780
Meio ambiente	3.287	2.435	1.977	1.342
Limpeza de faixas	2.911	2.329	2.496	2.329
Serviços de reprografia	571	716	495	386
Serviços advocatícios e custas processuais	1.568	395	1.536	395
Outros	8.589	4.337	6.917	3.724
	50.433	40.914	35.182	30.901

c) Provisões operacionais

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021
Perdas (reversões) esperadas de créditos com liquidação duvidosa (nota 7) (1)	(305)	5.579	128	5.592
Reversão de perda esperada com parte relacionada - Renova (nota 30)	(53.356)	-	(53.356)	-
Provisões para contingências (nota 22) (2)				
Trabalhistas	4.739	7.723	4.739	7.722
Tributárias	16.751	3.192	16.750	3.191
Regulatórias	417	790	417	790
Outras	6.313	5.664	6.067	5.659
	28.220	17.369	27.973	17.362
	(25.441)	22.948	(25.255)	22.954
Variação de valor justo de derivativos				
Opção de venda SAAG (nota 28)	32.399	13.358	32.399	13.358
	6.958	36.306	7.144	36.312

- (1) A perda esperada de créditos com liquidação duvidosa é apresentada na demonstração de resultado como despesas com vendas.
 (2) As provisões para contingências são apresentadas na demonstração dos resultados do período como despesas operacionais.

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/2022	Abr a Jun/2021	Abr a Jun/2022	Abr a Jun/2021
Perdas (reversões) esperadas de créditos com liquidação duvidosa (1)	868	6.691	1.085	6.565
Reversão de perda estimada com parte relacionada - Renova (nota 30)	(53.356)	-	(53.356)	-
Provisões para contingências (2)				
Trabalhistas	407	3.242	409	3.242
Tributárias	8.990	1.850	8.990	1.849
Regulatórias	233	293	233	293
Outras	2.205	2.621	3.054	2.618
	11.835	8.006	12.686	8.002
	(40.653)	14.697	(39.585)	14.567
Variação de valor justo de derivativos				
Opção de venda SAAG	4.972	26.525	4.972	26.525
	(35.681)	41.222	(34.613)	41.092

- (1) A perda esperada de créditos com liquidação duvidosa é apresentada na demonstração de resultado como despesas com vendas.
 (2) As provisões para contingências são apresentadas na demonstração dos resultados do período como despesas operacionais.

d) Energia Elétrica Comprada para Revenda

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021
Energia de curto prazo – CCEE	46.701	65.662	43.633	50.091
Energia adquirida no ambiente livre	1.979.888	2.059.164	1.975.497	2.043.598
Créditos de PIS/Pasep e Cofins	(185.901)	(192.560)	(185.368)	(190.696)
	1.840.688	1.932.266	1.833.762	1.902.993

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/2022	Abr a Jun/2021	Abr a Jun/2022	Abr a Jun/2021
Energia de curto prazo – CCEE	16.525	24.830	14.416	16.003
Energia adquirida no ambiente livre	1.011.604	1.023.321	1.010.562	1.014.959
Créditos de PIS/Pasep e Cofins	(94.238)	(95.271)	(94.005)	(94.396)
	933.891	952.880	930.973	936.566

e) Custo de Construção da Infraestrutura de Transmissão

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021
Pessoal	5.442	4.725	5.442	4.725
Materiais	91.790	28.401	91.790	28.401
Serviços de terceiros	29.716	13.995	29.716	13.995
Outros (recuperação de despesas)	(1.062)	3	(1.062)	3
	125.886	47.124	125.886	47.124

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/2022	Abr a Jun/2021	Abr a Jun/2022	Abr a Jun/2021
Pessoal	3.171	2.956	3.171	2.956
Materiais	53.005	14.711	53.005	14.711
Serviços de terceiros	20.078	10.396	20.078	10.396
Outros (recuperação de despesas)	(1.064)	(4)	(1.064)	(4)
	75.190	28.059	75.190	28.059

f) Outros Custos e Despesas Operacionais

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021
Arrendamentos e aluguéis (1)	2.996	1.166	694	252
Propaganda e publicidade	337	1.421	337	1.396
Despesa concessão onerosa	1.997	1.678	1.992	1.673
Impostos e taxas (IPTU, IPVA e outros)	1.533	5.694	1.297	5.066
Anuidade CCEE	1.247	1.335	1.239	1.334
Seguros	5.847	7.204	5.110	6.174
Forluz – Custeio administrativo	3.809	3.429	3.808	3.428
Obrigações derivadas de contratos de investimento (2)	2.546	9.012	2.546	9.012
Outros	1.304	2.230	938	(203)
	21.616	33.169	17.961	28.132

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/2022	Abr a Jun/2021	Abr a Jun/2022	Abr a Jun/2021
Arrendamentos e aluguéis (1)	1.683	596	469	60
Propaganda e publicidade	229	1.298	229	1.273
Despesa concessão onerosa	1.038	886	1.035	884
Impostos e taxas (IPTU, IPVA e outros)	370	5.075	285	4.655
Anuidade CCEE	640	676	632	675
Seguros	2.619	3.535	2.355	3.009
Forluz – Custeio administrativo	2.047	1.762	2.046	1.762
Obrigações derivadas de contratos de investimento (2)	1.713	3.633	1.713	3.633
Outros	4.956	641	4.557	232
	15.295	18.102	13.321	16.183

- (1) Referem-se aos arrendamentos e aluguéis que não se enquadram nos requisitos de reconhecimento da IFRS 16 /CPC 06 (R2), assim como arrendamentos de baixo valor ou prazo inferior a um ano.
- (2) Refere-se a obrigações contratuais perante à investida Aliança Geração correspondentes a contingências que têm como fato gerador eventos ocorridos antes do fechamento da transação que resultou no aporte de ativos pela Cemig e Vale S.A. no capital desta investida. O valor total das ações alcança o montante de R\$155 milhões em 30 de junho de 2022 (R\$149 milhões em 31 de dezembro de 2021), cabendo à Cemig o valor de R\$55 milhões (R\$52 milhões em 31 de dezembro de 2021).

26. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de aplicação financeira	77.360	27.161	46.118	20.075
Acréscimos moratórios sobre venda de energia	4.631	3.163	3.471	2.652
Variação monetária	21.643	5.519	21.580	4.300
Variação monetária/depósitos vinculados a litígios	4.854	943	4.796	937
Variações cambiais de empréstimos e financiamentos (nota 19)	342.500	291.750	342.500	291.750
Atualização dos créditos de PIS/Pasep e Cofins	1.285	2.063	-	1.881
Outras	8.566	19.822	7.999	19.168
PIS/Pasep e Cofins sobre receitas financeiras	(4.458)	(2.278)	(3.875)	(2.164)
	456.381	348.143	422.589	338.599
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 19)	(262.451)	(446.203)	(262.451)	(443.263)
Amortização dos custos de transação (nota 19)	(1.209)	(10.520)	(1.209)	(10.520)
Variação monetária – Forluz	(6.851)	(7.728)	(6.851)	(7.728)
Variação monetária – Empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 19)	(3.060)	(21.410)	(3.060)	(20.758)
Variações monetárias	(12.409)	(14.579)	(4.412)	(7.733)
Perdas com instrumentos financeiros derivativos (swap) (nota 28)	(402.027)	(612.765)	(402.027)	(612.765)
Variação monetária de arrendamento (nota 16)	(2.463)	(2.434)	(2.346)	(2.326)
Outras	(3.786)	(1.556)	(850)	(1.503)
	(694.256)	(1.117.195)	(683.206)	(1.106.596)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(237.875)	(769.052)	(260.617)	(767.997)

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/2022	Abr a Jun/2021	Abr a Jun/2022	Abr a Jun/2021
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de aplicação financeira	41.475	18.246	24.740	13.560
Acréscimos moratórios sobre venda de energia	2.534	1.804	1.793	1.483
Variação monetária	10.906	3.292	10.879	2.077
Variação monetária/depósitos vinculados a litígios	2.605	683	2.586	679
Variações cambiais de empréstimos e financiamentos	-	1.042.650	-	1.042.650
Ganhos com inst. financeiros derivativos (swap)	54.620	-	54.620	-
Atualização dos créditos de PIS/Pasep e Cofins	710	1.087	-	977
Outras	2.697	9.640	2.409	9.432
PIS/Pasep e Cofins sobre receitas financeiras	(2.255)	(1.329)	(1.976)	(1.265)
	113.292	1.076.073	95.051	1.069.593
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de empréstimos, financiamentos e debêntures	(135.491)	(194.439)	(135.491)	(194.292)
Amortização dos custos de transação	(604)	(7.469)	(604)	(7.469)
Variação monetária – Forluz	(3.674)	(3.570)	(3.674)	(3.570)
Variação monetária – Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	(7.818)	-	(7.626)
Variações monetárias	(6.424)	(6.442)	(1.479)	(3.280)
Variações cambiais de empréstimos e financiamentos	(500.200)	-	(500.200)	-
Perdas com instrumentos financeiros derivativos (swap)	-	(425.417)	-	(425.417)
Variação monetária de arrendamento	(1.218)	(1.167)	(1.161)	(1.112)
Outras	(437)	(1.556)	(337)	(902)
	(648.048)	(647.878)	(642.946)	(643.668)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(534.756)	428.195	(547.895)	425.925

27. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações consolidados com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS (1)	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021
Operações com energia elétrica (2)								
Madeira Energia	7.768	7.533	154.789	106.975	47.518	49.776	(690.311)	(668.741)
Aliança Geração	-	-	6.969	6.928	319	271	(49.465)	(42.926)
Norte Energia	2.026	2.338	-	-	12.606	13.895	-	(49.522)
Lightger	-	-	3.241	2.160	-	-	(18.304)	(15.026)
Hidrelétrica Pipoca	-	-	4.121	3.153	-	-	(24.863)	(18.315)
Taesa	-	-	1.322	1.488	133	123	(7.852)	(5.115)
Cemig Distribuição	24.241	24.997	2.176	1.927	138.723	125.833	(18.135)	(13.318)
Encargos de conexão								
Cemig Distribuição (8)	8.650	8.650	-	-	38.926	34.731	-	-
Convênio de compartilhamento								
Cemig Distribuição (7)	2.565	2.362	-	-	431	1.845	-	-
Prestação de serviço (5)								
Aliança Geração	431	512	-	-	1.911	2.423	-	-
Baguari Energia	296	211	-	-	538	82	-	-
Taesa	151	150	-	-	567	567	-	-
Outros créditos								
Companhia Energética de Minas Gerais	-	4.038	-	-	-	-	-	-
Contingências								
Aliança Geração (4)	-	-	55.043	52.497	-	-	(2.546)	(9.012)
Ajuste para perdas								
Madeira Energia (3)	-	-	-	161.648	-	-	-	-
Hidrelétrica Itaocara (6)	-	-	14.239	20.767	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio e dividendos								
Companhia Energética de Minas Gerais	-	-	685.082	799.947	-	-	-	-
Baguari Energia	14.759	-	-	-	-	-	-	-
Retiro Baixo	7.202	7.202	-	-	-	-	-	-
Hidrelétrica Cachoeirão	4.179	-	-	-	-	-	-	-
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e equivalentes	320.206	44.789	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	1.016.153	943.747	-	-	56.743	14.124	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	17.131	194.110	-	-	-	-	-	-
Forluz								
Circulante								
Obrigações pós-emprego (9)	-	-	43.963	40.878	-	-	(29.272)	(20.939)
Contribuições para suplementação de aposentadoria - plano de contribuição definitiva (10)	-	-	-	-	-	-	(10.369)	(10.397)
Custeio administrativo (11)	-	-	-	-	-	-	(3.808)	(3.428)
Arrendamento (12)	36.131	36.900	4.983	4.983	-	-	(3.293)	(3.126)
Não circulante								
Obrigações pós-emprego (9)	-	-	503.624	507.234	-	-	-	-
Arrendamento (12)	-	-	35.395	35.534	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de saúde e odontológico (13)	-	-	42.338	38.807	-	-	(41.545)	(28.060)
Não circulante								
Plano de saúde e odontológico (13)	-	-	736.897	720.295	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

- (1) Os relacionamentos entre a Cemig Geração e Transmissão e suas investidas estão descritos na nota de investimento (nº 13);
- (2) As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, por sua vez, são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável. Já as operações de transporte de energia elétrica são realizadas pelas transmissoras e decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional pelo Operador Nacional do Sistema (ONS);
- (3) Em junho de 2022, foi revertida a provisão referente às obrigações contratuais da Companhia assumidas junto à investida e aos outros acionistas. Mais detalhes na nota explicativa nº 13.
- (4) Refere-se a obrigações contratuais perante à investida Aliança Geração correspondentes a contingências que têm como fato gerador eventos ocorridos antes do fechamento da transação que resultou no aporte de ativos pela Cemig e Vale S.A. no capital desta investida. O valor total das ações alcança o montante de R\$155 milhões (R\$149 milhões em 31 de dezembro de 2021), cabendo à Cemig o valor de R\$55 milhões (R\$52 milhões em 31 de dezembro de 2021);
- (5) Refere-se a contrato de prestação de serviço de operação e manutenção de usinas e de redes de transmissão;
- (6) Foi reconhecido um passivo correspondente à participação da Companhia no Capital Social da Hidrelétrica Itaocara em função de seu Patrimônio Líquido negativo (vide nota explicativa nº 13);
- (7) Convênio de Compartilhamento de Infraestrutura Administrativa e de Recursos Humanos entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;
- (8) Refere-se a contrato de conexão das instalações de distribuição ao sistema de transmissão (CCT);
- (9) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, mais juros de 6% ao ano e serão amortizados até o exercício de 2031 (vide nota explicativa nº 21);
- (10) Contribuições da Companhia para o Fundo de Pensão referente aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
- (11) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade à legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- (12) Aluguel da sede administrativa da Companhia com vigência até agosto de 2024 (Edifício Júlio Soares, podendo ser prorrogado a cada 5 anos, até 2034), reajustado anualmente pelo IPCA, tendo seus preços revisados a cada 60 meses. Em 20 de setembro de 2021, o contrato de aluguel foi reajustado em 9,68%, correspondendo ao IPCA acumulado dos últimos 12 meses. Em 27 de abril de 2021, foi firmado um aditivo do contrato junto à Forluz, em função da transferência das instalações das investidas Cemig SIM e Gasmig para o Edifício Júlio Soares com a consequente redução do custo com aluguel para a Cemig Geração e Transmissão;
- (13) Obrigações pós-emprego relativas ao plano de saúde e odontológico dos empregados (vide nota explicativa nº 21).

Dividendos a receber

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Sá Carvalho S.A.	-	-	25.821	-
Cemig Geração Três Marias S.A.	-	-	138.000	28.000
Cemig Geração Salto Grande S.A.	-	-	43.793	17.793
Cemig Geração Itutinga S.A.	-	-	21.188	-
Cemig Geração Camargos S.A.	-	-	18.289	-
Cemig Geração Sul S.A.	-	-	4.000	-
Cemig Geração Leste S.A.	-	-	19.331	-
Horizontes Energia S.A.	-	-	805	-
Cemig Geração Poço Fundo S.A.	-	-	1.320	-
Cemig Trading S.A.	-	-	479	-
Aliança Geração de Energia S.A.	99.000	224.896	99.000	224.896
Central Eólica Praias de Parajuru S.A.	-	-	7.267	-
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	-	-	14.569	-
Outras (1)	26.140	7.202	26.140	9.515
	125.140	232.098	420.002	280.204

- (1) As controladas que compõem os montantes apresentados em "Outras" estão divulgadas na tabela anterior nas linhas de "Juros sobre capital próprio e dividendos".

Garantia de compra de energia

No âmbito dos Instrumentos de Financiamentos da Santo Antônio Energia S.A., a Companhia concedeu garantia de comercialização de energia desta investida, correspondente a até 57,42 MW médios ao ano, a uma receita anual mínima de R\$66.114, na data base de 31 de dezembro de 2007, reajustados pela variação do IPCA, durante o período de 1º de maio de 2027 até o final da liquidação das obrigações decorrentes destes Instrumentos de Financiamento. Adicionalmente, foi garantida a comercialização da energia assegurada dessa investida, de 6,04 MW médios, para o período de 1º de janeiro de 2030 até o final da liquidação das obrigações decorrentes dos referidos Instrumentos.

Aplicações em fundo de investimento – FIC Pampulha

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários”, no ativo circulante e não circulante, proporcionalmente à participação da Companhia no fundo, 59,47% em 30 de junho de 2022 (53,20% em 31 de dezembro de 2021).

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal chave da administração

Os custos totais com o pessoal chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 30 de junho de 2022 e 30 de junho de 2021 são demonstrados na tabela abaixo:

	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021
Remuneração	1.889	1.860
Participação nos resultados	209	169
Previdência privada	217	179
Planos de saúde e odontológico	17	12
Seguro de vida	4	-
Total (1)	2.336	2.220

(1) A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016.

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas, são como segue:

	Nível	30/06/2022		31/12/2021	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros					
Custo amortizado (1)					
Títulos e valores mobiliários	2	197.443	197.443	597.205	597.205
Consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia	2	927.272	927.272	797.972	797.972
Fundos vinculados	2	13.208	13.208	17.063	17.063
Depósitos vinculados a litígios	2	205.286	205.286	161.820	161.820
Bonificação pela outorga – Concessões de geração	3	2.939.401	2.939.401	2.792.201	2.792.201
		4.282.610	4.282.610	4.366.261	4.366.261
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa – Aplicações financeiras		419.201	419.201	117.154	117.154
Títulos e valores mobiliários					
Certificados de depósitos bancários	1	-	-	55.290	55.290
Letras financeiras – Bancos	2	634.928	634.928	387.296	387.296
Letras financeiras do Tesouro	1	196.403	196.403	98.108	98.108
Debêntures	2	4.752	4.752	-	-
		1.255.284	1.255.284	657.848	657.848
Instrumentos financeiros derivativos (operações de Swap)	3	975.023	975.023	1.219.176	1.219.176
Indenizações a receber – Geração	3	644.432	644.432	816.202	816.202
		1.619.455	1.619.455	2.035.378	2.035.378
		7.157.349	7.157.349	7.059.487	7.059.487
Passivos financeiros					
Custo amortizado (1)					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2	(5.259.126)	(5.259.126)	(6.029.460)	(6.029.460)
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz)	2	(74.530)	(74.530)	(87.015)	(87.015)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão - Forluz	2	(120.886)	(120.886)	(121.961)	(121.961)
Concessões a pagar	3	(28.420)	(28.420)	(26.813)	(26.813)
Fornecedores	2	(432.610)	(432.610)	(383.786)	(383.786)
Operações de arrendamento mercantil	2	(42.432)	(42.432)	(45.450)	(45.450)
		(5.958.004)	(5.958.004)	(6.694.485)	(6.694.485)
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos (operações de Swap)	3	(128.499)	(128.499)	(6.130)	(6.130)
Opções de venda (SAAG)	3	(668.691)	(668.691)	(636.292)	(636.292)
		(6.755.194)	(6.755.194)	(7.336.907)	(7.336.907)

(1) Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os saldos contábeis refletem os valores justos dos instrumentos financeiros.

As informações sobre as (i) classificações dos instrumentos financeiros e valor justo; (ii) metodologia de cálculo do valor justo das posições; e (iii) instrumentos financeiros derivativos, estão divulgadas na nota explicativa 29 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

b) Instrumentos financeiros derivativos

Opções de venda SAAG

Encontra-se registrado nas informações contábeis intermediárias um passivo no valor de R\$668.691 referente à diferença entre o valor justo estimado para os ativos em relação ao preço de exercício. Considerando a liquidação antecipada dos Fundos e o vencimento da opção de venda, conforme descrito a seguir, esse montante foi transferido para o passivo circulante.

A movimentação do valor das opções é como segue:

	Consolidado e Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2021	636.292
Variação do valor justo	32.399
Saldo em 30 de junho de 2022	<u>668.691</u>

Essa opção de venda de investimentos tem potencialmente o poder de diluir os resultados por ação básicos no futuro, entretanto, não provocou diluição no lucro por ação nos períodos analisados.

Operações de Swap

Considerando que parte dos empréstimos e financiamentos da Companhia é denominada em moeda estrangeira, ela se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (operações de “swap” e opções de moeda) para proteção do serviço associado a estas dívidas (principal mais juros).

Os instrumentos financeiros derivativos contratados têm o propósito de proteger as operações contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Em junho de 2022 aconteceu a liquidação semestral de juros do swap, com resultado negativo de R\$35.505 e saída de caixa nesse mesmo valor (positivo de R\$1.045.462 no primeiro semestre de 2021, com entrada líquida de caixa de R\$888.642).

Direito da Companhia	Obrigação da Companhia	Período de Vencimento	Mercado de Negociação	Valor principal contratado	Ganho/(Perda) realizado de Jan a Jun/2022	Ganho/(Perda) realizado de Jan a Jun/2021
US\$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.)	R\$ 151,99% do CDI	Juros: Semestrais Principal: dez/2024	Balcão	US\$500.000	(19.362)	954.841
US\$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.)	R\$ 125,52% do CDI	Juros: Semestrais Principal: dez/2024	Balcão	US\$500.000	(16.143)	90.621
					<u>(35.505)</u>	<u>1.045.462</u>

Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no balanço patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos. Os resultados líquidos nestas operações representam um ajuste negativo, em 30 de junho de 2022, no montante de R\$402.027 (ajuste negativo de R\$612.765 em 30 de junho de 2021), registrado no resultado financeiro.

As contrapartes das operações dos derivativos contratados inicialmente são os Bancos Bradesco, Itaú, Goldman Sachs e BTG Pactual. A controladora Cemig é garantidora desses instrumentos derivativos contratados pela Companhia.

O quadro a seguir apresenta os instrumentos derivativos em vigor em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

Direito da Companhia	Obrigação da Companhia	Período de vencimento	Mercado de negociação	Valor principal contratado (2)	Ganho/(Perda) não realizado		Ganho/(Perda) não realizado	
					Valor conforme contrato em 30/06/2022	Valor justo em 30/06/2022	Valor conforme contrato em 31/12/2021	Valor justo em 31/12/2021
US\$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.) (1)	R\$ 151,99% do CDI	Juros: Semestrais Principal: dez/2024	Balcão	US\$500.000	866.626	523.897	873.095	706.401
US\$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.) (1)	R\$ 125,52% do CDI	Juros: Semestrais Principal: dez/2024	Balcão	US\$500.000	571.190	322.627	577.565	506.645
					1.437.816	846.524	1.450.660	1.213.046
Ativo não circulante						975.023		1.219.176
Passivo circulante						(128.499)		(6.130)

(1) Para a emissão original de US\$1 bilhão em Eurobonds, realizada em dezembro de 2017, foi contratada uma combinação de *Call Spread* do principal, com piso em R\$3,25/US\$ e teto em R\$5,00/US\$ e *swap* da totalidade dos juros, com troca do cupom de 9,25% a.a. por taxa média equivalente a 150,49% do CDI. Para a emissão adicional de US\$500 milhões em Eurobonds, realizada em julho de 2018, foi contratada uma combinação de *Call Spread* do principal, com piso em R\$3,85/US\$ e teto em R\$5,00/US\$ e *swap* da totalidade dos juros, com troca do cupom de 9,25% a.a. por taxa média equivalente a 125,52% do CDI. Esses instrumentos derivativos possuem teto de proteção de R\$5,00/dólar para o principal dos Eurobonds, que possui vencimento em dezembro de 2024. Caso a relação USD/BRL permaneça, em dezembro de 2024, acima de R\$5,00, a Companhia desembolsará, naquela data, a diferença entre o valor teto da proteção e dólar spot verificado. A Companhia está monitorando os possíveis riscos e impactos associados a valorização do dólar acima do patamar de R\$5,00 e avalia diversas estratégias para mitigação do risco cambial até o vencimento da operação. O instrumento derivativo protege integralmente o pagamento dos juros semestrais, independente da relação USD/BRL.

(2) Em milhares de dólares americanos (US\$).

A Companhia utiliza uma metodologia de marcação a mercado para mensuração do instrumento financeiro derivativo de proteção dos Eurobonds, em conformidade com as práticas de mercado. Os principais indicadores para mensurar o valor justo do *Swap* são as curvas de mercado de taxas DI e o dólar futuro negociados no mercado futuro da B3. Para precificar a *Call Spread* (opções) é utilizado o modelo *Black & Scholes* que tem como parâmetro, dentre outros, a volatilidade do dólar, mensurada com base no seu histórico de 2 anos.

O valor justo apurado em 30 de junho de 2022 foi de R\$846.524 (R\$1.213.046 em 31 de dezembro de 2021), que seria uma referência caso a Companhia efetuasse a liquidação dos derivativos em 30 de junho de 2022, porém os contratos de *swap* protegem o fluxo de caixa da empresa até o vencimento dos *bonds* em 2024 e representam o saldo contratual (*accrual*) de R\$1.437.816 em 30 de junho de 2022 (R\$1.450.660 em 31 de dezembro de 2021).

A Companhia está exposta ao risco de mercado em função da contratação desse instrumento derivativo, sendo o seu resultado impactado pela alteração da taxa de juros e/ou da taxa de câmbio futuros. Com base nas curvas de juros e dólar futuro, a Companhia estima que em um cenário provável o seu resultado, em 30 de junho de 2023, seria afetado, positivamente, pelos instrumentos derivativos (*swap* e *call spread*), ao fim do período contábil, em R\$250.583. O valor justo do instrumento financeiro foi estimado em R\$1.097.107, sendo um valor positivo de R\$1.123.137 referente à opção (*call spread*) e negativo de R\$26.030 referentes ao *swap*.

A Companhia mensurou os efeitos em seu resultado da redução do valor justo estimado partindo do cenário provável, sensibilizando a variação das taxas futuras de juros e dólar, bem como da volatilidade, em 25% e 50%, conforme demonstrado a seguir:

Controladora e Consolidado	Cenário base em 30/06/2022	Cenário provável em 30/06/2023	Cenário possível depreciação cambial e apreciação de juros 25%	Cenário remoto depreciação cambial e apreciação de juros 50%
Swap ponta ativa	3.794.430	3.748.693	3.427.531	3.124.227
Swap ponta passiva	(3.945.853)	(3.774.723)	(3.876.106)	(3.932.475)
Opção/Call Spread	997.947	1.123.137	1.068.058	1.012.392
Instrumento derivativo de hedge	846.524	1.097.107	619.483	204.144

O valor justo foi estimado aplicando-se os mesmos métodos de mensuração utilizados na marcação a mercado do instrumento derivativo descrito acima.

c) Gestão de riscos

Risco de taxas de câmbio

Para o montante da dívida em moeda estrangeira, foram contratados instrumentos financeiros derivativos, na modalidade de operações de *swap* cambial para proteção dos pagamentos de juros e na modalidade de *call spread* para proteção do principal de acordo com a Política de Hedge da Companhia. A exposição da Companhia aos riscos de mercado associados à contratação desse instrumento foram descritas no tópico “Operações de *Swap*” desta nota explicativa.

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, com impacto em empréstimos e financiamentos e no fluxo de caixa, cuja exposição líquida é como segue:

Exposição às taxas de câmbio	Consolidado e Controladora			
	30/06/2022		31/12/2021	
	Moeda estrangeira	R\$	Moeda estrangeira	R\$
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e financiamentos (nota 19)	(1.007.557)	(5.277.584)	(1.007.557)	(5.622.673)
Passivo líquido exposto		(5.277.584)		(5.622.673)

Análise de sensibilidade

A Companhia, com base em informações disponibilizadas por seus consultores financeiros, estima que, em um cenário provável, a variação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real, em 30 de junho de 2023, será uma desvalorização de 7,79% para o dólar (R\$4,83) norte-americano. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos da variação cambial esperada do Real, considerando um aumento de 25% e 50% em relação ao cenário provável.

Risco - Exposições cambiais: Consolidado	30/06/2022	30/06/2023		
	Valor Contábil	Cenário Provável Dólar 4,83	Cenário Possível +25% Dólar 6,04	Cenário Remoto +50% Dólar 7,25
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e financiamentos (nota 19)	(5.277.584)	(4.866.501)	(6.085.645)	(7.304.789)
Passivo líquido exposto	(5.277.584)	(4.866.501)	(6.085.645)	(7.304.789)
Efeito líquido da variação cambial		411.083	(808.061)	(2.027.205)

Risco de taxa de juros

Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre o resultado financeiro líquido composto pelas despesas financeiras atreladas aos empréstimos, financiamentos e debêntures em moeda nacional, e pelas receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras realizadas pela Companhia e suas controladas. A Companhia não utiliza da contratação de instrumentos financeiros derivativos para proteção desse risco. A variação das taxas de juros é continuamente monitorada com o objetivo de avaliar a necessidade de contratação de instrumentos financeiros que mitiguem esse risco.

A Companhia e suas controladas estão expostas aos riscos de redução das taxas de juros nacionais, em função de ter ativos indexados à variação das taxas de juros, conforme segue:

Exposição da Companhia às taxas de juros nacionais	Consolidado		Controladora	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Ativos				
Equivalentes de caixa - Aplicações (nota 5)	419.201	117.154	261.319	82.292
Títulos e valores mobiliários - CDI/Selic (nota 6)	1.033.526	1.137.899	541.249	745.258
Fundos vinculados – CDI	13.208	17.063	6.105	5.843
Ativo líquido exposto	1.465.935	1.272.116	808.673	833.393

Análise de sensibilidade

A Companhia e suas controladas estimam que, em um cenário provável, em 30 de junho de 2023, a taxa Selic será de 12,25%. A Companhia e suas controladas fizeram uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma redução na taxa Selic de 25% e 50% em relação ao cenário provável. A taxa CDI acompanha a taxa Selic.

Risco – Redução nas Taxa de juros nacionais: Consolidado	30/06/2022	30/06/2023		
	Valor Contábil	Cenário Provável SELIC 12,25%	Cenário Possível -25% SELIC 9,19%	Cenário Remoto -50% SELIC 6,13%
Ativos				
Equivalentes de caixa - Aplicações (nota 5)	419.201	470.553	457.726	444.898
Títulos e valores mobiliários (nota 6)	1.033.526	1.160.133	1.128.507	1.096.881
Fundos vinculados	13.208	14.826	14.422	14.018
Ativo líquido exposto	1.465.935	1.645.512	1.600.655	1.555.797
Efeito líquido da variação das taxas de juros		179.577	134.720	89.862

Risco de inflação

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de redução das taxas de inflação em 30 de junho de 2023, sendo parte de seus empréstimos, financiamentos e debêntures, bem como seus passivos de pós-emprego são atrelados ao IPCA. Em contrapartida, os índices que corrigem as receitas vinculadas aos contratos também estão indexados à variação da inflação por meio do IPCA, contrabalanceando parte da exposição ao risco da Companhia.

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de redução da inflação em função de ter mais ativos que passivos indexados à variação dos indicadores de inflação, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da companhia à inflação	Consolidado		Controladora	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Ativos				
Geração – Bonificação de outorga - IPCA (nota 11)	2.939.401	2.792.201	-	-
Passivos				
Empréstimos, financiamentos e debêntures - IPCA (nota 19)	-	(428.367)	-	(428.367)
Dívida pactuada com fundo de pensão - Forluz (nota 21)	(74.530)	(87.015)	(74.530)	(87.015)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão - Forluz (nota 21)	(120.886)	(121.961)	(120.886)	(121.961)
	(195.416)	(637.343)	(195.416)	(637.343)
Ativo (Passivo) líquido exposto	2.743.985	2.154.858	(195.416)	(637.343)

Análise de sensibilidade

A Companhia e suas controladas estimam que, em um cenário provável, em 30 de junho de 2023, a taxa IPCA será de 5,14%. No que se refere ao risco de redução da inflação, a Companhia e suas controladas fizeram uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma redução nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável.

Risco - Redução da inflação: Consolidado	30/06/2022	30/06/2023		
	Valor Contábil	Cenário Provável IPCA 5,14%	Cenário Possível -25% IPCA 3,86%	Cenário Remoto -50% IPCA 2,57%
Ativos				
Geração - Bonificação de outorga - IPCA (nota 11)	2.939.401	3.090.486	3.052.862	3.014.944
Passivos				
Dívida pactuada c/fundo de pensão - Forluz (nota 21)	(74.530)	(78.361)	(77.407)	(76.445)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão - Forluz (nota 21)	(120.886)	(127.100)	(125.552)	(123.993)
	(195.416)	(205.461)	(202.959)	(200.438)
Ativo líquido exposto	2.743.985	2.885.025	2.849.903	2.814.506
Efeito líquido da variação da inflação		141.040	105.918	70.521

Risco de Liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir as exigências de caixa de suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez por meio de um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem a princípios rígidos para controle dos riscos operacionais, de crédito e liquidez, estabelecidos em Política de Aplicações, aderente às necessidades de fluxo de caixa das empresas. Essas aplicações financeiras são realizadas em fundos de investimentos exclusivos do grupo econômico Cemig ou diretamente em CDBs e operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, grau de alavancagem, exposições e patrimônio líquido. Busca, também, retorno por meio do alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

Qualquer redução nos *ratings* da Companhia pode ter como consequência uma redução na habilidade de obter novos financiamentos e também dificultar ou tornar mais oneroso o refinanciamento das dívidas vincendas. Nessas condições, qualquer financiamento ou refinanciamento da dívida da Companhia poderia ter taxas de juros mais altas e requereria o atendimento de cláusulas restritivas mais onerosas, o que poderia, adicionalmente, causar restrições nas operações dos negócios.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia com fornecedores, dívidas pactuadas com fundo de pensão, empréstimos, financiamentos e debêntures, pós e pré-fixadas, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, pode ser observado na tabela a seguir:

Consolidado	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos financeiros à taxa de juros:						
Pós-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	537.300	5.762.603	-	6.299.903
Concessões a pagar	349	687	3.073	14.027	15.140	33.276
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz)	3.299	6.615	30.659	42.458	-	83.031
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz)	1.462	2.935	13.556	79.510	104.651	202.114
	5.110	10.237	584.588	5.898.598	119.791	6.618.324
Pré-fixadas						
Fornecedores	430.006	2.225	379	-	-	432.610
	435.116	12.462	584.967	5.898.598	119.791	7.050.934

Controladora	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos financeiros à taxa de juros:						
Pós-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	537.300	5.762.603	-	6.299.903
Concessões a pagar	349	687	3.073	14.027	15.140	33.276
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz)	3.299	6.615	30.659	42.458	-	83.031
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz)	1.462	2.935	13.556	79.510	104.651	202.114
	5.110	10.237	584.588	5.898.598	119.791	6.618.324
Pré-fixadas						
Fornecedores	397.611	413	379	-	-	398.403
	402.721	10.650	584.967	5.898.598	119.791	7.016.727

Risco de antecipação do vencimento de dívidas

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas (“*covenants*”) normalmente aplicáveis a esse tipo de operação, relacionadas ao atendimento de índice financeiro. O não atendimento destas cláusulas pode implicar na aceleração do vencimento da dívida.

A Companhia não identificou eventos ou condições de não conformidade de suas obrigações restritivas atreladas a índices financeiros com exigibilidade de cumprimento semestral e anual. Mais detalhes na nota explicativa nº 19.

Risco de crédito

O risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizam o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

O saldo das perdas esperadas de créditos com liquidação duvidosa em 30 de junho de 2022, avaliado como adequado em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia e suas controladas, foi de R\$29.579.

A Companhia administra o risco de perdas advindas de insolvência de instituições financeiras com base em uma política interna, que vigora desde 2004.

Essa Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco sistêmico relacionados às condições macroeconômicas e regulamentares, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI, podendo ser de entidades públicas ou privadas, financeiras ou não financeiras. A Companhia não realiza aplicações financeiras em ativos de renda variável ou que incorporem risco de volatilidade em suas informações contábeis intermediárias.

Como instrumento de gestão, a Companhia divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. Classificação mínima de *rating* Nacional de Longo Prazo de “BBB” (bra), “brBBB” ou “Baa2” por qualquer das agências: Fitch Ratings, Moody’s ou Standard & Poor’s;
2. Patrimônio líquido mínimo superior a R\$800 milhões;
3. Índice de Basileia um ponto percentual acima do mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil.

A qualidade da carteira de crédito das instituições financeiras é outro indicador monitorado e poderá impactar o corte do limite da instituição.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, de acordo com o valor do seu patrimônio líquido, segregando-se em categoria específica aqueles cujo risco de crédito é o próprio governo federal. A partir desta classificação, são estabelecidos os limites de crédito, conforme tabela abaixo:

Grupo	Patrimônio Líquido	Limite por Banco (% do PL) (1) (2)			
		AAA	AA	A	BBB
Risco federal	-	10%	10%	10%	10%
A1	Igual ou superior a R\$10 bilhões	9%	8%	7%	6%
A2	Entre R\$5 bilhões e R\$10 bilhões	8%	7%	6%	5%
A3	Entre R\$2 bilhões e R\$5 bilhões	7%	6%	5%	4%
A4	Entre R\$800 milhões e R\$2 bilhões	6%	5%	4%	-

(1) O percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

(2) Quando a instituição possuir classificações distintas de ratings pelas agências de classificação de riscos, será considerada a avaliação mais favorável para a instituição.

Além destes pontos, a Companhia estabelece também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo Cemig;
2. Os bancos dos grupos “Risco federal”, “A1” e “A2” deverão concentrar no mínimo 50% do total dos recursos disponíveis, que compreende as aplicações mantidas nos Fundos de Investimentos e na carteira própria, excluídos os títulos públicos.

A Companhia somente permite aplicações em títulos de empresas não financeiras que possuam *rating* igual ou superior ao *rating* mais atualizado da Cemig Holding divulgado pelas agências de classificação de riscos Fitch Rating, Moody’s ou Standard & Poors.

Risco hidrológico

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios dessas usinas, podendo acarretar aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou à redução de receitas devido à queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica.

A Companhia monitora, em base contínua, a posição de seu balanço energético e de risco nas contratações de compra e venda de energia, buscando assegurar que operações são consistentes com seus objetivos e estratégia corporativa.

d) Administração de capital

As comparações do passivo líquido consolidado da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido são apresentadas a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Total do passivo	10.691.320	11.595.320	10.296.248	11.147.824
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	(421.321)	(123.071)	(262.160)	(86.064)
(-) Títulos e valores mobiliários (nota 6)	(1.016.395)	(943.789)	(532.279)	(618.130)
Passivo líquido	9.253.604	10.528.460	9.501.809	10.443.630
Total do patrimônio líquido	9.158.858	7.755.454	9.158.858	7.755.454
Relação passivo líquido sobre patrimônio líquido	1,01	1,36	1,04	1,35

29. SEGMENTOS OPERACIONAIS

As informações detalhadas sobre os segmentos operacionais estão divulgadas na nota explicativa 5 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

INFORMAÇÕES POR SEGMENTO EM 30 JUNHO DE 2022								
DESCRIÇÃO	ENERGIA ELÉTRICA			Participações	TOTAL	Transações intersegmentos (1)	Conciliação (2) (3)	TOTAL
	Geração	Transmissão	Comercialização					
RECEITA LÍQUIDA	1.428.248	643.000	2.954.851	-	5.026.099	(823.731)	(28.491)	4.173.877
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA	(133.638)	(70)	(2.650.329)	-	(2.784.037)	823.731	2.272	(1.958.034)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS (3)								
Pessoal	(70.854)	(65.685)	(12.221)	(23.961)	(172.721)	-	-	(172.721)
Participação dos empregados no resultado	(7.859)	(7.991)	(1.471)	(2.681)	(20.002)	-	-	(20.002)
Obrigações pós-emprego	(32.438)	(20.371)	(4.650)	(6.507)	(63.966)	-	-	(63.966)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(178.978)	(120.184)	(5.783)	(20.902)	(325.847)	-	26.219	(299.628)
Depreciação e amortização	(164.176)	(2)	(6)	-	(164.184)	-	-	(164.184)
Provisões	(15.334)	(8.365)	(3.672)	20.413	(6.958)	-	-	(6.958)
Custo de construção de infraestrutura de transmissão	-	(125.886)	-	-	(125.886)	-	-	(125.886)
Total do custo de operação	(469.639)	(348.484)	(27.803)	(33.638)	(879.564)	-	26.219	(853.345)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(603.277)	(348.554)	(2.678.132)	(33.638)	(3.663.601)	823.731	28.491	(2.811.379)
Resultado de equivalência patrimonial	70.981	-	-	203.039	274.020	-	-	274.020
Ganho na alienação de ativo mantido para venda	-	-	-	6.644	6.644	-	-	6.644
RESULTADO OPER. ANTES DO RESULT. FIN. E IMPOSTOS	895.952	294.446	276.719	176.045	1.643.162	-	-	1.643.162
Resultado financeiro	(78.347)	(51.234)	14.785	(123.079)	(237.875)	-	-	(237.875)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	817.605	243.212	291.504	52.966	1.405.287	-	-	1.405.287
Imposto de renda e contribuição social	(200.677)	(63.318)	(95.335)	357.447	(1.883)	-	-	(1.883)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	616.928	179.894	196.169	410.413	1.403.404	-	-	1.403.404

- (1) As transações intersegmentos são integralmente realizadas entre os segmentos de geração e comercialização, conforme explicado acima;
- (2) A conciliação entre os valores dos segmentos divulgáveis e as informações contábeis sobre receitas e custos representam as operações entre as empresas consolidadas (eliminações).
- (3) As informações dos custos e despesas operacionais por natureza são segregadas de acordo com o modelo interno de negócios, que apresenta diferenças materiais em relação às informações contábeis.

INFORMAÇÕES POR SEGMENTO EM 30 DE JUNHO DE 2021								
DESCRIÇÃO	ENERGIA ELÉTRICA			Participações	TOTAL	Transações intersegmentos (1)	Conciliação (2) (3)	TOTAL
	Geração	Transmissão	Comercialização					
RECEITA LÍQUIDA	1.461.448	418.725	2.833.770	-	4.713.943	(793.581)	(29.269)	3.891.093
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA	(285.249)	-	(2.540.912)	-	(2.826.161)	793.581	2.806	(2.029.774)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS (3)								
Pessoal	(77.498)	(55.698)	(10.275)	(13.165)	(156.636)	-	-	(156.636)
Participação dos empregados no resultado	(5.861)	(5.093)	(976)	(1.176)	(13.106)	-	-	(13.106)
Obrigações pós-emprego	(20.266)	(18.057)	(3.336)	(4.316)	(45.975)	-	-	(45.975)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(91.398)	(33.545)	(6.049)	(17.015)	(148.007)	-	26.463	(121.544)
Depreciação e amortização	(94.674)	(1.708)	(267)	(363)	(97.012)	-	-	(97.012)
Provisões	(8.646)	(6.113)	(6.224)	(15.323)	(36.306)	-	-	(36.306)
Custo de construção de infraestrutura de transmissão	-	(47.124)	-	-	(47.124)	-	-	(47.124)
Total do custo de operação	(298.343)	(167.338)	(27.127)	(51.358)	(544.166)	-	26.463	(517.703)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(583.592)	(167.338)	(2.568.039)	(51.358)	(3.370.327)	793.581	29.269	(2.547.477)
Ganhos com repactuação do risco hidrológico – Lei 14.052/20	909.601	-	-	-	909.601	-	-	909.601
Revisão Tarifaria Periódica, líquida	-	217.063	-	-	217.063	-	-	217.063
Resultado de equivalência patrimonial	21.661	-	-	(144.501)	(122.840)	-	-	(122.840)
RESULTADO OPER. ANTES DO RESULT. FIN. E IMPOSTOS	1.809.118	468.450	265.731	(195.859)	2.347.440	-	-	2.347.440
Resultado financeiro	(270.284)	(143.678)	6.547	(361.637)	(769.052)	-	-	(769.052)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	1.538.834	324.772	272.278	(557.496)	1.578.388	-	-	1.578.388
Imposto de renda e contribuição social	(437.273)	(99.443)	(45.378)	136.662	(445.432)	-	-	(445.432)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	1.101.561	225.329	226.900	(420.834)	1.132.956	-	-	1.132.956

- (1) As transações intersegmentos são integralmente realizadas entre os segmentos de geração e comercialização, conforme explicado acima;
- (2) A conciliação entre os valores dos segmentos divulgáveis e as informações contábeis sobre receitas e custos representam as operações entre as empresas consolidadas (eliminações).
- (3) As informações dos custos e despesas operacionais por natureza são segregadas de acordo com o modelo interno de negócios, que apresenta diferenças imateriais em relação às informações contábeis.

As informações referentes aos ativos por segmentos não são apresentadas, pois não compõem o conjunto de informações disponibilizadas aos Administradores da Companhia.

30. ALIENAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA

Processo de alienação de participação da Cemig GT na Renova

Em 11 de novembro de 2021, a Companhia celebrou instrumento de Compra e Venda de Ações, Cessão Onerosa de Créditos e Outras Avenças (“instrumento”) com veículo de investimento da Angra Partners, o AP Energias Renováveis Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, administrado e gerido pela Mantiq Investimentos Ltda para alienação da totalidade de sua participação detida no capital social da Renova Energia S.A. – Em Recuperação Judicial (“Renova”) e para a cessão onerosa da totalidade dos créditos detidos pela Companhia em face da Renova Comercializadora de Energia S.A. – Em Recuperação Judicial, pelo valor total de R\$60 milhões e o direito ao recebimento de *earn-out* pela Companhia, condicionada a eventos futuros.

De acordo com o Instrumento, a conclusão da transação estava sujeita ao cumprimento de determinadas condições precedentes usuais em transações similares, incluindo a aprovação prévia dos órgãos reguladores competentes, dos credores detentores de garantias reais listados no Plano de Recuperação Judicial da Renova e de contrapartes em determinados contratos comerciais.

O investimento na Renova, que apresentava valor nulo desde 31 de dezembro de 2018, quando este foi reduzido a zero em virtude da apresentação, de patrimônio líquido negativo, foi classificado como ativo mantido para venda, nos termos do IFRS 5/CPC 31 – *Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada*, no quarto trimestre de 2021, diante da alta probabilidade de conclusão do seu plano de venda, especialmente após a aprovação do órgão de governança competente, que precedeu à assinatura do instrumento.

Conclusão da transação de venda

Em 05 de maio de 2022, a Companhia concluiu a alienação da totalidade de sua participação societária detida no capital social da Renova, bem como a cessão onerosa da totalidade de seus créditos detidos em face desta investida, pelo valor total de R\$60.000, com direito ao recebimento de *earn-out* pela Companhia, condicionado a eventos futuros, nos termos do contrato firmado em 11 de novembro de 2021 com o AP Energias Renováveis Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

Como resultado da conclusão da transação, a Companhia reconheceu os seguintes efeitos contábeis, em maio de 2022:

Consolidado	
Quantidade de ações detidas pela Cemig	15.115.372
Preço de venda total	6.644
Valor do ativo mantido para venda em 31/03/2022	-
Ganho de capital contábil	6.644
IRPJ e CSLL (alíquota nominal) (1)	(2.259)
Ganho de capital líquido de tributos e custos com venda:	4.385
Valor recebido pela cessão onerosa dos créditos detidos pela Cemig GT	53.356
Valor contábil dos créditos	-
Ganho apurado com a cessão dos créditos - Outras receitas	53.356
IRPJ e CSLL (alíquota nominal) (1)	(18.141)
Ganho com a cessão dos créditos líquido de tributos	35.215
Despesas com venda estimadas (2)	(3.959)
Total a ser recebido, líquido das despesas estimadas	35.641

(1) A realização da dedutibilidade do valor total dos créditos, que estavam totalmente provisionados na contabilidade, e a dedutibilidade do ágio pago na aquisição do investimento geraram um prejuízo fiscal de R\$504.351, reduzindo a despesa de IRPJ e CSLL em R\$315.318.

(2) Despesas estimadas com base nos serviços de assessoria jurídica contratada.

31. COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – CPI

Em 17 de junho de 2021, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais instaurou Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI para apurar atos de gestão da Cemig, desde janeiro de 2019. Em reunião ordinária da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, realizada em 24 de junho de 2021, foram designados os membros integrantes para a CPI, que apuraram os atos da gestão da Cemig. A CPI teve poderes para investigar os fatos que fundamentaram o requerimento de sua instauração pelo período de 120 dias contados a partir da nomeação de seu Presidente e Vice-Presidente, prazo este prorrogado por mais 60 dias em 26 de outubro de 2021.

Por meio de requerimentos, a CPI solicitou diversas informações e documentos relacionados principalmente a gestão de pessoas e processos de compras, que foram integralmente atendidos pela Companhia nos prazos estipulados.

Adicionalmente, no que tange aos processos de contratação, a Companhia realiza auditorias regulares e atualmente existe apuração em curso sobre um deles, sendo que com base nos resultados identificados até o momento, não foram identificados impactos materiais nas informações contábeis intermediárias de 30 de junho de 2022 ou nas demonstrações financeiras de exercícios anteriores.

Em 18 de fevereiro de 2022, foi aprovado o relatório final dos trabalhos da CPI, encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais e demais órgãos de controle para avaliação dos encaminhamentos que serão adotados. Até o momento não houve qualquer definição de medidas que poderão ser adotadas pelo MPMG em virtude dos resultados apontados pela CPI.

A Companhia reafirma que todos os atos da atual gestão visam preservar o patrimônio da Companhia e assegurar a melhoria da oferta de serviços de energia elétrica aos seus clientes, seguindo rigorosamente a legislação pertinente.

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicados de outra forma)

Resultado do trimestre

A Cemig Geração e Transmissão apresentou, no segundo trimestre de 2022, um lucro líquido de R\$589.890 em comparação ao lucro líquido de R\$1.444.329 no segundo trimestre de 2021, representando uma redução de 59,16%, decorrente, principalmente, da variação do resultado financeiro da Companhia.

No segundo trimestre de 2022 destaca-se o reconhecimento das despesas com variação cambial da dívida em moeda estrangeira (Eurobonds) e ganhos no instrumento de hedge correspondente, que atingiu o resultado negativo de R\$294.083 (líquido de tributos) no segundo trimestre de 2022, em comparação ao resultado positivo no montante de R\$407.374 (líquido de tributos) no mesmo período de 2021.

Adicionalmente, o resultado do segundo trimestre de 2021 foi impactado por efeitos não recorrentes, dentre os quais destaca-se o reconhecimento dos ganhos com a repactuação do risco hidrológico – Lei 14.052/20, no montante de R\$909.601 e o registro dos efeitos da Revisão Tarifária Periódica no montante de R\$211.247.

As principais variações na receita, custos, despesas e resultado financeiro estão apresentadas na sequência deste relatório.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização – Lajida

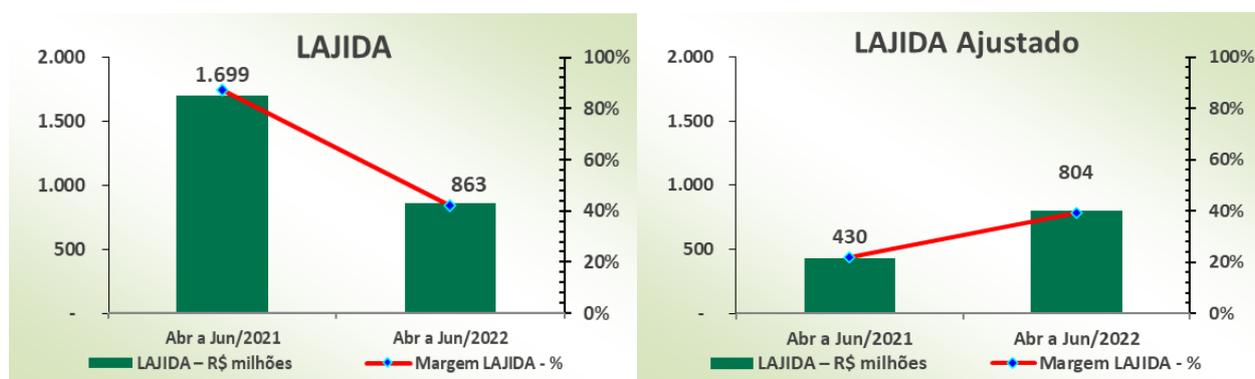
O Lajida da Cemig Geração e Transmissão, ajustado pela exclusão dos itens não recorrentes, aumentou 87,05% no segundo trimestre de 2022 em comparação ao segundo trimestre de 2021 e sua margem em relação à receita líquida passou de 22,08% para 39,21% nos períodos analisados. No primeiro semestre de 2022, o Lajida ajustado aumentou 50,28% quando comparado ao primeiro semestre de 2021 e a margem passou de 30,05% para 42,11% nos períodos analisados.

O Lajida da Companhia, calculado de acordo com a Instrução CVM 527/2012, reduziu 49,21% no segundo trimestre de 2022, em comparação ao mesmo período de 2021 e sua margem em relação à receita líquida passou de 87,32% para 42,09% nos períodos analisados. No primeiro semestre de 2022, o Lajida reduziu 26,06% quando comparado ao primeiro semestre de 2021 e a margem ajustada apresentou passou de 62,82% para 43,30% nos períodos analisados.

As principais justificativas para essas variações estão descritas no decorrer deste Comentário.

Lajida – R\$ mil	Abr a Jun/2022	Abr a Jun/2021	Var %	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021	Var %
Lucro líquido do período	589.890	1.444.329	(59,16)	1.403.404	1.132.956	23,87
+/- Despesa de IR e Contribuição Social correntes e diferidos	(344.152)	633.579	-	1.883	445.432	(99,58)
+ Resultado financeiro líquido	534.756	(428.195)	-	237.875	769.052	(69,07)
+ Depreciação e amortização	82.307	49.137	67,51	164.184	97.012	69,24
= Lajida conforme “Instrução CVM 527” (1)	862.801	1.698.850	(49,21)	1.807.346	2.444.452	(26,06)
Efeitos não recorrentes e não caixa						
- Ganhos com repactuação do risco hidrológico - Lei 14.052/20, líquido (nota 15)	-	(909.601)	-	-	(909.601)	-
- Receita por antecipação de prestação de serviço, líquida (*)	-	(148.350)	-	-	(148.350)	-
- Resultado da RTP, líquido	-	(211.247)	-	-	(217.063)	-
- Ganho na alienação de ativo mantido para venda (nota 30)	(60.000)	-	-	(60.000)	-	-
+ Baixa de ativo financeiro (nota 11)	171.770	-	-	171.770	-	-
- Reversão de provisão para perda - MESA (nota 13)	(170.916)	-	-	(161.648)	-	-
= Lajida ajustado (2)	803.655	429.652	87,05	1.757.468	1.169.438	50,28

(*) O montante refere-se à antecipação de valores pela prestação de serviços da controlada ESCEE para consumidor livre, líquido de PIS/Pasep e Cofins.



- (1) Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas informações contábeis intermediárias consolidadas, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga Lajida porque o utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.
- (2) A Companhia ajusta o LAJIDA calculado em conformidade à Instrução CVM 527/2012 excluindo os itens que, pela sua natureza, não contribuem para a informação sobre o potencial de geração bruta de caixa uma vez que são extraordinárias.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

	Abr a Jun/2022			Abr a Jun/2021		
	MWh ²	R\$ (milhares)	Preço médio MWh faturado (R\$/MWh) ¹	MWh ²	R\$ (milhares)	Preço médio MWh faturado (R\$/MWh) ¹
Industrial	3.873.013	1.112.163	287,16	3.632.514	960.627	264,45
Comercial	1.067.459	276.917	259,42	996.727	221.144	221,87
Rural	3.322	1.317	396,45	12.944	3.733	288,40
Subtotal	4.943.794	1.390.397	281,24	4.642.185	1.185.504	255,38
Fornec. não faturado, líquido	-	(20.177)	-	-	(30.384)	-
	4.943.794	1.370.220	281,24	4.642.185	1.155.120	255,38
Suprim. outras concessionárias (3)	2.096.258	540.722	257,95	2.644.747	672.569	254,30
Suprim. não faturado líquido	-	(26.006)	-	-	(18.048)	-
	7.040.052	1.884.936	274,30	7.286.932	1.809.641	254,99

- (1) O preço médio não inclui a receita de fornecimento/suprimento não faturado.
- (2) Informações, em MWh, não revisadas pelos auditores independentes.
- (3) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$1.884.936 no segundo trimestre de 2022 em comparação a R\$1.809.641 no segundo trimestre de 2021, um aumento de 4,16%, associado, principalmente, aos seguintes fatores:

- aumento de 17,28% no consumo pelos clientes livres das classes industrial, comercial e rural, associado, principalmente, à efetivação de novos contratos de venda de energia com início de fornecimento em janeiro de 2022;
- aumento de 7,58% no preço médio de energia no segundo trimestre de 2022 em relação ao mesmo período de 2021, em função, principalmente, dos reajustes dos contratos de energia;
- redução de 19,60% na venda para comercializadores e geradores de energia, devido, principalmente, à transferência de contratos de compra de energia para a Cemig (controladora da Companhia). Mais informações na nota explicativa nº 24d.

Receita de concessão da transmissão

A receita de transmissão da Companhia e da Centroeste é constituída pela soma das receitas de construção, reforço, melhoria, operação e manutenção, previstas nos contratos de transmissão, cujas principais variações estão apresentadas a seguir:

- A receita de operação e manutenção da infraestrutura foi de R\$197.395 no segundo trimestre de 2022, em comparação a R\$135.969 no segundo trimestre de 2021, um aumento de 45,18%, associado, principalmente ao reajuste anual da RAP da transmissora, como efeitos da ReH nº 2.895/2021 e alterado pela ReH nº 2.959/2021;
- As receitas de construção, reforço e melhoria da infraestrutura foram de R\$100.873 no segundo trimestre de 2022, comparados a R\$39.683 no segundo trimestre de 2021, um aumento de 154,20%, em razão, basicamente, do aumento dos investimentos em transmissão;
- Aumento de 58,51% na receita de remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão, que foram de R\$204.602 e R\$129.077 nos segundos trimestres de 2022 e de 2021, respectivamente. Esse crescimento está associado, principalmente, à variação do IPCA, que foi de 2,22% no segundo trimestre de 2022 comparada a 1,68% no mesmo período de 2021, base para a remuneração do contrato. Além disso, destaca-se o reconhecimento dos efeitos da ReH nº 2.852/2021 que definiu o componente financeiro para o contrato 006/97. O saldo devedor desse componente foi recalculado incluindo a remuneração do custo de capital à taxa do custo de capital próprio, em substituição à taxa do custo médio ponderado de capital regulatório, para o período de junho de 2017 a junho de 2020, e os novos valores do componente para os ciclos de 2020-2021 a 2025-2026, considerando o “reperfilamento” dos pagamentos, nos termos da Resolução.

Para mais informações, ver nota explicativa nº 12.

Receita por antecipação de prestação de serviços

Receita no montante de R\$153.970 decorrente da negociação com consumidor livre que resultou na antecipação de receita referente à prestação de serviços de comercialização pela controlada ESCEE, em junho de 2021.

Impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$537.165 no segundo trimestre de 2022 comparados a R\$472.846 no segundo trimestre de 2021, um aumento de 13,60%. Essa variação está associada, principalmente, ao aumento no encargo de CDE (Conta de Desenvolvimento Energético).

A CDE tem seus pagamentos definidos por meio de Resolução da Aneel e tem como finalidade cobrir os custos com indenizações de concessão, subsídios tarifários, subvenção da redução tarifária equilibrada, baixa renda e carvão mineral e conta de consumo de combustíveis. Os encargos referentes à CDE foram de R\$102.795 no segundo trimestre de 2022 comparados a R\$60.363 no segundo trimestre de 2021, representando um aumento de 70,28%. Essa variação advém, principalmente, das quotas anuais fixadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, suas variações decorrem, substancialmente, das variações ocorridas na receita.

Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais foram de R\$1.493.803 no segundo trimestre de 2022 em comparação a R\$1.297.355 no segundo trimestre de 2021, apresentando uma variação positiva de 15,14%.

As principais variações nos componentes dos custos e despesas operacionais estão descritas a seguir:

Provisões operacionais

As provisões operacionais resultaram em uma reversão de R\$35.681 no segundo trimestre de 2022 em comparação a uma despesa de R\$41.222 no segundo trimestre de 2021. Essa variação é decorrente, principalmente, dos seguintes fatores:

- Redução das provisões para opção de venda da SAAG, que representaram uma constituição de R\$4.972 no segundo trimestre de 2022, em comparação à constituição de R\$26.525 no segundo trimestre de 2021, estando esse movimento associado, basicamente, aos efeitos positivos sobre o valor recuperável da MESA. Mais informações na nota explicativa nº 28.

- Reconhecimento de reversão de perda esperada com parte relacionada em função da alienação da participação societária detida pela Companhia na Renova, bem como a cessão onerosa da totalidade de seus créditos em face desta investida. Mais informações na nota explicativa nº 30.

Obrigações pós-emprego

O impacto das obrigações pós-emprego da Companhia no segundo trimestre de 2022 foi uma despesa no montante de R\$31.735, em comparação a uma despesa de R\$23.282 no segundo trimestre de 2021, representando um aumento de 36,31%. Essa variação se deve, principalmente, ao aumento na taxa de desconto e na expectativa de inflação, os quais elevaram a projeção dos custos do pós-emprego para 2022.

Custo de construção

O custo de construção foi de R\$75.190 no segundo trimestre de 2022, em comparação a R\$28.059 no segundo trimestre de 2021, um aumento de 167,97%, em razão, principalmente, da execução da carteira de projetos de investimentos em transmissão, com maior fornecimento de equipamentos e conclusão de serviços no segundo trimestre de 2022.

Resultado de equivalência patrimonial

Foram reconhecidos ganhos líquidos com equivalência patrimonial no montante de R\$217.940 no segundo trimestre de 2022 em comparação a perdas líquidas no montante de R\$119.347 no segundo trimestre de 2021. Esta variação está associada, principalmente, ao reconhecimento de reversão da provisão, no montante de R\$170.916, referente às obrigações assumidas pela Companhia perante a investida Madeira Energia S.A. (usina Santo Antônio) em acordos de suportes e garantias.

Vide a composição dos resultados de equivalência patrimonial por investida na nota explicativa nº 13.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro correspondeu a uma despesa financeira líquida de R\$534.756 no segundo trimestre de 2022 em comparação a uma receita financeira líquida de R\$428.195 no segundo trimestre de 2021. Essa variação está associada, principalmente, aos seguintes fatores:

- variação positiva do dólar em relação ao Real no segundo trimestre de 2022, de 10,56%, em comparação à variação negativa de 12,20% no mesmo período de 2021, gerando o registro de despesas no montante de R\$500.200 e receitas de R\$1.042.650 no segundo trimestre de 2022 e 2021, respectivamente; e
- o valor justo do instrumento financeiro contratado para proteção dos riscos vinculados aos Eurobonds apresentou variação positiva no segundo trimestre de 2022, no montante de R\$54.620, em comparação ao reconhecimento de perda no montante de R\$425.417 no segundo trimestre de 2021. O resultado do segundo trimestre de 2022 é decorrente, principalmente, da apreciação do dólar frente ao real.

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 26.

Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apurou no segundo trimestre de 2022, créditos com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$344.152 em relação ao lucro de R\$254.738 antes dos efeitos fiscais, representando (140,05)% de alíquota efetiva. No segundo trimestre de 2021, a Companhia apurou despesas com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$633.579 em relação ao lucro de R\$2.077.908 antes dos efeitos fiscais, representando 30,49% de alíquota efetiva.

Estas alíquotas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 9(d).

Reynaldo Passanezi Filho
Diretor Presidente

Dimas Costa
Diretor Cemig Comercialização

Leonardo George de Magalhães
Diretor de Finanças e Relações com
Investidores

Thadeu Carneiro da Silva
Diretor Cemig Geração e Transmissão

Marco da Camino Ancona Lopez Soligo
Diretor Cemigpar

Marney Tadeu Antunes
Diretoria sem denominação

Eduardo Soares
Diretor de Regulação e Jurídico

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria
CRC-MG-47.822

José Guilherme Grigolli Martins
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contador – CRC-1SP/242451-04



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão das informações trimestrais - ITR

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Cemig Geração e Transmissão S.A.
Belo Horizonte – MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.



Ênfase

Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado nas notas explicativas 13 e 31 às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, existem investigações sendo conduzidas por autoridades públicas na Companhia, suas controladas e nas investidas Madeira Energia S.A. e Norte Energia S.A., que envolvem as investidas e seus executivos e outros acionistas dessas investidas. Neste momento, não é possível prever os desdobramentos decorrentes destes processos de investigação conduzidos pelas autoridades públicas, nem seus eventuais efeitos reflexos sobre as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Valores correspondentes

O balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2021, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e as respectivas notas explicativas para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, apresentados como valores correspondentes nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas do período corrente, foram anteriormente auditados e revisados, respectivamente, por outros auditores independentes, que emitiram relatórios de auditoria e de revisão datados em 29 de março de 2022 e 16 de agosto de 2021, respectivamente, sem modificações. Os valores correspondentes relativos às demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 foram submetidos aos mesmos procedimentos de revisão por aqueles auditores independentes e, com base em sua revisão, aqueles auditores emitiram relatório reportando que não tiveram conhecimento de nenhum fato que os levasse a acreditar que a DVA não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 12 de agosto de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-MG

Thiago Rodrigues de Oliveira
Contador CRC 1SP259468/O-7